

1º SIMPÓSIO DE HISTÓRIA ASCES-UNITA

NOVOS E VELHOS COMBATES DA HISTÓRIA:
ENTRE PRÁTICAS, REPRESENTAÇÕES
E (RE)SIGNIFICAÇÕES



Marco Luppi
Yago Felipe Campelo de Lima
Organizadores

**Novos e velhos combates da história: entre práticas,
representações e (re)significações**



Associação Caruaruense
de Ensino Superior e
Técnico

Caruaru/PE - 2021



Instituto de Estudos Avançados do Centro Universitário Tabosa de Almeida
(IEA ASCES-UNITA)
Dr. Paulo Muniz Lopes
Reitor
Av. Portugal, nº 584, Bairro Universitário – Caruaru/PE
Endereço eletrônico: iea.asc.es.edu.br



Editora Asc.es
Prof. Dr. Fernando Gomes de Andrade
Coordenador Executivo do IEA Asc.es-Unita
Editor Chefe

CONSELHO CIENTÍFICO/EDITORIAL

Dra. Adrya Lúcia Peres Bezerra de Medeiros (ASCES UNITA)
Dra. Ana Maria de Barros (UFPE)
Dra. Ana Paula Cavalcante Luna de Andrade (ASCES UNITA)
Dr. Carlos Augusto Alcântara Machado (UFS)
Dra. Catalina Lopez
Dr. Fabrício Andrade Martins Esteves (ASCES UNITA)
Dr. Fernando Gomes de Andrade (ASCES UNITA/UPE)
Dra. Josiane Rose Petry Veronese (UFSC)
Dr. Marco Luppi (IU SOPHIA)
Dr. Marco Martino (IU SOPHIA)
Dr. Marconi Aurélio e Silva (ASCES UNITA)
Dra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira (UFPEL)
Dr. Oswaldo Barreneche (Universidad de La Plata)
Dr. Pablo Ramírez Rivas (Universidad de Chile)
Dr. Raymundo Juliano do Rego Feitosa (ASCES UNITA / UEPB)
Dr. Rodrigo Mardones (Universidad Católica de Chile)
Dr. Saulo Santos de Souza (ASCES UNITA)
Dr. Silvano José Gomes Flumignam (ASCES UNITA / UPE)

©2021 – Editora ASCES.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Catálogo na fonte: Biblioteca Asc.es-Unita

N945

Novos e velhos combates da história: entre práticas, representações e (re)significações / Marco Luppi e Yago Felipe Campelo de Lima [organizadores]. – Caruaru/PE: Editora Asc.es, 2021.
133 p.

Edição digital

Disponível em: <<http://repositorio.asc.es.edu.br/>>

ISBN: 978-65-88213-15-5

Esta obra é financiada pelo Instituto de Estudos Avançados da Asc.es-Unita.

1. História cultural. 2. História política. 3. História social. I. Luppi, Marco. II. Lima, Yago Felipe Campelo de.

CDU 94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
Rosineide Maria Gonçalves	
NOVOS E VELHOS COMBATES DA HISTÓRIA: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES	6
Jailson Pereira da Silva	
QUANDO A QUESTÃO DO FASCISMO VEM À TONA: A HISTÓRIA, O CONCEITO E A PROBLEMÁTICA.....	23
Marco Luppi	
Yago Felipe Campelo de Lima	
DISTOPIAS E ESPERANÇAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: CENÁRIOS QUE POTENCIALIZAM A CRISE DA COVID-19 NO BRASIL ATUAL	36
Adauto Guedes Neto	
CARICATURAS DA GUERRILHA: AS MEMÓRIAS DA LUTA ARMADA NO BRASIL NO PERÍODO DA ABERTURA DEMOCRÁTICA	44
Frederico Márcio Leandro Santiago	
O BOLSONARISMO E O FAMILISMO IMORAL	51
Jeysiane Luciana Gomes Mariano	
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA ARENA POLÍTICA: ANÁLISE DO FENÔMENO NA HISTÓRIA BRASILEIRA	58
Maria Yallane Barbosa	
Witalo Brenno Martins Acioli	
Salys Santos Acioli	
Elba Ravane Alves Amorim	
O IMPEACHMENT NA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA	69
Daniel Dutra de Góis	
ESCOLA SEM PARTIDO. UM RECORTE HISTORIOGRÁFICO	78
João Paulo de A. Silva	
A FÁBRICA DA CAROÁ E A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA CARUARUENSE: TEMPO, TRABALHO E DISCIPLINA (1935-1978)	88
José Bernardino Correia Neto	
Júlio Cesar dos Santos Nascimento	

NARRAR COM IMAGENS: HISTÓRIA E VISUALIDADE NAS CAPAS DE FOLHETOS DE J. BORGES (1970 A 1979) 99

Celly Monike Da Silva Nascimento

HISTÓRIA E VISUALIDADE: IMAGENS E LETRAS NOS ÁLBUNS DE XILOGRAVURAS DE J. BORGES (1970-1979) 109

Natália Tenório Gomes

“NÃO TENHAS MEDO [...]”, “[...] EU SOU A GRAÇA”: HISTÓRIAS CONECTADAS DAS APARIÇÕES MARIANAS EM PORTUGAL E NO BRASIL ENTRE 1917 E 1942 121

Andressa Rayane Maria Almeida da Mota

INTRODUÇÃO

A presente publicação é resultado dos diálogos entre pesquisadores/as que participaram do I Simpósio de História, realizado pelo curso de Licenciatura em História da ASCES-UNITA nos dias 26 e 27 de agosto de 2020 com o tema Novos e Velhos Combates da História: entre Práticas, Representações e (RE)significações, buscando compreender o movimento da história na sua dinâmica, surpresas e desafios. O objetivo é compartilhar conteúdos apresentados nas atividades vivenciadas: Conferência, Roda de Diálogos, Minicurso e Encontro de Pesquisadores(as) realizadas durante o evento que homenageou o dia do Historiador.

A História tem um movimento dinâmico e cheio de surpresas. Isso exige dos(as) profissionais da área de Humanas, em especial do Historiador(a), contribuir para que a memória social dos aprendizados que a humanidade foi capaz de acumular não se perca. O curso dos acontecimentos que impactam as sociedades, a crise civilizacional, os dramas humanitários e sanitários acentuados pela Pandemia do Coronavírus, bem como as já conhecidas desigualdades sociais e o desmantelamento das economias, convoca pesquisadores para contribuir com a compreensão da realidade na perspectiva de superação dos desafios. Somos provocados a refletir sobre o que há de velho nesse novo que estamos vivendo: o que de fato a situação enfrentada pelo Brasil e pelo mundo quer nos dizer? Quais aprendizados os seres humanos foram capazes de acumular quando vivenciaram situações parecidas? Como o povo brasileiro vem (re)significando suas práticas de lutas, resistências e esperanças?

O tema comum ao simpósio e a esta publicação propõe um olhar sobre a realidade brasileira, onde forças extremas atentam contra a liberdade e os direitos humanos; busca alertar acerca dos retrocessos em que incorremos e das injustiças que tentam nos dominar; e nos propõe superar o embate polarizado que dificulta interações e interseções capazes de (re)construir caminhos e promover mudanças no cenário.

Nesse contexto o trabalho aqui entregue apresenta doze artigos, dos quais, três são resultado de momentos do simpósio. No artigo “Novos e Velhos Combates da História: entre Práticas, Representações e (RE)significações”, Jailson Pereira nos desafia a resgatar a capacidade de construir utopias, de enfrentar as armadilhas da arbitrariedade do pensamento e da necessidade de lutarmos contra sua deslegitimação. Em “Quando a questão do Fascismo vem à tona: a História, o conceito e a problemática”, escrito para o minicurso realizado por Marco Luppi e Yago Campelo, se discute o fascismo como fenômeno histórico (características, vivências e olhares específicos) para, assim, questionar: estamos vivendo a volta do fascismo? As questões buscam qualificar a discussão sobre a democracia atual e seu futuro próximo.

O artigo de Adauto Guedes, “Cenários que potencializam a crise da Covid-19 no Brasil atual” traz uma análise de conjuntura sobre a relação pandemia-capitalismo e as expressões da problemática social que potencializa os estragos causados pela Pandemia.

Os temas dos outros nove artigos correspondem aos objetos de pesquisa de cada um(a) dos estudantes de Graduação e Pós-graduação, e dos profissionais que participaram do Encontro de Pesquisadores(as) em Ciências Humanas, realizado durante o Simpósio. Para a ocasião, a Comissão Científica aprovou vinte e nove artigos para apresentação nos grupos de História Política; História Cultural; e História Social e Econômica. Dentre estes, selecionaram para publicação pesquisas já concluídas e trabalhos que, embora em construção, já proponham um debate teórico consistente e possíveis resultados. Tratam sobre poder e liderança política; manifestações culturais e simbólicas; práticas e representações sociais: a linguagem e os discursos, a arte, a religião e as mentalidades; bem como sobre protagonismo das camadas populares e dos grupos marginalizados, movimentos sociais e sindicais.

Organizar estes conteúdos fortalece trocas e parcerias importantes com instituições vinculadas aos autores(as) deste livro, pois produz o diálogo acadêmico, estimula a produção científica e oferece ao público contribuições para o enfrentamento dos desafios atuais, seja no campo da democracia do conhecimento, seja no campo das lutas sociais.

Agradecemos a todos(as) que contribuíram para a realização do evento que, sendo integralmente de modo remoto, teve nas atividades administrativas, de comunicação e de tecnologia da informação alguns dos seus desafios; e em especial ao corpo docente, que atuou nas Comissões Organizadora e Científica, conduziu Minicursos, Rodas de Diálogos e Grupos de Estudos, o que enriqueceu o encontro dos saberes e possibilitou esta publicação.

Por fim, faço votos de que a leitura possa contribuir para o amadurecimento acadêmico e o entendimento dos processos que insistem em manter o Brasil num lugar subalternizado. Que a força dos movimentos sociais e das lutas aqui registradas, bem como a ousadia de analisar criticamente a realidade nos mobilize na direção de caminhos mais humanos e solidários.

Rosineide Maria Gonçalves

Coordenadora da Licenciatura em História ASCES-UNITA

NOVOS E VELHOS COMBATES DA HISTÓRIA: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES*

Jailson Pereira da Silva¹

Eu recebi com muito entusiasmo o convite para participar desse evento, até perceber duas coisas. Primeiro que eu estava com a conferência de abertura. Segundo qual seria o tema da conferência. Então eu disse: Como é que eu vou me colocar nessa posição de um conferencista de abertura e cujo tema que, a despeito da maneira como está escrito, já tem mais ou menos 40 anos? *Práticas e Representações* remetem, quase que imediatamente, ao livro Roger Chartier e toda e reverberação que suas ideias provocam desde então. Em sendo assim, como é que eu vou fazer um apanhado disso tudo? Então eu vou puxar um caminho outro. Quando eu me vi diante desse desafio, comecei a traçar rotas, a pensar caminhos em que eu pudesse, na medida do possível, fazer uma fala que efetivamente contribuísse, sobretudo, para os alunos, eu imagino, eu desejo, eu quero crer, eu quero imaginar que temos alunos aqui, senão a gente fica numa conversa de comadre danada, professor dando aula para professor, isso é uma das coisas que eu mais tenho combatido. Eu não dou aula para mim, nem dou para os meus colegas; eu dou aula para os meus alunos. Eventualmente, a gente se senta para discutir para fazer um seminário, aí sim você está na outra situação.

Mas a razão de existir dos cursos seja qualquer curso de qualquer instituição é o alunado, é o corpo discente. Esse corpo discente, e eu falo, particularmente, aqui da universidade que eu integro hoje que é a Universidade Federal do Ceará, tem dado demonstrações grandiosas de coragem de ousadia, de empenho. Os professores, parece, têm mais receio desse mundo que se apresenta do que os próprios alunos. Eu vou dar aula com essas ferramentas novas que eu nem conheço tão bem e tenho a alegria de encontrar, numa salinha de aula virtual, com essa uma quantidade de alunos que não ficaria abaixo daquilo que eu teria numa aula presencial tradicional, então isso muito nos alegra, isso demonstra o compromisso, empenho e um desejo - eu gosto muito dessa palavra desejo, eu acho que as coisas se fazem com desejo, com paixão, com tesão, com empenho, é preciso que você empregue algo mais do que sua consciência para

*As ideias fundantes aqui expostas foram, primeiramente, apresentadas em forma de Conferência, durante a realização do I Simpósio de História da ASCES-UNITA, em agosto de 2020. Disso resulta o tom coloquial com o qual o texto vem agora escrito. Optamos por guardar proximidade com a fala no intuito de reencontrar e fazer permanecer algo do clima no qual a conferência foi proferida.

¹Professor Associado da Universidade Federal do Ceará. Líder do Grupo de Pesquisa História e Documentos: reflexões sobre fontes históricas, do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

fazer o mundo existir. Quando você transforma tudo em consciência você perde um bocado da sua capacidade inventiva e da capacidade de experimentação do mundo.

Então, por falar em experimentação, eu fiquei procurando alternativas de como que eu iria tratar dessas coisas que se abrem quando você vê duas palavras lado a lado, como *práticas* e *representações*. Um dos caminhos seria, como já foi citado aqui na abertura oficial do evento, começar a pensar a trajetória da profissão do historiador no Brasil, a trajetória histórica dessa profissão até a sua recente regulamentação. Eu tenho uma opinião muito particular sobre a luta pela regulamentação da profissão do historiador, uma visão muito particular sobre isso que não vai dar tempo desenvolvê-la agora; mas quando o atual presidente, Jair Bolsonaro, negou essa ascensão da condição de historiador via uma legislação regulamentada, eu confesso a vocês que intimamente meu ser psíquico se alegrou, porque me parecia um contrassenso, de partida, um sujeito que desde sempre nega o trabalho que eu faço ser ele aquele que reconhece o trabalho que faço, então isso, em alguma medida, me alegrou eu me sinto mais contemplado com fato do Senado, do Congresso, da Câmara terem dado andamento ao processo. E aí o Congresso vai e acaba fazendo com que aí sim ele [o presidente] se veja obrigado [a publicar a lei]. É uma representação que me parece mais significativa.

Porém eu não vou perseguir esse caminho, não vou por aí [falando sobre a profissão do historiador]. Também não vou destrinchar o livro [História Cultural: entre práticas e representações] e como é que esse que o conceito de prática e o conceito de representação têm sido tratados a partir de então; não vou entrar nas disputas entre História Social e História da Mentalidade ou História das Mentalidades como redistribuição do papel da História Social, nem vou falar desses passados compostos, nem vou falar do “papel da leitura e do livro” como um dos capítulos do livro de *História Cultural*. O que me interessa aqui hoje é tomar de partida um outro desafio talvez mais provocativo do que explicativo. Como disse o professor Veridiano, a gente está precisando de explicações e eu não as tenho; o que eu tenho, na verdade, é uma percepção de que antes das explicações o que nos falta é imaginação. E aí eu vou tomar a liberdade de iniciar essa conversa citando o caso brasileiro, me parece que o problema que existe (e não é exclusividade do Brasil, mas eu vou citar o caso brasileiro), não é exatamente um problema de explicação do mundo é de imaginação sobre o mundo. Parece que nós estamos numa encruzilhada do gesto imaginativo, a gente parece que não consegue mais imaginar. A nossa imaginação, aí é a minha percepção como sujeito do mundo, ela está limitada, ela está atrelada a valores e mecanismos de estruturação do processo imaginativo que já não parecem mais contemplar a vontade que a gente tem de imaginar, então a crise primeira, para mim, é a crise da imaginação. Talvez esse seja o primeiro dos combates que eu vou tratar aqui, que é um

grande combate que vai se desenvolver, digamos assim, em três lutas menores, mas parece que nós precisamos reinaugurar a capacidade imaginativa, e vou tentar discorrer sobre isso, sobre a necessidade de imaginar, porque me parece que quando nós perdemos a capacidade de imaginar, nós perdemos também a capacidade de construir utopias e isso faz falta no mundo, nós vivemos num mundo em que a utopia deixou de ocupar o lugar que sempre ocupou; o mundo, os homens, as mulheres, a humanidade necessita do sonho e essa é uma sociedade, esse é um tempo que tem dificuldade de sonhar, sejam os sonhos mesquinhos, comezinhos, rotineiros como diz aquela música - "Eu, você, dois filhos e um cachorro", seja esse sonho pequeno, rotineiro, em que você deseja um emprego pequeno-burguês, um amor, dois filhos e um cachorro, ou o inverso dois cachorros e um filho, não importa, seja esses sonhos pequenos ou sejam os grandes sonhos revolucionários, construções utópicas, nós vivemos num tempo que tem a dificuldade de imaginar mundos possíveis.

Isso tem a ver com as práticas que nós executamos e com as representações de nós e dos outros que nós construímos, então eu gostaria de começar por aqui, essa necessidade de recuperar a capacidade imaginativa, quando eu digo que essa capacidade está em falta é porque se, por exemplo, eu me ponho diante do cenário cultural político brasileiro eu vejo dois polos que imaginam os seus mundos, mas eles imaginam dentro de um limite, dentro de um arcabouço de compreensão muito restrito, quase que sem vazamentos entre um e outro ou sem perceber os vazamentos, as trocas, as pertinências, então a gente vive numa sociedade do atrito.

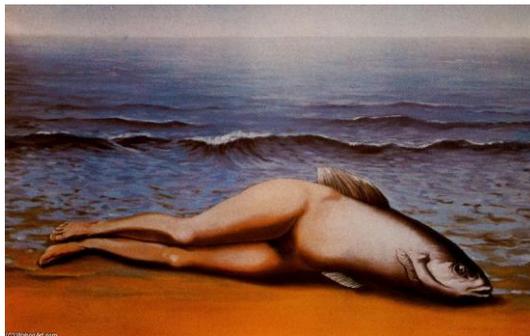
Professor Veridiano disse que eu estudo cinema, isso é uma mentira que a gente coloca no lattes, eu não estudo cinema, eu sou um curioso das imagens, mas como um curioso eu escrevi algumas coisas. Recentemente, eu escrevi sobre *Black Mirror*. Existe uma frase do criador da série que eu acho muito tradutora do mundo que a gente vive: - "*Black Mirror é uma série sobre o futuro. O futuro pode ser daqui a 10 anos, daqui a 100 anos ou daqui a 5 minutos*". Isso quer dizer se ele tivesse, há 6 meses, atrás escrito um episódio sobre pandemia e o mundo parando, todo mundo ia dizer: *Eita, nossa!* Tem até uma frase que hoje ficou meio achincalhada, meio sem sentido depois de tão repetida, as pessoas já não gostam mais dessa frase, mas era assim: "*Isso é muito Black Mirror*". Quem acompanhou pelo menos um ou outro episódio, sabe o que isso quer dizer - é um futuro que quase sempre é um futuro distópico, ameaçador, mas que na verdade é um futuro muito presente, é um futuro que trata das coisas com as quais nós lidamos cotidianamente.

Então como curioso das imagens, curioso do cinema, do filme, da TV, daquilo que chamamos de pós-TV, eu observo muito como tem sido difícil pensar uma utopia ali, no mundo das imagens. Façam um exercício de pensar como é difícil você imaginar mundo utópicos hoje

no cinema, coisas positivas no cinema. O cinema está sempre dizendo que a gente vai se lascar, pra usar uma palavra que gosto muito. A gente vai se lascar: porque vem um E.T., ou porque vem um maremoto, um terremoto, ou porque é um vírus, ou porque vai ser uma bomba, ou porque vai ter uma catástrofe de um vulcão, o mundo vai se lascar. Nem Disney faz mais narrativa fílmica em que a história termina entre num *happy end*, nem sempre nós encontramos mais essa história do *happy end*. Então isso tem a ver com que eu estou chamando aqui de necessidade da gente reencontrar a imaginação.

Então a pergunta que se faz é: como nós praticamos então a imaginação? E isso tem uma ligação com práticas e representações. Como é que a gente pratica esse gesto imaginativo? A primeira coisa que vem à mente, até porque imagens remetem à imaginação, é essa ideia de que eu pratico a imaginação a partir de imagens. Imagens como ícone, aquela imagem que eu interpreto como símbolo representativo de uma realidade, ou imagem como gesto projetivo, no lembrar, a imagem não está ali, mas quando eu faço uma narrativa eu estou então usando palavras para construir imagens. Embora a imagem não seja ícone, ela não esteja presente como um símbolo imediato a ser capturado, ela também está no *background* da estrutura narrativa que eu evoco. Pois bem, eu disse que como nós praticamos a imaginação histórica com imagens eu faço um convite: é que por um instante imaginem uma sereia, qualquer sereia, faça o exercício de imaginar uma sereia. Antes que eu descreva a sereia que eu imagino, eu vou dizer a vocês que a sereia foi imaginada também pelo Cristóvão Colombo. Quando ele esteve aqui nas Américas, no seu diário, ele disse que encontrou sereias, mas para sua decepção as sereias eram muito feias. Ele ficou decepcionado porque sua imagem de sereia foi por água abaixo. Segundo Colombo, quando ele viajou no mar imenso, quando ele atravessa o oceano ele encontra sereias que segundo ele são horríveis, não têm nada de belo.

Bom, eis uma sereia.



René Magritte, invenção coletiva, 1934

Eu não sei quantos conhecem essa imagem, quem conseguiu imaginar uma sereia que fosse metade peixe, metade humano ou caso metade mulher, mas que projetasse imageticamente que a metade peixe fosse a superior e a metade humana fosse inferior. Essa imagem para mim já começa a produzir aquilo que eu busco como historiador e como ser humano que não se deixa capturar pela sedução da linguagem, embora saiba que dela nunca vai fugir, mas não se rende facilmente a ela. Veja, quando o pintor belga René Magritte criou essa obra e deu a ela o título de *Invenção Coletiva*, olha que interessante, ele investe ou ele provoca, ele descola a naturalidade das imagens com as quais o mundo nos foi apresentado. Se eu pedisse para imaginar uma sereia alguns até poderiam avançar e assim como Colombo imaginar as sereias sendo feias, mas raramente alguém que nunca tomou contato com essa imagem do Magritte vai conseguir imaginar uma sereia que seja metade humano, metade peixe, de forma tal que as metades estejam teoricamente invertidas, eu digo teoricamente por que não está dito que elas são metade peixe, metade humano, e que a metade de baixo aqui é peixe e a metade de cima que é humano. E olha o título que ele dá a essa obra, uma invenção coletiva. Magritte é um pintor surrealista, não esqueça disso, então ele está tentando mostrar como o onírico, como a dimensão dos sonhos, como a dimensão inventiva atua; portanto não é pela racionalidade, mas pela inventividade que eu consigo fazer trampolinagem no pensamento histórico.

É um desejo, é uma provocação que o Magritte nos faz, tentando nos levar a crer que nós precisamos questionar o mundo. Questionar o mundo é questionar o modo como ele nos é apresentado via linguagem, inclusive a linguagem visual. Então eu tenho um certo fascínio pelo Magritte. Eu acho que ele é quem mais exemplifica esse exercício de suspensão do pensamento, acho que é relativamente fácil ver o Magritte me mostrando coisas impensadas, ele faz muito isso, se você entrar na internet e pesquisar suas obras você vai ver o tempo todo ele surpreendendo, como é possível ver ou imaginar coisas novas a partir daquilo que você está acostumada a ver.

Bom, então é verdade nós praticamos o ato da imaginação; e esse é um elemento fundante para a História. Por que a imaginação é fundante para a história? Porque não há história que não seja imaginada. Quando eu digo isso, não é que eu sou um adepto incontestado das chamadas teses discursivistas, não estou ali abraçando sem ressalvas Hayden White e sua Metahistória, nem o Dominick LaCapra. O que estou querendo dizer é que para fazer história precisamos imaginar, nós imaginamos relações entre as sociedades e nós imaginamos tempo. O historiador independente dos recursos heurísticos que ele possua no trato do documento, independentes das vertentes teóricas que movimentam o seu pensamento, ele imagina o passado. Por isso a imaginação é o gesto fundante da história, não sei se o único, mas um dos

incontornáveis gestos de emersão do pensamento histórico é a imaginação. Ele [o historiador] precisa imaginar o passado. *Como era a França da Revolução?*” É um ato de imaginação. Nós discutimos sempre como essa imaginação se dá, quais são os elementos componentes dessa imaginação, quais são os limites, quais são os gestos imaginativos, como se encadeia o gesto imaginativo. Aliás tem um historiador, meus alunos não me aguentam mais falar dele, mas, chama-se Eelco Runia, é um holandês que escreveu um livro chamado *Moved by the Past*. Nesse livro, ele apresenta uma ideia interessantíssima. Segundo ele, o historiador é o mestre da arte do encadeamento, vai encadeando os fatos, vai encadeando os documentos, vai encadeando explicações. E não percebe, muitas vezes, arbitrariedade dos encadeamentos, porque o encadeamento depende de formas de pensamento que já são pré-encadeadas, então é uma coisa que a gente talvez possa discutir um pouco mais à frente. O modo como o sentido do acontecimento histórico é dado a existir.

Mas me deixe voltar. Bom, eu perguntava primeiro como é que a gente faz a imaginação e eu disse que era com imagens e pedi para imaginarmos uma sereia e aí a gente imaginou uma sereia, tenho certeza de que todo mundo imaginou uma sereia tal qual Magritte desenhou, do jeitinho que estava lá na *Invenção Coletiva*. Mas nós praticamos a imaginação histórica não apenas com imagens, mas também com palavras e aí eu faço um outro convite. Imagine um modo de organizar os animais em categorias, os animais se dividem em grandes, pequenos, mamíferos, ovíparos, répteis. Bom, essa é uma forma de organização. Pois bem, eu gostaria que vocês vissem uma forma de organização dos animais. Bom, essa é uma forma de organização dos animais que está presente num conto do Jorge Luís Borges chamado *O idioma analítico de John Wilkins*, e lá dentro ele cita uma enciclopédia chinesa do conhecimento celestial nessa enciclopédia está uma forma de organizar os animais, como é que os animais podem ser organizados no mundo. Então ele dividiu em ‘*n*’ categorias, literalmente vai até a categoria (*n*). Então ele diz assim, a categoria (*a*) são os animais que pertence ao imperador; (*b*) são os animais que embalsamados; (*c*) são os animais amestrados; (*d*) são os leitões; (*e*) as sereias - por isso eu pedi para imaginar uma sereia; (*f*) são os fabulosos - logo a gente sabe que sereia não é fabuloso; (*g*) são os cães vira-latas; (*h*) os que estão incluídos nesta classificação; (*i*) os animais que se agitam feito loucos; (*j*) os inumeráveis - então tudo aquilo que é muito, pertence a essa categoria; (*k*) aqueles que são desenhados com um pincel finíssimo de pelo de camelo; e claro a categoria (*l*) et cetera - na nossa cabeça *et cetera* acabou, mas ele ainda tem outra categoria; (*m*) os que acabaram de quebrar o vaso; (*n*) os que de longe parecem moscas - que se diferem dos enumerados, portanto, as moscas podem ou não estar dentro dos enumerados.

O que é que isso tudo nos mostra na verdade? Bom, primeiro que é essa a passagem desse conto do Borges que inspira o Foucault a escrever o livro *As palavras e as coisas*, quem diz isso é o próprio Michel Foucault, que quando ele leu isso ele deu uma risada porque ele tinha encontrado ali uma prova ou um mecanismo, um *insight* que o fazia pensar sobre a arbitrariedade do pensamento, portanto como a arbitrariedade do pensamento tinha limitado a capacidade de imaginação. Era disso que o Foucault queria falar. Quando nós promovemos gestos de organização do mundo, de enquadramento do mundo, de classificação e categorização do mundo, nós também evitamos, nós excluímos outras formas possíveis de enquadramento, de encadeamento, de ordenamento do mundo. É isso que essa passagem referenciada pelo Borges mostrou ao Michel Foucault. Essa passagem é tão lapidar que eu conheço, além de “*As palavras e as coisas*”, três outros livros que citam esse mesmo trecho. Um livro que escrito por Robert Darnton, chamado “*O grande massacre de gatos*”, quando ele vai discutir a *Enciclopédia* criada pelos iluministas, ele cita a passagem dizendo que os iluministas foram um dos grandes criadores de modos de arrumação do mundo, a *Enciclopédia* é isso, um modo de arrumação do mundo, a taxonomia, a divisão das ciências, os ramos das ciências, como é que se dividem os reinos e o que é que tem dentro de cada um dos reinos, isso é a grande enciclopédia dos iluministas. O Darnton nos faz pensar que quando os iluministas fazem esse gesto de arrumação, eles estão pondo de fora outros modos de encadeamento do mundo.

E a gente vai pensar as consequências desses outros modos de encadeamento do mundo terem ficado de fora, as consequências disso para a História e as consequências disso para a escrita da História, o que é que isso significou uma vez tendo sido posto nessas dimensões basilares. Então veja: isso está referenciado pelo Michel Foucault em *As palavras e as coisas* o Foucault diz literalmente que começou a escrever porque riu diante dessa classificação, não porque ela é risível em si, ele riu porque disse que percebeu os limites das classificações que ele conhece, o enquadramento do mundo, era isso que estava ficando explícito para Michel Foucault.

Essa passagem também está citada no livro “*História e Psicanálise*”, uma coletânea de textos do Michel de Certeau. Ao discutir a relação entre história e psicanálise, ele faz também uma referência a essa passagem. A mesma passagem está também referenciada no livro “*O que é o arquivo?*”, que é uma coletânea de textos publicada em Portugal. Maria Molder, uma filósofa portuguesa que é uma das autoras texto, retoma essa passagem para movimentar uma outra discussão, para nos ajudar a entender como é que o arquivo foi feito. Aqui, obviamente, não me refiro ao *arquivo* como um prédio na esquina, nem o móvel na sala. Arquivo é um modo de ordenamento do mundo e da vida, é uma forma de organização dos sujeitos no mundo, por

isso que a gente pode sempre dizer que todos nós somos seres arquivados, nós resultamos das encruzilhadas tempo-espaciais que foram arquivadas e que nós mesmos arquivamos, num movimento de dentro para fora e de fora para dentro, como diz a Hannah Arendt quando vai tratar da descoberta da história pelo Ulisses. Talvez eu fale disso ainda hoje, como é que a História surge na narrativa do Ulisses. Isso tem a ver com o gesto da imaginação que eu estou querendo enfatizar aqui nessa conversa hoje, como nós praticamos a imaginação, e como nós praticamos as representações do mundo.

Vou me permitir aqui abrir um parêntese: Há uma passagem no livro *“Entre o Passado e o Futuro”* na qual a Hannah Arendt diz uma coisa interessantíssima, acerca de como a história nasce. A história nasce a partir da consciência que você tem de fora. Ela explica o momento em que o Ulisses está na corte dos feácios, já de volta das suas viagens, e escuta alguém narrando os feitos grandiosos de um homem e aquela narrativa é a narrativa da sua vida. Portanto, a experiência se fez história, Ulisses descobre que a história é aquilo que pode ser narrado pelo outro, a história é o momento em que você toma consciência da sua relação nova com o outro. O Ulisses chora nesse momento, quando ele vê sua história sendo contada por outro, porque ele se vê maior do que ele era, e não é maior por conta dos seus feitos, é maior por conta da relação que o mundo estabeleceu com ele. Então essa passagem é muito elucidativa, essa consciência de fora, a história não é olhar apenas de dentro, a história também é o olhar de fora, quando você consegue sair de si, Ulisses ali saiu de si e fez um movimento mais difícil que é de se fazer, é o movimento de autocrítica, sair de si e se olhar com os olhos do outro.

Então primeiro combate, essa coisa toda que eu fiz seja com a imagem da sereia, seja com esse modo de arrumação e de organização do que são os animais no mundo, é para que nós cheguemos ao primeiro combate. Tanto naquela imagem da invenção coletiva do Magritte, quanto no texto que o Borges escreve, o que desejamos é enfrentar o desafio de perceber a arbitrariedade do pensamento. Então quando eu digo que nós precisamos voltar a imaginar em profundidade, é um gesto que nos desafia como primeiro ato combativo, perceber a arbitrariedade do pensamento, o modo como o meu pensamento funciona, quais os elementos aos quais ele está submetido, as regras e os limites desse meu pensamento, então o primeiro combate é esse. Isso tem a ver com duas coisas, a primeira delas é a traição da imagem, a imagem nos trai.



René Magritte, A traição da imagem, 1929

Essa é uma imagem que todo mundo conhece. Essa imagem, essa frase. Outro parêntese: Eu tenho maior vontade do mundo de dar um curso sobre Magritte sem saber nada sobre o Magritte, como eu sei algo de História, eu distorço o Magritte para falar História, aliás de Teoria da História, e vou distorcer o Magritte assim descaradamente sem muita preocupação até porque eu estou falando das desconstruções e limites do pensamento. Então, se perceberem que eu estou desconstruindo, talvez seja até bom, significa estou no caminho certo. Aliás isso eu digo por que eu me inspiro no Michel Foucault. Uma vez criticaram Michel Foucault porque ele não fazia uma boa interpretação do Nietzsche, e ele disse mais ou menos assim: o único tributo válido ao pensamento como o de Nietzsche é fazê-lo gritar, gemer, é distorcê-lo e fazer espernear. E se alguém disser que eu não sou fiel ao Nietzsche, isso não me importa.

Pois bem, eu falava da traição da imagem, essa imagem é bastante conhecida e o título dela, não sei se vocês sabem, o Magritte é tão inventivo que não fez apenas essa representação do cachimbo. Olha aí a coisa interessante para a gente falar, como ele representa o cachimbo. Magritte diz assim: vocês querem falar do meu famoso cachimbo, é eu fui muito censurado por isso e, entretanto, vocês podem encher meu cachimbo de fumo? Não, não é mesmo, vocês não podem, ele é apenas uma representação portanto, se eu estivesse escrito no meu quadro “isto é um cachinho”, eu teria mentido, porque não é um cachimbo é uma representação do cachimbo. Só que essa é a leitura mais superficial, a leitura mais profunda não é essa. Porque depois o Magritte é tão provocativo que ele faz a segunda representação que é a representação, um quadro do quadro. É um quadro no cavalete com a mesma coisa escrita, é o mesmo quadro que ele pintou de novo, fez o desenho só que agora a representação da representação. Magritte então está fazendo uma profunda provocação imaginativa. Isto não é um cachimbo, não é porque não é um cachimbo, é porque o mundo é feito de representações, é isso que o Magritte está nos chamando atenção. As provocações do Magritte são comumente nesse sentido dos surrealismos, fazer uma espécie de uma provocativa decupagem da realidade, e nessa decupagem ele corta como se fosse fatiar um filme todo, separando todas as suas cenas, todos os seus cortes, e na hora de remontar ele cometesse pequenas arbitrariedades, alterações que embora desse para

entender o todo, deslocasse muitas vezes os sentido narrativo original. Então o primeiro desafio é perceber isso, perceber os limites dessas formas de imaginação que a gente tem.

Bom então se o primeiro combate é perceber a arbitrariedade do pensamento, e a gente falava primeiro da traição da imagem, agora a gente tem que falar da suspeição da palavra. Como é que nós imaginamos? Com imagem e com palavra. Quando a gente foi então imaginar, a gente percebeu o limite da imaginação porque a gente, provavelmente, não pensou uma sereia daquele jeito, e quando a gente foi usar a palavra para organizar o mundo, a gente percebeu o limite da palavra, ou os limites dos modos de organização do mundo. Ou mais especificamente os limites do nosso modo de lidar com a palavra, com a linguagem. Portanto, a gente está sempre circulando em torno da potência e do limite da linguagem. Se eu disse que Magritte já nos provocou quando fez o “*Isto não é um cachimbo*”, agora a gente então está diante de uma outra provocação que não é a da traição da imagem, mas é a da suspeição da palavra.

Primeiro combate: Perceber a arbitrariedade do pensamento. Duas observações que o Foucault vai fazer um texto que no Brasil foi publicado em separado, mas vocês encontram dentro da coleção “*Ditos e escritos*” chama-se *Theatrum Philosophicum*. É um ensaio do Michel Foucault em que ele tenta entender como é que três formas de pensamento, a nietzscheniana, a freudiana e a marxista interpõem então modos de compreensão do mundo, e é nesse texto que o Foucault lança duas suspeições sobre a linguagem. A primeira é essa de que a linguagem não diz exatamente o que diz, portanto há sentidos outros que nem sempre podem ser acessados, são deslizos, desvios, lapsos e aqui eu já convido todos que estão escutando a pensar a história a partir do lapso, a partir do ato falho, a partir da reminiscências, a partir da interdição, a partir da dispersão, como historiador, que é um sujeito que lida o tempo todo com o ato imaginativo, tem essa limitação na hora dele mesmo exercitar esse gesto imaginativo quando se trata de pensar essas dimensões outras das subjetividades, que é o lapso, quer dizer, você quando conversa você comete lapso, e esses lapsos têm importância fulcral para entendimento da sua condição de sujeito no mundo. O Foucault está dizendo exatamente, para gente ficar atento a isso. Então ele diz, a linguagem não diz exatamente o que diz e existem coisas que falam e que não são linguagens (eis a segunda suspeição). Existem códigos que ainda não foram arrumados, ordenados, encadeados de forma tal que os seus sentidos possam ser capturados, remodelados, remontados e explicitados. Então é preciso retomar o gesto imaginativo, uma hora sabendo da traição da imagem e outra hora sabendo da suspeição da palavra. Estamos aqui lidando com os limites do nosso gesto de interpretar o modo como o mundo se apresenta enquanto representação.

Por que isso me parece ser importante e um dos desafios que a gente tem a enfrentar? Porque se a gente não puser a história sobre suspeição, a história corre o risco de se encantar consigo mesma, de se satisfazer com as explicações que já trouxe até aqui. Os historiadores, e o Chartier é muito bom para pensar isso, durante muito tempo nós nos satisfizemos com o ato de explicar o mundo, com o ato de interpretar documentos, com o ato de fazer a emersão dos sentidos, de explicitar os sentidos da história, e hoje a gente sabe, graças por exemplo a autores como Hans Gumbrecht, que o sentido já não diz tudo da história, você pensa com a ideia de Presença, há na história coisas que existem e que são presentes, aqui eu estou simplificando o conceito, mas que a dimensão mais importante dessas coisas é a *Presença* e não o significado ou sentido. O historiador tem muita dificuldade em lidar com aquilo que ao ser presente não pode ser explicado.

Os historiadores durante muito tempo tiveram essa necessidade de encadear as coisas e construir narrativas que a gente chama narrativas *a posteriori*, vai encadeando todos os fatos de forma tal que quando ele termina seu ensaio, sua dissertação, sua palestra, sua tese, seu livro seu capítulo de livro, seja lá o que for, a história está todo ordenada, isso é interessantíssimo para gente pensar que a Teoria da História questiona a arrumação do passado, mas a escrita da história constantemente promete e entrega arrumações do passado, limitadas, curtas, apressadas, incompletas, mas é sempre o gesto de arrumar o passado. Ninguém escreve uma dissertação para desarrumar o passado. Portanto, a gente tem muita dificuldade de entender como é que as coisas que têm presença vão ser trabalhadas. Eelco Runia diz mais ou menos isso, que os departamentos de histórias são lugares que se especializaram em produzir especialistas em arrumar o mundo.

Bom, se a gente primeiro percebeu os limites da imaginação agora a gente precisa enfrentar esses limites, eu acho que esse é o segundo gesto combativo que a gente fazer. E esse é um gesto que para mim é político, o primeiro gesto é filosófico, perceber, daí porque um dos capítulos de “*entre práticas e representações*” trata da história da filosofia, porque o primeiro gesto é um gesto filosófico, mas este é um gesto histórico, enfrentar os limites da imaginação. E aí eu vou tentar dar um exemplo disso.



Augusto de Campos, 1958

Olhem para essa imagem e tentem entender o que tem nela. Há uma palavra em meio ao labirinto. “Código”. Veja que interessante, há um minuto essa imagem significava uma coisa para quem não a conhecia, para quem não sabia que ali estava escrito a palavra “código”, para quem não conseguiu, de imediato, capturar a palavra. Mas, a partir do momento em que eu digo a palavra e vocês identificam a palavra, essa imagem passa dizer outra coisa. Ela ganhou um lugar novo na organização mental que vocês fazem do mundo, quer dizer, ela passa a ocupar um outro lugar na estruturação representativa desta mesma imagem. Quando você viu essa imagem pela primeira vez, ela remetia talvez à ideia de labirinto. Então quando você olhava essa imagem uns minutos atrás, essa imagem ocupava um lugar no seu mapa de representação do mundo, na medida em que você vai instruindo novas coisas sobre uma imagem, e não entendam imagem de novo apenas como ícone, mas como o mundo representado, à medida que você vai instruindo novas coisas, outros modos de encadeamento, laços de pertencimento entre o que se sabe o que se aprende, ampliam o modo como você se situa no mundo. E aqui eu faço uma provocação e apenas uma provocação sobre uma famosa frase que diz que uma imagem vale mais do que mil palavras. Há muito essa frase é dita e pouco refletida, quando eu estou dizendo que uma imagem vale mais que mil palavras eu estou sem perceber dando à imagem uma potência enunciativa que nem sempre ela tem. Esta mesma imagem que nós estamos vendo agora, há dois minutos falava muito menos do que fala agora, e eu me pergunto se a imagem que fala ou sou eu que agora eu posso falar mais sobre ela. Eu não sei se a imagem fala ou se é o sujeito, que ao saber mais, mais diz sobre a imagem. Eu não sei. É uma provocação, eu não sei se as coisas estão lá ou se estão lá e cá, porque senão eu elimino a possibilidade desse ser interpretativo do mundo, e esse ser interpreta o mundo de acordo com essa palavrinha que o Augusto de Campos colocou ali no seu caligrama, que é a palavra “*código*”. Então quando eu propus que primeiro a gente percebesse os limites, agora eu estou propondo que a gente enfrente, veja que aqui você tem a junção das duas coisas, o mundo é palavra-imagem não é a palavra e a imagem é a palavra-imagem juntos e misturados, de forma tal que produz sentidos

variados que se entrecruzam, que se chocam, que se contradizem, que se complementam, que se esvaziam, então essa é uma possibilidade. Para não ficar só nessa imagem, eu coloquei uma outra imagem que também cumpre esse papel.



Códice asteca magliabechiano (faca)

Essa é uma que eu acho que poucos conhecem, isso pertence a um códice asteca, essa é a imagem para faca, vocês sabem que alguns dos povos originários, algumas das organizações sociais que estavam aqui quando os espanhóis chegaram às Américas, possuíam linguagem e claro linguagens escritas, mas não é a escrita como nós concebemos hoje, é uma escrita muito singular, é uma escrita que tem um aspecto ideográfico mas não se assemelha aos hieróglifos egípcios, por exemplo, porque a concepção de mundo é significativamente diferente, a concepção de mundo é integrada, então vocês vão ver quase sempre, nesses símbolos que estão pertencendo aos códices, a junção do que é natural, do que é humano e do que é Divino. Então esse é um símbolo para faca, vocês podem ver que a faca é uma alusão, parece um peixe, quando a gente diz que parece um peixe é porque na nossa cabeça tem uma imagem referencial do que é peixe, se você mostra isso a uma pessoa que nunca viu peixe, a pessoa vai ficar diante dessa imagem do mesmo jeito que alguns de vocês ficaram diante da imagem anterior que era *código*, eu não coloquei as duas assim por acaso, você olha para outra e diz que tá vendo código e quando você olha para essa diz eu tá vendo peixe. É uma faca, não é um peixe, na verdade ela faz alusão aos guerreiros que tinham facas. Só para a gente ver essas coisas da necessidade de extrapolar, tensionar, enfrentar, conviver de forma tensa com a linguagem que lhe permite existir no mundo.

Bom, então o terceiro combate tem a ver agora com enfrentarmos não apenas os limites da linguagem, porque tudo isso que a gente está falando vai chegar aqui que é o que eu chamo

de que agora o combate é político. Primeiro filosófico, depois histórico, terceiro político, e isso não precisa ser uma escadinha, se dá tudo de uma vez. O que é o combate político agora? O combate político é um enfrentamento da deslegitimação da imaginação. Até aqui eu tentei mostrar, dialogar como é que nós imaginamos o mundo e como é que esse mundo tem sido apresentado a partir dos nossos gestos imaginativos. Quando apresentei o texto do Borges, eu disse que ao estabelecer aquele modo de imaginação, outras formas de imaginação foram excluídas, esquecidas, minimizadas, abandonadas. Uma sentença que hoje está muito comum, e é bom que ela se torne cada vez mais comum, talvez traduza bem o que quero dizer: as outras formas de imaginação e de ordenamento do mundo sofreram o que chamamos de *epistemicídio*; quer dizer, outros modos de arrumação e de entendimento do mundo foram assassinados. Do mesmo jeito que se cometeu um genocídio contra as gentes do mundo, cometeram-se uns *epistemicídios* contra os pensamentos do mundo.

Bom, então enfrentar a deslegitimação da imaginação é isso, porque quando uma forma de ordenamento do mundo, que é essa forma que eu estou chamando aqui de racional, volta lá para o Roberto Danton e a organização do mundo a partir da enciclopédia que é um evento que simboliza isso, então outras formas que foram jogadas na lata do lixo, abandonadas, esquecidas, e as consequências disso nós estamos vivendo até hoje e pagando caro por elas.

Eu disse que tem um enfrentamento a ser feito, que é esse questionamento da deslegitimação da imaginação, é porque outras formas de imaginação do mundo foram deslegitimadas. Como é que nós podemos enfrentar isso? Eu vou encontrar uma proposta de enfrentamento disso num mito, num ser imaginário. Jorge Luís Borges fez um livro dos seres imaginários, uma compilação das figuras mitológicas do mundo. Nesse livro, você vai encontrar a quimera, o dragão, as fadas, você vai encontrar a imagem do Minotauro, você vai encontrar vários seres mitológicos do mundo. Um desses seres mitológicos, pertencente às narrativas germânicas, chama-se Baldanders - é a junção de duas palavras, cujo significado final se aproxima de *aquele que é já outro*. Eu retirei aqui um pequeno trecho e resumi para gente poder discutir sobre. Eu acho que essa é uma das estratégias de libertação que a gente precisa executar na hora que passar daquele movimento filosófico para o histórico e para o político, como os combates que a gente tem constantemente que fazer de dentro e de fora, não é um combate que eu faço apenas sendo fiscal da vida alheia, aliás não sejam, mas é refletindo sobre sua condição de sujeito no mundo. Vou ler o trecho do Borges, que ilustra essa possibilidade de soltura, de enfrentamento, de retomada da imaginação como gesto de combate filosófico, político e histórico.

Num bosque ele encontra uma estátua de pedra, quando ele toca estátua descobre que a estátua é *Baldanders*, e a estátua assume a forma de homem, depois a forma de um carvalho, depois de uma porca, depois de um salsichão, depois de um prado coberto de trevos, de esterco, de uma flor, de um ramo florido, de uma amoreira, de um tapete de seda, de muitas outras coisas e seres. E depois, novamente, assume a forma de homem.

Essa eu acho que é uma das grandes formas de enfrentamento e de libertação do ser humano, é não se deixar capturar, *Baldanders* é aquele que já é outro. Então quando você quer capturar, porque a captura do sujeito significa o seu aprisionamento, daí porque hoje você tem alguns estudos, na área de estudos culturais sobretudo, que discutem as armadilhas das identidades, porque a identidade pode ser uma armadilha também, quando você escolhe para si um lugar cristalizado você pode perder essa capacidade de fuga que o *Baldanders* tem. Fuga aqui não como covardia, mas como libertação. Quer dizer, você não pode se deixar capturar, você tem que ter a capacidade constante de se autonear. A autonomia é a sua arma de libertação, porque você não deixa que do exterior digam o que você é, você não permite ser nomeado de fora pelo outro. Então veja que texto lindo, no bosque ele encontra uma estátua de pedra, estava parada, mas quando ele quis interagir com a pedra achando que a pedra ia ser só pedra, portanto cristalizada - quando alguém olha para mim e diz que eu sou um sujeito negro, e eu digo que sou; quando diz, você é heteronormativo, e eu digo que sou; quando ele diz, você é nordestino, e eu digo que sou; mas ele não queira me cristalizar aí, não queira encontrar para mim um lugar de fixidez, porque eu sou *Baldanders*, quando ele bater em mim, eu vou dizer: posso assumir a forma de um homem, de um carvalho, de uma porca, de um salsichão, de um prado coberto de trevos, de uma flor, de um ramo florido, de uma amoreira, de um tapete de seda, de muitas outras coisas e seres, e depois novamente eu posso ser isso que você acha que eu sou, mas não queira me enclausurar, não me procure onde você acha que estou, nem esperem que eu permaneça lá para parafrasear o Michel Foucault.

Mas como é que se faz isso então? Como é que eu posso me transformar em outro? Bom eu já disse, é lutando pela autonomia. O que é autonomia? É a capacidade de se autonear, de se auto dizer quem você é no mundo. É claro que a autonomia traz para você um quinhão de liberdade, mas traz junto com esse quinhão de liberdade o fardo da responsabilidade. Não há autonomia sem responsabilidade. Se você se põe de pé diante do mundo, você precisa assumir as responsabilidades desse seu gesto de se pôr em pé. Então a busca pela autonomia é não deixar que os outros lhe nomeiem. E eu sempre digo isso, nomear é um gesto de dominar. Não é à toa que essas palavras denominação e dominação são tão próximas. A gente vê isso com muita clareza quando está tratando da chegada dos europeus aqui nas Américas. O gesto de dominação

se inicia num gesto de nomeação. Não é por outra razão que antes da criança nascer o casal está discutindo qual é o nome que ela terá. Discute o nome porque o nome é uma forma de enclausurar o outro.

Sabe por que é preciso buscar a autonomia, a capacidade de se nomear constantemente? Porque se a gente deixar que o outros nos nomeie o outro vai nos nomear a partir dos padrões, das regras que ele estabeleceu e pode ocorrer o que aconteceu, e a gente não pode esquecer, com a Sarah Baartman que foi separada da espécie humana. Ela aparece numa certa História Natural dos Mamíferos como representante de algo que não é humano. Porque lhe foi negada a capacidade de se autoneamar e ela ficou fora da espécie humana, tem muitas apresentações da Sara Batman. Ela tinha o bumbum grande, ela tinha um bumbum saliente e isso espantava os europeus e ela virou uma espécie de atração de circo, foi desumanizada, foi trazida para a Europa e era constantemente exibida, desenhada. Há histórias escabrosas sobre essa personagem, que lhe foi retirada a condição humana. De novo trata-se da luta em torno da deslegitimação do outro. Sarah teve deslegitimado não só o seu mundo, a sua forma de construção de conhecimento, a sua relação com o mundo, mas a sua própria condição humana. Então é preciso que a gente reaja para que não aconteça com o mundo e conosco o que acontece com todas as Sarahs Baartmans que ainda estão aqui no mundo, quer dizer, essa forma de enquadramento do sujeito.

Como nos ensina Anibal Quijano, a colonialidade modernidade-racionalidade é marcada pelo constante movimento de deslegitimação do outro. Isso é uma apropriação e uma simplificação da tese apresentada por Aníbal Quijano. É o texto dele chamado “*Colonialidade e modernidade/racionalidade*”, que trata, no final das contas, de como a elaboração de um modelo de interpretação do mundo, que é marcada por essa ideia da modernidade e da racionalidade, trouxe consigo essa coisa chamada colonialidade. E essa colonialidade é marcada pelo constante movimento de deslegitimação do outro.

Aqui talvez eu possa já caminhar para o fim. Se me perguntarem no final das contas qual é o grande combate que a gente tem que estabelecer, que combate é esse que, passando pelo gesto imaginativo, terá que ser a um só tempo filosófico, histórico e político? É descolonizar a nossa cabeça. Nossa cabeça é colonizada, o desafio é fugir desse modelo colonizado de interpretação do mundo, o desafio é extrapolar, detonar essa forma redutora que limita o gesto imaginativo e que, portanto, limita as próprias possibilidades de intenção de sujeitos novos, de relações novas, limita nossos sonhos de liberdade.

Voltando ao Magritte, somente a nossa retomada da autonomia poderá nos devolver a necessária capacidade de nos surpreendermos com a imaginação e a História. Aí eu quero que

a gente consiga trazer de novo essa capacidade de colocar o pensamento em suspensão, pensar coisas novas que desloquem meu pensamento, que façam com que eu me espante, que tire minha cabeça dos lugares quadrados e previsíveis, que permitam que eu invente o novo, que saiba que o novo é possível, e que, por fim, faça com que eu deixe meu pensamento em suspensão, eu consiga de novo me surpreender, voltar a essa condição de um sujeito de imaginação que se surpreende e se emociona com o mundo.

Eu digo, comumente, que é preciso entender como é que eu fui inventado, como é que eu fui feito, como é que foi dado a existir. Quem são e como foram erigidos meus marcos identitários. Preciso saber da minha figura de sujeito. Preciso saber que ao torcer para o Santa Cruz, me ensinaram que, automaticamente, se eu sou torcedor do Santa Cruz, tenho que ter horror ao Central. E se alguém pensou que eu iria dizer Sport, apenas confirma que a cabeça da gente está muito mais colonizada do que a gente pensa.

QUANDO A QUESTÃO DO FASCISMO VEM À TONA: A HISTÓRIA, O CONCEITO E A PROBLEMÁTICA

Marco Luppi¹

Yago Felipe Campelo de Lima²

1. INTRODUÇÃO

As duas primeiras décadas do século XXI têm se apresentado para nós, homens e mulheres do mundo contemporâneo, como um complexo quebra-cabeça; instável, incompleto, cujas peças têm nos convidados a reflexões contínuas, porém nem sempre claras e objetivas, visto a inconclusão de eventos, fenômenos e ideias em nossos dias e o próprio curso natural da História. Curso, este, “formado por milhões e milhões de pequenos, minúsculos, atos humanos que nenhuma mente, mesmo a mais potente, jamais esteve em condições de apreender numa visão de conjunto”³. Isso nos deixou, na maioria das vezes, com a sensação permanente de que as coisas estão fora do lugar, ou dos lugares que outrora julgávamos e definíamos como seus, exigindo, no momento atual, um comprometimento – ou pelo menos um posicionamento – que possa não ignorar os aprendizados da História, assim como entender o que se “desviou” quanto ao até agora definido como o “curso natural” dos eventos.

O surgimento e ascensão de uma direita radical e extremista tem sido uma das características marcantes do tempo presente. Não há como negar. Com a eleição de 2016 nos Estados Unidos, observamos um ensaio autoritário no campo político, que nos anos seguintes ensinou e encorajou vários líderes no mundo, ligados à extrema direita, a chegarem ao poder por vias denominadas democráticas. Conforme o historiador Enzo Traverso, “com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, o surgimento de uma direita nacionalista, populista, racista e xenófoba, tornou-se um fenômeno global”⁴, o que não se via desde o limiar dos anos 1930. A partir de 2018, vários países da União Europeia tornaram-se espaço para a

¹Doutor em História Moderna e Contemporânea na Universidade de Cagliari (Itália). Professor Adjunto I do Centro Universitário Tabosa de Almeida, ASCES UNITA Caruaru (Pernambuco - Brasil) e Professor de História Contemporânea no Instituto Universitário Sophia, Loppiano (Figline e Incisa Valdarno - Itália). Pesquisador-membro do Instituto de Estudos Avançados - IEA ASCES UNITA. E-mail: marcoluppi@asces.edu.br.

²Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG-PB. Graduado em Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru-FAFICA. Professor do Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA) Caruaru-PE. E-mail: yagolima@asces.edu.br.

³BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. 14ª Ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 34.

⁴TRAVERSO, Enzo. **Do Fascismo ao Pós-Fascismo**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. Vol. 13, n.2, 2019, p. 12.

experimentação de uma opção de governo conservador e autoritário, sem considerarmos o avanço e protagonismo deste segmento político de extrema direita na França, Itália e Alemanha. Neste mesmo ano no Brasil, a eleição do atual presidente da República Jair Bolsonaro, chamado pela imprensa internacional de o “*Trump dos trópicos*”, nos dá o tom dessa escalada autoritária que vai de (re)encontro ao passado do povo brasileiro.

Estas recentes experiências, portanto, reacenderam entre historiadores, cientistas e filósofos políticos uma discussão sobre os totalitarismos e autoritarismos do passado, e seus ecos no presente, criando uma verdadeira explosão de pesquisas e trabalhos que querem refletir sobre um assunto fundamental: está de volta o fascismo ou pelo menos uma postura fascista de governo? A pergunta parece apresentar-se como fundamentada mais no medo que na realidade, na luta ideológica entre culturas políticas que nos riscos concretos de novos golpes de estado. Ao mesmo tempo – e isso não pode ser escondido – a interrogação obedece a um dos deveres que envolvem as sociedades atuais, ou seja, abrir espaços de interlocução e diálogo sobre a qualidade democrática dos vários projetos políticos e das experiências comuns que nos esperam no imediato futuro.

Nesta mesma linha, o presente artigo quer oferecer, partindo da bibliografia recente, alguns esclarecimentos sobre o que foi o fascismo como fenômeno histórico (características e realidades principais, olhares específicos), para depois refletir sobre o uso abusivo do termo/conceito de fascismo como categoria política, que várias vezes pode ser utilizado de forma imprópria e polêmica, com o objetivo de justificar anacronismos desnecessários.

2. O FASCISMO HISTÓRICO

Quando no debate público e nas tentativas de avaliação das novidades políticas que acontecem na extrema direita, se começa a vislumbrar o “fantasma” do fascismo, a ressurgência de um antigo inimigo que pensava-se ter derrotado de uma vez por todas, como historiadores precisamos nos colocar dentro da trajetória histórica que o fenômeno fascista representou na contemporaneidade, até a conclusão do segundo conflito mundial.

Pode-se falar de fascismo histórico, a partir do nascimento na Itália dos Grupos de Combate no dia 23 de março de 1919, com Benito Mussolini como figura principal. Ele chegava da militância no Partido socialista, mas se afastou desta realidade a partir das manifestações em favor do ingresso italiano na primeira guerra mundial (à qual ele mesmo participou entre 1915-

1917)⁵, deixando clara a própria aproximação ao movimento nacionalista e às lideranças da intervenção na guerra, como o Movimento literário futurista e o celebre escritor Gabriele D’Annunzio, cantor do super-homem que já estava sendo apresentado a partir da filosofia de Nietzsche⁶.

Mussolini não era a única figura de referência, porque as esquadras paramilitares que participaram, logo depois das lutas político-sociais exprimiram lideranças importantes nos vários territórios (Farinacci, Grandi, De Vecchi, etc.) e uma personalidade até agora pouco conhecida, Michele Bianchi, foi de acordo com os estudos de Emilio Gentile, o protagonista central dos primórdios: “*fu Bianchi, non Mussolini, a organizzare il nuovo partito milizia, avviandolo alla conquista del potere, e a mostrarsi, nell’ottobre 1922, il più risoluto fautore della marcia su Roma. E fu la risolutezza di Bianchi a spingere un esitante Mussolini a ricattare il re, sotto la minaccia dell’insurrezione squadrista, per ottenere l’incarico di capo del governo*”⁷.

Todo o conjunto se mostrou essencial para construir um consenso ao fascismo como instrumento de defesa contra os projetos revolucionários do partido socialista e do nascente partido comunista, no curso do famoso “*biênio vermelho*”, com as greves nas fábricas e a emulação da Revolução Russa como tentativa de tomada do poder. A ‘Marcha sobre Roma’ dos militantes em camisas pretas nos dias 27-28 de outubro 1922; a chamada do rei Vittorio Emanuel III para nomear Mussolini como Primeiro-Ministro no dia 30 de outubro do mesmo ano; a fundação do Partido Nacional Fascista no dia 11 de novembro do 1923, são as primeiras etapas de um governo autoritário que a partir das *Leis fascistíssimas* de 1926 se tornou uma ditadura⁸.

⁵“Se a guerra me convenceu ainda mais decididamente da necessidade da guerra, a conduta dos soldados da Itália enraizou em minha alma a não menos profunda convicção de nossa vitória. Público o meu diário para que esta convicção se torne uma espécie de evangelho coletivo dos italianos, escrevo também para que os italianos que não lutam saibam que sua dívida de gratidão para os soldados é grande” (tradução nossa); Cfr. MUSSOLINI, Benito. *Il mio diario di guerra* (a cura di Mario Isnenghi), Bologna: Il Mulino, 2016, p. 102.

⁶Sobre o começo da atividade política de Mussolini ver DE FELICE, Renzo. **Mussolini il rivoluzionario (1883-1920)**, Torino: Einaudi, 1996; GENTILE, Emilio. **Le origini dell’ideologia fascista (1918-1925)**, Bologna: Il Mulino, 2011; GENTILE, Emilio; DI SCALA, Spencer M. **Mussolini socialista**, Roma-Bari: Laterza, 2015; WOLLER, Hans. **Mussolini. Der erste Faschist**, München: Verlag C.H. Beck oHG, 2016.

⁷“Foi Bianchi, não Mussolini, quem organizou o novo partido-milícia, incitando-o à conquista do poder, e, em outubro de 1922, foi sempre ele o mais resoluto defensor da marcha sobre Roma. E foi a determinação de Bianchi que levou um hesitante Mussolini a chantagear o rei, sob ameaça da insurreição das tropas paramilitares, para assumir o cargo de Chefe do governo” (tradução nossa); cfr. GENTILE, Emilio. **Chi è fascista**, Roma-Bari: Laterza, 2019, p. 102. Sobre a temática ver também GENTILE, Emilio. **E fu subito regime. Il fascismo e la marcia su Roma**, Roma-Bari: Laterza, 2012, pp. 97-110.

⁸Sobre estas temáticas é importante destacar a bibliografia fundamental: DE FELICE, Renzo. **Mussolini il fascista. La conquista del potere (1921-1925)**, Torino: Einaudi, 1996; DE FELICE, Renzo. **Mussolini il duce. Gli anni del consenso (1929-1936)**, Torino: Einaudi, 1996; BOSWORTH, Richard J.B., **Mussolini’s Italy. Life Under the Fascist Dictatorship (1915-1945)**, London: Penguin Books, 2007; BLINKHORN, Martin, **Mussolini e a Itália fascista**, São Paulo: Paz e Terra, 2010; CASSESE, Sabino, **Lo Stato fascista**, Bologna: Il Mulino, 2011;

Na segunda metade do século XX vários historiadores tentaram resumir as características principais, e as categorizações fundamentais, que podem explicar os conteúdos autoritários do fascismo, com um foco importante sobre a dimensão totalitária que se tornou possível na nova proporção massificada do espaço político. Destacando alguns conceitos básicos, trazidos a partir dos maiores conhecedores da temática no debate científico⁹, poderíamos tentar uma esquematização do fenômeno fascista.

Na sua *dimensão organizativa*, o fascismo pode ser definido como: um movimento de massa, com conotação interclassista (ou seja, a vontade de representar e envolver no jogo político todas as classes), mas no qual prevalecem, sobretudo, em termo de quadros executivos e proveniência dos militantes, jovens da classe média, raramente envolvidos antes na atividade política e que foram organizados na estrutura inédita de um “partido-milícia”. A identidade fascista, pela aproximação ao nacionalismo militante – cuja prova fundamental foi representada pela *Grande Guerra*, o primeiro conflito mundial – baseou a própria identidade no sentido de “camaradagem”, numa “hierarquia natural” que não deveria desenvolver uma ação de luta de classe, quanto trabalhar em vista de um processo de regeneração nacional, que se torna possível por meio da perseguição dos opositores, do monopólio no poder político com o emprego da violência sistêmica, comprometendo-se com os grupos dominantes (a velha classe dirigente liberal, os grandes industriais) para criar um novo regime, esvaziando e destruindo a democracia parlamentar.

Na *dimensão cultural* do fascismo ficaram centrais: a) um sentido trágico e ativista da existência, concebida como uma manifestação da “vontade de poder” (típica da filosofia super-humanista de Nietzsche), numa militarização e coletivização da política como modelo de vida; b) uma ideologia, que em nome da própria visão antissocialista, se proclamou contra o materialismo, antimarxista e populista; mas, pelo fato de contestar radicalmente as culturas precedentes, se apresentou também como antiliberal, antidemocrática, anti-individualista e anticapitalista, portadora de uma forma de “*religião secular*”, estabelecida em função do processo de criação, aculturação e socialização das massas para a formação de um ‘*homem novo*’; c) uma “concepção totalitária do primado da política como experiência integral e

VIVARELLI, Roberto. **Fascismo e storia d’Italia**, Bologna: Il Mulino, 2012; ALBANESE, Giulia. *La marcia su Roma*, Roma-Bari: Laterza, 2014; GENTILE, Emilio. **Il mito dello Stato nuovo. Dal radicalismo nazionale al fascismo**, Roma-Bari: Laterza, 2015; MELIS, Guido. **La macchina imperfetta. Immagine e realtà dello Stato fascista**, Bologna: Il Mulino, 2018; GENTILE, Emilio, **Mussolini contra Lenin**, Madrid: Kobo Editions, 2019. ⁹Cfr. GENTILE, Emilio. **Fascismo. Storia e interpretazioni**, Roma-Bari: Laterza, 2013, pp. 117-179; DE FELICE, Renzo; LEDEEN, Michael A. **Intervista sul fascismo**, Roma-Bari: Laterza, 2019, pp. 54-112; GENTILE, Emilio. **Chi é fascista...**, ob. cit., pp. 95-147.

revolução contínua”¹⁰, em vista de uma perfeita fusão entre indivíduo e povo-massa como comunidade étnica e moral, respeito à qual aqueles que são considerados externos e diferentes (no sentido da raça, da escolha política, da visão existencial) podem ser discriminados, perseguidos como verdadeiros inimigos da nação.

Na sua *dimensão institucional*, o fascismo desenvolveu: a) um aparato policial, em função de prevenção, controle e punição de dissidentes e opositores, com medidas que constroem um “estado de terror”; b) um partido único, com funções amplas como: assegurar, através de próprias milícias, a defesa armada do regime; organizar as massas no Estado totalitário, envolvendo-as numa mobilização permanente; utilizar todos os meios, começando nas mídias sociais, para implementar o mito da revolução permanente pela criação do “homem novo”; c) um sistema político, baseado na simbiose entre regime e Estado, aproveitando das estruturas estaduais para fortalecer a eficácia do projeto totalitário; d) uma organização corporativista da economia, que, preservando a propriedade privada e a divisão de classe, chega a suprimir a liberdade sindical, amplia a esfera de intervenção do Estado e cria uma consciência colaborativa entre as classes produtivas em vista do sucesso da revolução fascista; e) uma política exterior inspirada na busca da grandeza nacional, que tenha como principal inspiração o Império romano e como principais objetivos a expansão imperialista e a criação de uma nova civilização.

3. ENTRE IDEOLOGIA E ANACRONISMO

A partir destes assuntos, que foram suficientemente debatidos e que constituem um bloco de fatos acertados, surge a necessidade de entender por que permanece na comunidade científica a ânsia de levantar, de vez em quando, o perigo de ressurgência do fascismo, ou de avaliar algumas posturas políticas e sociais – sobretudo nos governos de direita e extrema direita – como filhas de um renovado caminho rumo ao fascismo. Neste sentido De Felice é muito claro:

Io sono fermissimo nel ritenere che il fascismo sia un fenomeno che si può e si deve circoscrivere rigidamente, altrimenti non capiamo più niente: circoscrivere cronologicamente, fra le due guerre mondiali; circoscrivere geograficamente, in Europa, e sostanzialmente nell'Europa occidentale, cioè in quell'Europa che in qualche misura aveva subito un processo di liberalizzazione, di democratizzazione, che poteva essere più o meno avanzato a seconda dei paesi. E ancora, circoscrivere

¹⁰Cfr. GENTILE, Emilio. **Fascismo. Storia e interpretazioni**, Roma-Bari: Laterza, 2013, pp. 117-179; DE FELICE, Renzo; LEDEEN, Michael A. **Intervista sul fascismo**, Roma-Bari: Laterza, 2019, pp. 54-112; GENTILE, Emilio. **Chi é fascista...**, ob. cit., p. 143.

anche da un punto di vista sociale: il fascismo, nella sua fase di generazione e di affermazione, è un fenomeno dei ceti medi¹¹.

Esta afirmação, como lembrado em cima, contrasta com uma realidade acadêmica e, ainda mais, jornalística que continua utilizando o fascismo como um modelo atemporal. Desde a época da Guerra Fria até hoje, várias e contrastantes definições e teorias sobre a experiência fascista foram e são propostas, com o resultado de conduzi-las longe da sua dimensão originária, italiana e europeia (o nazismo se desenvolve olhando pelo fascismo; várias experiências autoritárias fizeram o mesmo, como por exemplo: o Partido das Flechas Cruzadas de Szalasi na Hungria, o Movimento Legionário ou das Guardas de Ferro do Codreanu na Romênia, o Salazarismo no Portugal, etc.), para uma dimensão mundial.

Experimentos diferentes foram definidos como “fascistas”: o regime de Juan Perón na Argentina, a República presidencial pós-guerra de Charles De Gaulle na França, a ditadura dos coronéis na Grécia, a presidência de Richard Nixon nos Estados Unidos, os regimes militares na América Latina; mas durante a polêmica política fortemente opositiva daquela temporada, também as democracias liberais e os próprios regimes comunistas passaram pelo mesmo “espelho fascista”.

Na linguagem política atual o termo *fascismo* é universalmente utilizado em sentido depreciativo, como sinônimo de realidades diferentes e distantes: direita, contrarrevolução, reação, conservadorismo, autoritarismo, corporativismo, nacionalismo, racismo, imperialismo, e o elenco poderia continuar. O uso do conceito de fascismo em sociedades divididas e fragmentadas como as atuais, caracterizadas por discussões superficiais e descontextualizadas, corre um duplice risco.

Por um lado, o risco de utilizá-lo de forma instrumental na batalha política, para atribuir aos adversários intenções reacionárias e impulsos que têm o propósito de comprometer a vida democrática e o desenvolvimento social correto. Por outro lado, existe o risco de atribuir ao fascismo um aspecto universal e uma dimensão meta-histórica, como si ele pudesse manifestar-se em qualquer lugar e a qualquer momento, dando-lhe assim uma centralidade exagerada e desenvolvendo um verdadeiro anacronismo, que configura o fascismo fora do próprio contexto. O resultado pode gerar tanto uma posição de superficialidade, em nome da qual a opinião

¹¹“Eu sou muito firme em acreditar que o fascismo é um fenômeno que pode e deve ser estritamente circunscrito, caso contrário não entendemos mais nada: circunscrito cronologicamente, entre as duas guerras mundiais; circunscrito geograficamente, na Europa, e essencialmente na Europa Ocidental, ou seja, naquela Europa que, em certa medida, passou por um processo de liberalização, de democratização, que poderia ter sido mais ou menos avançado de acordo com os países. E ainda, precisa circunscrever também de um ponto de vista social: o fascismo, em sua fase de geração e afirmação, é um fenômeno da classe média”; cfr. DE FELICE; LEEDEN, **Entrevista sul fascismo...**, ob. cit., pp. 113-114.

pública se acostuma a escutar qualquer coisa, sem ter nenhuma atitude crítica, quanto construir um medo excessivo que poderia afetar o desenvolvimento democrático.

Falar disso, contudo, não significa limitar o debate entre estudiosos, ou não permitir a proposta de leituras históricas que poderiam qualificar recentes acontecimentos políticos ou desvios autoritários como tentativas de romper o caminho democrático em várias realidades do mundo. Significa apenas ressaltar que o fascismo histórico nasceu em determinadas condições (a Primeira Guerra Mundial, uma crise econômica, a fragilidade das instituições democráticas); que o risco de um ressurgimento do fascismo histórico pode ser considerado baixo, em quanto demasiados elementos seriam necessários para repropor o modelo ditatorial (quebradura da sociedade democrática; falta completa da divisão entre os poderes; miopia da classe dirigente; uma sociedade civil inexistente e sistematicamente calada).

No entanto, isto não significa que não sejam reais atitudes, referências históricas, declarações de pertença de intelectuais, movimentos políticos, associações que, para diversos fins, continuam olhando o fascismo e o nazismo como modelos, que se referem às palavras de Mussolini ou Hitler elogiando seus pensamento e ações como adequados para resolver os problemas da sociedade atual. As nossas constituições, todas as nossas leis, o que chamamos de antifascismo, já se expressaram no processo de reconstrução democrática, fizeram seu caminho através de uma clara posição de condenação contra a discriminação, contra o racismo, contra a vontade de não reconhecer a igualdade e a liberdade como essenciais, para que cada país possa buscar sua própria posição internacional e reconhecer a história, os direitos e as necessidades dos outros. O risco de uma nova proposição do fascismo se manifesta quando tudo isso é esquecido.

4. USOS E ABUSOS DO FASCISMO.

O uso demasiado da palavra/conceito *fascismo*, e do adjetivo *fascista* no contexto que atravessamos, nos ratifica a importância desta problemática que se apresenta por ora aos homens e mulheres do presente. Fazendo uma breve análise histórica do uso e emprego da categoria de fascismo e seus equivalentes em línguas diversas, veremos que desde fins da década de 1920, a palavra fascista passou a ser usada para designar e nomear outras experiências que não a italiana. O fascismo deixava de pertencer conceitual e unicamente à História da Itália,

para se tornar sinônimo de regimes autoritários, “bonapartistas”, ultranacionalistas, xenófobos, anticomunistas e racistas.¹²

Já no período do entre Guerras, mas, especialmente, no pós-guerra, a palavra fascismo deixa de ser exclusivamente um conceito e categoria da História, e torna-se também uma palavra de uso público e político, desconfigurando em partes a ideia originária do próprio conceito de fascismo e da experiência italiana que abarcara (1922-1943). No contexto da Guerra Fria, por exemplo, esta palavra tornara-se um estigma político, uma arma discursiva, um enunciado de rotulação, indicando vontades de poder e saber juntos, descartando a ingênua ideia de que *palavras* são apenas vocábulos a compor uma língua, como nos orienta Foucault em seu *A Ordem do Discurso*¹³.

A palavra não é um simples e inocente vocábulo, porque “aqueles que detêm o poder estabelecem os registros de linguagem que definem e atribuem sentido a realidade, expressando o resultado de um enfrentamento de forças que tem lugar no plano das relações de poder”¹⁴. Logo, neste contexto político, portanto, histórico, e de ânimos acirrados, palavra e poder tornam-se quase inseparáveis.

Foi ainda através dos enunciados, do dizer, de uma retórica do estigma, que o Ocidente capitalista lutou contra o Leste europeu comunista e vice-versa, ambas as partes se denominando *antifascistas* e acusando-se mutuamente de fascistas! Isso porque “tudo começa na retórica, no discurso social, nas ideologias, dando nome às coisas, aos acontecimentos, aos grupos humanos. Entretanto, nada, nem na linguagem como tal, nem na relação de inteligência com o mundo, não proíbe indubitavelmente de criar entidades heterogêneas, distinções despropositadas e amalgamas falaciosas”¹⁵.

Portanto, se faz necessário uma análise cuidadosa de como as palavras têm sido empregadas, usadas e ditas, inclusive no campo conceitual para definir fenômenos, ações, experiências históricas e seus complexos processos, bem como perceber por quem são ditas e para que(m) e contra que(m) são cunhadas e afirmadas. Há por meio da palavra uma guerra de narrativas, uma luta singular pelo dizer do que se está em processo, para o que se quer afirmar

¹²ANGENOT, Marc. Fascismo, Populismo: as utilizações contemporâneas de duas categorias políticas nas mídias. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 16 esp. Discurso e argumentação na política latino-americana, p. 247, set. 2018.

¹³FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

¹⁴PESAVENTO, Sandra Jatthy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). **Rev. Bras. Hist.** vol. 19 n. 37 São Paulo: set. 1999, p. 196.

¹⁵ANGENOT, Marc. **Fascismo, Populismo: as utilizações contemporâneas de duas categorias políticas nas mídias**. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 16 esp. Discurso e argumentação na política latino-americana, set. 2018, p. 247. p. 245-246.

e legitimizar como uma *verdade*¹⁶. Sendo assim, “enquanto representação, partilham da aludida capacidade ‘mágica’ referida por Bourdieu e são capazes de contribuir para a existência da coisa nomeada, o que, por sua vez, gera e normatiza práticas e avaliações sobre a realidade”¹⁷.

No Ocidente, sobretudo para as nações vencedoras, no pós Segunda Guerra Mundial não ser *fascista* era ser *anticomunista*, já para os comunistas do Leste europeu, sobretudo, ser antifascista era ser contra a dominação do capitalismo. Os russos, por exemplo, jamais aceitaram ser chamados de fascistas, pois alegavam sua luta juntamente com as potências aliadas para aniquilar os totalitarismos de Mussolini e de Hitler. A guerra discursiva e de narrativas era uma das armas desse jogo político, logo de poder, num mundo “bipolarizado” entre EUA e URSS.

De lá até o tempo em que nos encontramos, o termo fascismo nunca desapareceu completamente como forma de designar experiências autoritárias experimentadas pelo mundo. Exemplo disso é o que fizeram alguns historiadores(as) latino-americanos(as) ao importarem o conceito italiano para dá conta de suas realidades históricas específicas, como no caso do Brasil e da Argentina nas décadas de 1930 e 1940 (a Era Vargas no Brasil-1930-1945, e o governo de Perón na Argentina 1946-1955), bem como o período das Ditaduras Militares na América do Sul (décadas de 1960-1990).

Nesta segunda década do século XXI seu uso passou a ser quase diário, suscitado pelas novas contradições do tempo presente. No Brasil, pós Golpe de 2016, cognominado de *impeachment*¹⁸, pelos detentores da palavra e de algumas narrativas, logo da pretensa *ordenação do mundo*, do começo do governo ilegítimo de Michel Temer até o mandato atual do presidente da República, *fascismo e fascista* se tornaram palavras de ordem. Seja pela extrema direita, que se nega fascista, seja pelos segmentos de esquerdas e setores progressistas, que acusam outros de fascistas. Outro exemplo desta “apropriação conceitual” são os EUA, sob o mandato do atual presidente estadunidense (2020), em que jornais de diferentes matizes ideológicas cunharam o termo fascista e fascismo para pensar este momento da história dos Estados Unidos e as ações e comportamento de seu líder eleito democraticamente em 2016.

¹⁶FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

¹⁷PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Lugares malditos: a cidade do “outro” ...**, ob. cit., p. 196.

¹⁸Entre *impeachment* e Golpe há uma diferença abissal de sentidos. Sentidos não só ideológicos, mas de interpretação jurídica, política, histórica e sociológica, mas, sobretudo, do ponto de vista das **provas** apresentadas durante e posterior ao Processo, que mostraram nitidamente a inconsistência do chamado “impeachment” brasileiro de 2016, constituindo-se como um Golpe de Estado. Ver artigo: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **O Golpe de 2016: Breve ensaio de História imediata sobre democracia e autoritarismo** in: *Historiæ*, Rio Grande, 7 (2): 191-231, 2016. Ver: SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016. Ver também: ALMEIDA, Rodrigo de. **À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo: Leya, 2016.

Citamos como exemplo, matérias do The New York Times, Washington Post, The Nation e o The New Republic, veículos de comunicação com ideologias diferentes, mas que igualmente se utilizaram da expressão fascista e fascismo em diversos momentos de suas publicações e falas, de suas acusações.

Para o historiador italiano Enzo Traverso, o uso da palavra fascismo neste contexto traz uma ambiguidade semântica, em primeiro lugar, a seu ver, porque quase ninguém discute /discutia abertamente sobre o que era /é o fascismo; segundo, porque mesmo a maioria dos observadores e estudiosos, reconhecendo as diferenças entre o fascismo clássico (o histórico, de Mussolini) e os fenômenos autoritários da contemporaneidade, essa constatação não impede a comparação e a evocação da experiência do entre Guerras.

Para o referido historiador, “em resumo, o conceito de fascismo parece ser inapropriado e indispensável para se compreender esta nova realidade. Portanto, chamarei o momento atual de um período de pós-fascismo”¹⁹. O termo *pós-fascismo* na sua compreensão é mais adequado, embora não goze do mesmo *status* do conceito de fascismo, ele ajuda a descrever um fenômeno ainda em processo, em movimento, não cristalizado, definido e acabado. Esta compreensão de *pós-fascismo*, segundo o autor, enfatiza uma particularidade cronológica: o século XXI, bem como observa aspectos de transformação da ideia clássica e aspectos de sua continuidade, embora ressignificados.

A palavra é sempre um desafio, assim como o emprego de conceitos, que podem não ser consensuais para definir uma mesma experiência histórica. Há outros autores(as), intelectuais, movimentos sociais e partidos políticos, que veem utilizado o termo *neofascismo* na tentativa de compreender e nomear estas experiências autoritárias de inícios do século XXI. Um exemplo é o teórico Marc Angenot, para quem este termo teria surgido por volta da década de 1980 na França relacionado à extrema direita neoliberal, encabeçada pela Frente Nacional Francesa, e até então vem sendo utilizado em vários contextos históricos do mundo.

Este tem sido um termo empregado com frequência no Brasil, seja por partes dos seus intelectuais, pensadores(as), historiadores(as), sociólogos(as) e cientistas políticos, bem como por partidos políticos e suas militâncias. Neste termo conceito reconhecem uma inspiração em partes na ideologia clássica do fascismo, e suas nuances contemporâneas, como a xenofobia ao imigrante, o negacionismo científico, o ultranacionalismo, um conservadorismo exacerbado constatado por meio de práticas e representações, ódio às identidades múltiplas, revisionismo

¹⁹TRAVERSO, Enzo. Do Fascismo ao Pós-Fascismo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v. 13 n. 2, p. 13, 2019.

histórico, hostilidade ao sistema parlamentar e às Instituições democráticas do Estado de Direito, e como síntese desse conjunto, o ódio à Democracia.

Para outros, como o filósofo italiano Paolo Flores D'Arcais²⁰, há o termo de *fascismo pós-moderno*, que poderia contribuir para o entendimento dos tempos atuais, visto que tal cunhagem compreende elementos característicos e peculiares do novo século XXI. Ao analisar a experiência italiana dos governos de Silvio Berlusconi como primeiro-ministro, afirma que o “berlusconismo não é o fascismo, mas é o equivalente funcional e pós-moderno do fascismo”²¹, visto que implicaria na destruição da democracia liberal nas condições do novo milênio, caracterizadas pelo domínio da imagem, da globalização das mercadorias e da manipulação irrestrita da verdade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, não há ainda consenso no meio acadêmico e no campo da História sobre um único conceito para designar estas experiências que temos analisado e discutido, o que desemboca no uso por vezes, equivocado e anacrônico, do termo *fascismo*, sempre partindo de sua ideia clássica. Estes usos e abusos, quando não refletidos e empregados sem precisão, podem desconfigurar profundamente o conceito histórico de fascismo, que não é fruto do senso comum, bem como podendo não dá conta de elucidar a realidade histórica a que se está tentando compreender.

Mas, não nos preocupemos tanto, alguns períodos históricos da humanidade como, por exemplo, a Idade Antiga e Média, só foram nomeados após suas existências e fim, entretanto, como *nomear é dizer o mundo*, sempre queremos uma palavra exata para tal. Isso parte da ingerência humana no mundo e sobre o mundo, na busca de tentar apreendê-lo, dominá-lo, defini-lo, mas, por hora ou outra esbarramo-nos na limitação de nossa *linguagem*²² para definir aspectos do vivido.

Por enquanto, preocupemo-nos em combater²³ pela História e pela cidadania crítica toda e qualquer forma de autoritarismo que insista em (re)nascer no presente, anulando e matando²⁴ as democracias no mundo. Que estejamos lúcidos e atentos à ascensão de quaisquer governos

²⁰D'ARCAIS, Paolo Flores. **Fascismo e Berlusconi**. Revista Novos Estudos, v. 9, nov. 2011, p. 55-73.

²¹**Ibidem**, p. 55.

²²Ver o texto **Dizer o Tempo** da filósofa suíça-brasileira Jeanne Marie Gagnebin in: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete Aulas Sobre Linguagem, Memória e História**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997.

²³FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 2. ed. Editora Presença: Lisboa, 1989.

²⁴Ver: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

e experiências que não fortaleçam e preservem a vida humana, nossa experiência terrena do hoje, o que implica neste momento histórico que vivemos um combate também ao neoliberalismo, ou ultraliberalismo²⁵, aliados da extrema direita no mundo.

Na medida em que nações sucumbem ao peso dos ditames do neoliberalismo, que hoje tem-se apresentado como uma porta aberta para experiências autoritárias, outras e por vezes, as mesmas, emergem para a retomada dos princípios democráticos do Estado de Direito, da inclusão social, das liberdades e da garantia dos direitos conquistados historicamente, sobretudo, para os mais pobres, o que nos traz alento e esperança para a escrita de uma “nova história” como possibilidade. São exemplos dessa retomada, como fruto do combate ao ultraliberalismo, a Argentina (2019), a Bolívia (2020), e os Estados Unidos (2020), cujo *trumpismo* está com seus dias contados. Será o início de uma nova onda progressista?²⁶ Este eterno devir da História é combustível para os humanos, pois lembra-nos que toda experiência no mundo é construção e não *prescrição*. Não há História determinada, se não a que está no passado. A História futura, podemos escrever de outra forma, pautada na Democracia.

Daí que a Democracia deve tornar-se uma fé entre nós, uma crença permanente, insistente, como pensou Norberto Bobbio. E como ele, nos perguntamos aqui: qual fé? “A fé na democracia”. Qual Democracia? “A democracia como ideal de igualdade e tarefa de justiça”²⁷. E não há o que temer, pois, “quando se está do lado certo da história e se empunha uma bandeira justa, nunca se deve renunciar a uma boa luta, por mais difícil que ela seja”²⁸. E assim, sigamos repensando a Democracia representativa liberal em seus limites e possibilidades, bem como reescrevendo o Brasil e a história do mundo como possibilidade de esperança, liberdade e fraternidade entre os povos.

²⁵Ideologia política pautada na radicalização da agenda liberal, com drástica redução do papel do Estado, inviabilizando direitos sociais sem qualquer comedimento em relação às condições de vida do povo. É um freio à democracia social e não deixa de ser uma cosmologia econômica. CARA, Daniel. **Contra a barbárie, o direito à educação**. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação Contra a Barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**, 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 27

²⁶Ver: DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma História da Onda Progressista Sul-Americana (1996-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018.

²⁷BOBBIO, Norberto. **Qual Democracia?** São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 41.

²⁸Fala da ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em 05 de julho de 2016, num mês anterior a consumação do Golpe de 2016.

REFERÊNCIAS

ANGENOT, Marc. Fascismo, Populismo: as utilizações contemporâneas de duas categorias políticas nas mídias. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 16 esp. Discurso e argumentação na política latino-americana, set. 2018.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. 14. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Paz e Terra, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Qual Democracia?** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. In: **Educação Contra a Barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar** in: CÁSSIO, Fernando (org.). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

D'ARCAIS, Paolo Flores. **Fascismo e Berlusconi**. Revista Novos Estudos, v. 9, nov. 2011.

DE FELICE, Renzo; LEDEEN, Michael A. **Entrevista sul fascismo**. Roma-Bari: Laterza, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

GENTILE, Emilio. **Chi è fascista**, Roma-Bari: Laterza, 2019.

GENTILE, Emilio. **E fu subito regime. Il fascismo e la marcia su Roma**. Roma-Bari: Laterza, 2012.

GENTILE, Emilio. **Fascismo. Storia e interpretazioni**. Roma-Bari: Laterza, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). **Rev. Bras. Hist.** v. 19 n. 37 São Paulo: set. 1999.

TRAVERSO, Enzo. Do Fascismo ao Pós-Fascismo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. vol. 13, n. 2, 2019.

DISTOPIAS E ESPERANÇAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: CENÁRIOS QUE POTENCIALIZAM A CRISE DA COVID-19 NO BRASIL ATUAL*

Adauto Guedes Neto¹

Este texto é resultado da roda de diálogo intitulada *Distopias e Esperanças: resistências e resiliências no Brasil*, da qual participamos na programação do I Simpósio de História da ASCES-UNITA.

Na ocasião, busquei pensar a temática proposta a partir do recorte da pandemia que vivenciamos e como a mesma para além da tragédia que no exato momento que encaminho tais reflexões já ultrapassa os mais de 150 mil mortos, também desnudou as faces cruéis do capitalismo e do desgoverno que acomete a nação brasileira.

Para isso, busquei nas reflexões de Mascaro (2020), Michael Löwy (2020) e Boaventura de Souza Santos (2020), as referências necessárias para melhor compreender a relação que propomos entre a pandemia e o cenário econômico e político do Brasil atual.

Desta maneira, num primeiro momento focaremos na análise de conjuntura para compreendermos os fatores políticos que culminaram com ascensão do governo de extrema direita no Brasil e como tal processo dialoga com acontecimentos no mundo ocidental, especialmente na Europa e América.

Posteriormente, encaminhamos nossas análises a partir da relação pandemia-capitalismo, sobretudo com a intenção de percebermos como tal sistema potencializou de maneira negativa os estragos causados pela covid-19. As péssimas condições de saúde pública ofertada, questões de moradia - isto para não citar a falta delas, o desemprego, são questões que precisam ser mais bem discutidas, uma vez que implica diretamente no processo de contaminação ou da defesa dele.

Por fim, como pensar em resistir e esperar, para ser freiriano, no mundo pós-pandemia? Quais os prováveis cenários que nos esperam no futuro próximo? Estas, são algumas das problematizações que buscamos refletir na parte final deste trabalho.

*Este texto é o resultado da minha participação no Simpósio promovido pelo departamento de História da ASCES-UNITA, onde o apresentei na mesa de diálogos com a professora Dr.^a Maria do Rosário.

¹É professor efetivo da Educação Básica em Pernambuco – ETE Edson Mororó Moura-BJ, professor contratado da Faculdade de Belo Jardim-FBJ, doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE.

1. ANALISANDO A CONJUNTURA POLÍTICA: CENÁRIOS QUE POTENCIALIZAM A CRISE

Por destacar o cenário político atual brasileiro como um dos fatores que potencializaram a crise da covid-19, estabelecer uma reflexão que possa nos fazer compreender os fatores causadores de termos chegados a este governo, torna-se imprescindível a análise de conjuntura externa e interna para compreendermos tal processo.

Nos últimos anos temos assistido o crescimento de grupos e partidos de extrema direita. Na Europa, por exemplo, o discurso nacionalista e contra imigração tem potencializado tais grupos na França - a partir da Frente Nacional, que em 2017 levou Marine Le Pen ao segundo lugar na disputa presidencial, assim como a Alternativa para a Alemanha – AfD, que tem se fortalecido no parlamento alemão, Aurora Dourada na Grécia, considerado neonazista, e os governos de ultradireita na Polônia e Hungria.

Se não bastasse, baseado em tais discursos, vimos os ingleses através de referendo optarem pela saída do Reino Unido da União Europeia. Aliás, relacionado tal acontecimento, não podemos deixar de mencionar as acusações à Cambridge Analytica de utilizar além do permitido na legislação britânica a análise de dados e propagandas, bem como, usar para fins políticos dados privados de milhões de pessoas do Facebook. Tal empresa, também esteve envolvida nas estratégias da utilização de informações em seu banco de dados que culminaram na vitória de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, do qual teve como uma espécie de marqueteiro da sua campanha Steve Bannon – este, nunca se escondeu a aproximação com o clã Bolsonaro (PIRES, Breiller. Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon. EL PAÍS, 20/08/2020).

De tal forma, podemos perceber como estão entrelaçadas a ascensão da extrema direita no mundo ocidental no que corresponde a Europa-América, associados no caso da latino-américa a sucessivos golpes, tais como os ocorridos em Honduras, Paraguai, Brasil e mais recentemente, Bolívia, para citar alguns.

No caso específico do Brasil, o golpe de 2016, temos que acrescentar a própria tradição golpista deste país, uma vez que desde a instauração da República (1889), passando pela chamada fim da República Velha com a chegada de Getúlio Vargas à presidência (1930), a tentativa de anular as eleições de 1955 e impedir a posse de Juscelino Kubitschek, e sobretudo o golpe de 1964, percebemos a força deste componente no universo político brasileiro.

Some-se a isto a força de elementos conservadores e reacionários, das quais encontram respaldo na sociedade brasileira, esta que tem com base de formação fortes resquícios culturais do seu processo colonização, como o patriarcalismo, a escravidão e predominância do catolicismo.

É através deste último, que podemos perceber, por exemplo, como a propaganda anticomunista no Brasil dos anos 1920, tendo suas fortes ondas ocorridas em meados dos anos 1930 e de 1960, segundo Motta (2002), encontrou no componente conservador religioso católico grande esteio para sua disseminação.

Foi também do universo católico que verificamos grande reação da sociedade em apoio ao golpe de 1964, a partir das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, articuladas por setores conservadores, especialmente pelo grupo Tradição, Família e Propriedade – TFP. É importante destacar que, anos depois um grupo significativo de padres, bispos e leigos católicos, sobretudo na defesa dos direitos humanos, colocaram-se contra a ditadura militar no Brasil, a denominada ala progressista e que tinha na Teologia da Libertação uma das diretrizes para repensar o jeito de ser Igreja, ou seja, mais identificada com os pobres e de atuação constante nas periferias das grandes cidades e no campo.

Os anos 1980 no Brasil, é marcado por série de acontecimentos, dentre eles podemos citar: o fim da ditadura militar – a chamada transição democrática, o movimento Diretas Já!, a eleição indireta para a presidência, que pela primeira vez após a ditadura elegia-se um civil para governar o país, Tancredo Neves. Ele não chegou a assumir, pois faleceu depois de complicações cirúrgicas e assumiu em seu lugar o vice, José Sarney, a partir de março de 1985. O combate à inflação, herança maligna da ditadura militar brasileira, foi um dos objetivos deste governo, que também foi responsável por promulgar em 1988, a nova constituição do país.

O ambiente cultural religioso também passou por transformações, ao passo que a Teologia da Libertação sofria com o fogo amigo e se enfraquecia, houve o crescimento das igrejas neopentecostais. Desta forma, se por um lado com o enfraquecimento dos setores progressistas da Igreja Católica havia um afastamento da periferia por parte desta, tal lacuna começou a ser preenchida pelos evangélicos.

Quando analisamos a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018, mesmo que ele represente através de falas e gestos ou do seu puro e grotesco jeito de ser, a violência, o machismo, a homofobia etc., encontramos as explicações para o seu desempenho nas eleições daquele ano n'algumas das características da sociedade brasileira ou momentos históricos que descrevemos aqui.

É claro que não podemos deixar de mencionar os fatores imediatos do processo eleitoral de 2018, como as perseguições dos canais de comunicação do Brasil ao Partido dos Trabalhadores – PT, à presidenta Dilma Rousseff e sobretudo ao ex-presidente Lula, uma vez que ao atacá-los, fortaleceu-se o sentimento da antipolítica, do qual Bolsonaro buscou representar mesmo sendo um deputado de quase 30 anos de mandatos, sem nenhum projeto de lei de relevância ou que lhe tenha dado alguma notoriedade nessas quase três décadas, bem como a utilização da política como negócio de família, já que seus filhos também desfrutaram de cargos eletivos (atualmente: Flávio Bolsonaro é Senador pelo RJ, Eduardo Bolsonaro é Dep. Federal por SP e Carlos Bolsonaro é Vereador na cidade do RJ), ou seja, naquele que mais representava os vícios da cultura política brasileira, mesmo que o desejo popular fosse de mudança, novidade ou antissistema, houve um reencontro da população brasileira com as matrizes que compõem sua formação cultural e política.

A ascensão do neofascismo à brasileira, como conceituou Löwy (2020), marcada pelo negacionismo, militarismo e comunicação direta com o seu eleitor, foi ainda mais catastrófico para o Brasil, que em plena pandemia do coronavírus, viu potencializar-se tal crise, pois, “até o presente momento, Bolsonaro age em termos de propiciar o aumento do quadro pandêmico, sem política de maior vulto para o socorro à população (MASCARO, 2020, p. 13). Desta feita, em detrimento de um governo sem rumo e engessado num programa econômico ultraliberal, que tem pensado o tempo todo no lucro em detrimento de salvar vidas, o resultado foi um ministério da saúde que trocou de ministro três vezes no auge da pandemia e tal inoperância e desprezo pelo outro tem custado mais de 150 mil vidas.

Buscamos, portanto, ao relatar as condições que contribuíram com a ascensão bolsonarista, destacar tal processo por considerar a sua importância de maneira direta nos rumos negativos que resultaram no elevado número de infectados e mortos no Brasil.

2. A PANDEMIA E O CAPITALISMO

Ao acompanharmos o debate em torno do coronavírus, verificamos como ele esteve associado inicialmente a apontar culpados pela origem dele ou a sua natureza, e neste aspecto, para quem se informa no ocidente e sobretudo no Brasil, os chineses estavam no centro de tais acusações e não faltaram vídeos ou imagens no Facebook denunciando as condições de higiene na China. No entanto, como bem nos explica Mascaro, “não se pode limitar a pandemia do coronavírus às chaves de explicações biológicas ou da natureza. Trata-se de uma crise eminentemente social e histórica” (2020, p. 05). Esta perspectiva é central na nossa análise,

uma vez que, o drama mundial vivido por tantas mortes, especialmente no Brasil, foi dimensionado em consequência de um governo negacionista e incapaz, mas sobretudo pelas condições sociais precárias resultantes de um sistema excludente e desigual, o capitalismo.

É seguindo esta linha de análise que acredito poderá estar as possibilidades de contribuições dos historiadores, ou seja:

É tarefa dos historiadores tentarem remover essas vendas, ou pelo menos levantá-las um pouco ou de vez em quando – e, na medida que o fazem, podem dizer à sociedade contemporânea algumas coisas das quais ela poderia se beneficiar, ainda que hesite em aprendê-las².

Sendo assim, aí temos a importância de retirando as vendas que impedem uma visão mais clara da realidade social, contribuir para uma melhor compreensão e tomadas de decisões que ataquem e resolvam de fato os verdadeiros problemas.

Tomando a questão da pandemia como referência podemos refletir: quem propaga o vírus? As pessoas. Como evitar a propagação? Com o isolamento social.

Desta forma, chegamos a uma questão central que precisa ser melhor compreendida e debatida, pois, vivemos numa sociedade com déficit habitacional, neste ano o número de moradores de rua em São Paulo só cresceu, e os que escapam da covid-19, morrem de frio, os que tem casa encontram-se na seguinte situação: muitas não tem todos os cômodos, são superlotadas muitas vezes, sem água encanada ou ruas sem saneamento básico. Como praticar isolamento social nestas condições?

Sendo assim, afirmamos que as relações sociais oriundas do sistema capitalista, não permitem combater com eficácia a pandemia! Como bem afirma Mascaro, “o capitalismo, pelas suas formas, não pode resolver as questões da saúde coletiva, do assalariado e da habitação” (2020, p. 06).

A este ponto acrescentamos o trabalho, um dos principais indutores da lógica de acumulação do capital através da mais-valia. Por isso, para não morrer de fome muitos precisam sair para trabalhar, pegar conduções lotadas, e assim, o risco mais uma vez de contrair a covid-19 neste sistema se torna inevitável.

À serviço do capital, o presidente encampou a campanha publicitária: *O Brasil não pode parar*, que estimulou carreatas país afora pedindo a reabertura do comércio e das escolas. Dias depois a Justiça suspendeu a veiculação de tal peça nos meios de comunicação. Ou seja, em plena pandemia os riscos de diminuição dos lucros, falou mais alto do que a defesa da vida.

²HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 48.

Sendo assim, precisamos entender que tanto a inoperância e o perfil do governo brasileiro de então, associado sobretudo às formas de produção e relações que caracterizam o capitalismo, para além de impulsionar a crise, estes são a crise.

Se temos como elemento essencial para combater a pandemia o isolamento social, este acaba não acontecendo como deveria, pois, muitos não tem casa, tantos outros precisam sair para o trabalho, e isto só aumenta os índices de contaminação e mortes, agravando ainda mais a crise.

Neste cenário, só através de outro sistema de produção estaríamos mais seguros, e este com certeza não é o atual. Pois, como mais uma vez defende Mascaro,

Neste começo de crise, pensa-se pelo trivial: renda básica disponibilizada aos mais pobres, linhas de crédito de socorro a empresas, dilatação de prazo de pagamentos de tributos. É possível que nenhuma das receitas tradicionais ou de menor impacto sejam suficientes e, por fim, o capitalismo não consiga dar conta da pandemia: deve-se então superar rapidamente o capitalismo³.

Não resta dúvida que cada vez mais ficam evidentes as condições objetivas necessárias para o apelo popular por transformações desta realidade. De tal forma que, a superação do capitalismo é o melhor caminho para a mudança deste quadro de desgraça, que precisarão para tal encontrar os fatores subjetivos.

3. O FUTURO A NÓS RESERVADO: O PÓS-PANDEMIA E A BUSCA DO POSSÍVEL CONCRETO

Pensando o mundo pós-pandemia relembramos através Boaventura de Souza Santos (2020), que poderemos seguir para pelo menos dois caminhos: o retorno à realidade anterior à pandemia que já era péssimo, ou agravamento social das condições precárias que já expomos.

Quando analisamos o quadro atual, ressaltamos que já vivemos movimentos que apontam para um quadro de agravamento social, uma vez que, por exemplo, ainda em agosto de 2020, a Câmara dos Deputados Federais, aprovou o veto presidencial de reajuste salarial ao funcionalismo público até 2021. Pois bem, em plena pandemia, profissionais da área de saúde, segurança, educação etc., trabalham incansavelmente como nunca, convivendo com a triste perspectiva atual e de um futuro próximo de percas salariais. Tal fato acaba servindo como um prognóstico do que nos espera mais à frente.

³MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Pandemia**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 6-7.

A mesma valentia do governo e seus aliados no congresso não ocorre na mesma medida quanto ao setor do capital privado, já que em meio à pandemia, este mesmo governo aliviou a tributação sobre os lucros dos bancos de 20% para 15%, resultando numa perda de arrecadação no patamar de 4 bilhões, isso só entre os 4 principais bancos privados do país. Vale lembrar que, em junho deste ano, um banco privado brasileiro anunciou um lucro de 3,8 bilhões. Quando precisaríamos melhorar nossa arrecadação para melhorar os investimentos na saúde e na proteção às vidas dos cidadãos brasileiros, à serviço do capital, o governo brasileiro e seus aliados melhoraram os lucros dos que mais têm e arrocharam os que menos têm.

Para a classe média e alta, nunca foi tão importante os serviços de entrega de comida feita por entregadores que se arriscam no mundo pandêmico, estes que trabalham em alto nível de precarização do trabalho, mas que vivemos a falseada realidade de denominá-los empreendedores.

Portanto, tendo em vista este estado de coisas, é muito provável que sem reação popular, o atual nível de absurdos permaneça e cresça para um estágio ainda mais avançado de precariedade e percas de direitos.

Nesta realidade, onde está a resistência? Na esperança!

Como diria Ernst Bloch (2005), é preciso sonhar de olhos abertos, sonhos diurnos, que enxergam a realidade e se constroem a esperança de dias melhores através da ação e projetos de mudanças do atual estado de coisas. Esta utopia concreta do sonho diurno passa pela necessária compreensão dos aspectos políticos e sociais que caracterizam tal realidade, a fim de transformá-la.

Portanto, como nos explica Mascaro, citando Bloch:

O processo revolucionário não é linear nem teleológico. As condições objetivas podem, em alguma quadra do desenrolar da crise, encontrar as condições subjetivas, gerando, nas palavras de Ernst Bloch, o possível concreto⁴.

Com isso, mais uma vez reafirmamos que o futuro a nós reservado pode continuar ruim ou piorar nossa realidade social, isto não é mera visão catastrófica, caótica ou pessimista de futuro, pois de futuro não entende o historiador, mas é uma hipótese levantada com base nos dados analisados e estudos do passado e do presente a nós oferecidos, para que aí sim, se possa construir no presente a esperança, novas e melhores perspectivas de futuro.

⁴MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Pandemia...**, ob. cit., p. 23.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Trad. Nélio Schnneider. Rio de Janeiro: EDURJ, Contraponto, 2005. v. 1.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LÖWY, Michael. **O neofascista Bolsonaro diante da pandemia**. Blog da Boitempo, 2020. Disponível em: blogdaboitempo.com.br.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Pandemia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PIRES, Breiller. Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon. **EL PAÍS**, 2020. Disponível em: www.brasil.elpais.com.

CARICATURAS DA GUERRILHA: AS MEMÓRIAS DA LUTA ARMADA NO BRASIL NO PERÍODO DA ABERTURA DEMOCRÁTICA

Frederico Márcio Leandro Santiago¹

A ditadura militar brasileira, iniciada com o golpe de primeiro de abril de 1964, encontrou resistência em setores da população, que não aceitaram passivamente o assalto ao poder executado por parte das elites dominantes em articulação com militares reacionários. Muitos brasileiros e brasileiras, inclusive, pegaram em armas para enfrentar o governo ditatorial.

Formados por militantes oriundos dos mais diversos setores da sociedade, os grupos da esquerda armada empreenderam ações de guerrilha, visando a derrubada da ditadura e a reorganização da sociedade brasileira numa perspectiva revolucionária. No final da década de setenta, com os grupos da luta armada aniquilados militarmente pela repressão, muitos militantes que se encontravam no exílio, voltaram ao Brasil, no bojo da Lei da Anistia e passaram a produzir livros de memórias sobre a experiência da resistência armada contra a ditadura militar. Entre as obras produzidas sobre essa temática, naquele contexto, duas alcançaram bastante destaque, tornando-se textos de referência para pesquisadores do tema. Tais obras são: *O que é isso companheiro?* e *Os Carbonários*. A primeira de autoria de Fernando Gabeira e a segunda escrita por Alfredo Sirkis. Inclusive, *O Que é Isso Companheiro* se tornou *best-seller*.

Para além de todas as diferenças, as obras de Gabeira e Sirkis apresentam um balanço da experiência da luta armada no Brasil, fortemente marcado por uma tese, que, de tão amplamente difundida, acabou por se tornar uma espécie de chave de leitura hegemônica para se compreender os grupos da esquerda revolucionária, que enfrentaram a ditadura com armas. Tal tese, parte do seguinte pressuposto: a luta armada no Brasil foi empreendida por jovens de classe média, impulsionados por um arroubo juvenil de rebeldia.

Daniel Aarão Reis² descreve de forma muito precisa a versão hegemônica sobre a experiência da luta armada, forjada no contexto da redemocratização:

¹Mestre em Educação Contemporânea pela UFPE. Grupo de Pesquisa Ditadura, Resistência e Memória. E-mail: fred.00@hotmail.com.

²REIS, Daniel Aarão. **Versões e Ficções: o sequestro da História**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

A versão mais difundida apresenta os movimentos revolucionários dos anos 60 como uma grande aventura, no limite da irresponsabilidade: ações tresloucadas. Boas intenções, claro, mas equivocadas. Uma fulguração, cheia de luz e de alegria, com contrapontos trágicos, muita ingenuidade, vontade pura, puros desejos, ilusões.

Tal caracterização da esquerda armada, quase caricatural, acabou por reforçar vários estereótipos sobre a experiência guerrilheira e, como consequência, diminuiu a importância do debate sobre as formas de luta política, inclusive armada, no sentido de se pensar uma ruptura com o *status quo*.

Para melhor compreendermos as memórias produzidas por Gabeira e Sirkis se faz necessário situá-las no contexto histórico em que foram elaboradas, pois, naquele momento, estava em curso o chamado processo de “revisão crítica” da luta armada, iniciado pelos remanescentes da guerrilha no final dos anos setenta. Naquele contexto, com o movimento guerrilheiro completamente destruído pela repressão e setores da sociedade civil articulando as pressões pela abertura democrática, muitos sobreviventes dos porões da ditadura passaram a expor suas autocríticas sobre o processo da luta armada.

Na medida em que o processo de redemocratização avançava o discurso da maioria dos setores da esquerda convergia para a retomada das liberdades democráticas, o passado guerrilheiro ia sendo expurgado. Nesse sentido, falar em guerrilha nos meios políticos e intelectuais só se fosse em tom de arrependimento, ou para enumerar os mortos e desaparecidos. Luta armada passava, então, a ser sinônimo de autoritarismo, de algo retrógrado e sem sentido. O movimento guerrilheiro foi acusado de não levar em conta o valor da democracia. Naquele momento, a lógica era ampliar as forças políticas para a retomada da democracia e não mais tomar o poder pela via das armas.

No plano da produção intelectual um texto do filósofo Carlos Nelson Coutinho, de 1979, expressa bem a linha política desses setores da esquerda críticos da luta armada. Com uma interpretação um tanto reformista do pensamento gramsciano, Coutinho³ defende a tese da democracia como “valor universal” e acusa a luta armada de “golpismo de esquerda”. Para esse filósofo:

“O golpismo de esquerda – que infelizmente marcou boa parte do pensamento e da ação política das correntes populares no Brasil – é uma resposta equivocada e igualmente ‘prussiana’ aos processos de direção ‘pelo alto’ de que sempre se valeram as forças conservadoras e reacionárias em nosso país”.

³COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Carlos Eugênio Paz⁴, que foi um dos dirigentes da ALN, comenta sobre o clima de expurgo da luta armada que reinava, quando de sua volta ao Brasil, em 1981: “Primeiro quando me diziam: ‘Tem um artigo que não tá escrito na Lei de Anistia, mas você tem que se arrepender do que fizeste’ [...] Tinha outro artigo na Lei de Anistia, também não escrito, que dizia assim: ‘daquele tempo falarás apenas dos mortos’”.

Ao tentar expurgar de seu passado a guerra revolucionária, certos setores da esquerda brasileira acabaram por endossar uma tese das classes dominantes, que parte do princípio de que qualquer tentativa de utilização da violência por parte dos setores populares, mesmo em situações extremadas, é, a priori condenável, equivocada e fadada ao fracasso. Com afirmação de Safatle⁵, por trás dessa ideia de negação da violência revolucionária como forma de luta política: “[...] é provável que[...] esconda-se a aceitação tácita de que a violência popular será sempre ilegítima e errada. Há situações nas quais se deve deixar claro que, a partir de certo limite, a resposta popular é necessariamente violenta”.

Assim, é nesse contexto de revisão, que boa parte das memórias sobre a resistência à ditadura militar, incluídas as de Gabeira e Sirkis, procederam uma espécie de “esquecimento” seletivo, através do qual alguns aspectos do passado são ressaltados, enquanto outros são condenados ao ostracismo da memória, em função da dinâmica da correlação de forças em determinadas circunstâncias históricas. Como nos lembra Pollak⁶ “Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto”.

O que se percebe, portanto, é que para melhor entender esse processo de *caricaturização* das atividades guerrilheiras, é fundamental compreendermos o contexto das disputas políticas em torno da redemocratização do Brasil e a linha política adotada pelas esquerdas para ganhar espaço na Nova República. Ou seja, a memória hegemônica sobre os grupos guerrilheiros, onde predominou a tese da revolta juvenil contra a opressão acabou por simplificar uma forma de luta política bastante complexa, que é a luta armada, mobilizando o passado a partir, fundamentalmente, de uma necessidade de mudança de tática política do presente. Presente esse, que aceitaria jovens rebeldes arrependidos, mas nunca guerrilheiros convictos da necessidade da violência revolucionária para derrubada da ditadura.

Dessa forma, *O que é isso companheiro?* e *Os Carbonários* acabaram por ocultar uma série de aspectos importantíssimos para a compreensão do complexo fenômeno de experiência

⁴Participação de Carlos Eugênio Paz no Simpósio Guerra e História, realizado no dia 29/09/2010, no auditório de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: [HTTPS://youtu.be/AvtJVFi85Y4](https://youtu.be/AvtJVFi85Y4). Acesso em: 22 mar. 2019.

⁵In: MARIHELLA, Carlos. **Chamamento ao povo brasileiro**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

⁶POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

da luta armada no Brasil. Não foi dito, por exemplo, que, embora o movimento estudantil tivesse sido o grande espaço de recrutamento de quadros para as organizações armadas, também haviam muitos operários, camponeses e militares de baixa patente na composição dos grupos guerrilheiro. Cabe ressaltar, inclusive, que as principais lideranças das organizações de guerrilha, tais como: Mariano Joaquin, Virgílio Gomes, Joaquin Alencar Seixas, Eduardo Collen Leite, entre outros, não eram oriundos do movimento estudantil. Inclusive, o Movimento Revolucionário Tira Dentes (MRT), uma das organizações armadas mais combativas no enfrentamento da ditadura, foi formado totalmente por operários.

Além disso, e talvez ainda mais importante, é mostrar o projeto de sociedade proposto pelas organizações da esquerda armada, pois a guerrilha era uma tática, entendida, naquele contexto, como forma legítima e eficaz no combate à um regime ditatorial, uma vez que a via de acúmulo de forças através da ocupação do espaço parlamentar, defendida pelo PCB, colapsou a partir do golpe de 1 de abril de 1964.

A luta armada não era um fim em si. As ações armadas visavam derrubar a ditadura, como primeiro passo. No entanto, o objetivo estratégico era desenvolver uma série de medidas para organizar a sociedade brasileira a partir de uma forma de organização política e econômica que tirasse o país do atraso, distribuísse terras, erradicasse o analfabetismo combatesse as desigualdades sociais e trouxesse o povo para o centro das decisões políticas. Nesse sentido, as organizações guerrilheiras não tinham como objetivo a formação de um exército unificado para medir força com o governo ditatorial. Na verdade, as ações armadas visavam desestabilizar a ditadura, enfraquecê-la e expor os crimes cometidos pelo governo. Como nos mostra Ivan Seixas⁷:

Em nenhum momento as organizações revolucionárias pretenderam medir forças com o inimigo ou tomar territórios com suas ações armadas urbanas. Desde seu começo, as ações foram de denúncia e agitação contra o regime golpista, e de preparação para o combate definitivo que viria a partir de colunas guerrilheiras que se espalhariam pelo campo e interior do Brasil, onde o inimigo, menos organizado, seria surpreendido e atacado nos recônditos mais pobres do país para então cercar as grandes cidades.

A característica maior da guerrilha urbana foi sempre de uma guerra de desgaste político e de desestabilização do regime imposto pela força das armas. Com certeza não chegou ao ponto de permitir ou facilitar a eclosão de uma insurreição, mas carece de uma discussão aprofundada para entender esse fenômeno que aconteceu em praticamente todos os países do mundo.

⁷SEIXAS, Ivan. A resistência armada na luta contra a opressão. In: HAIKE, R. (Org). **A Luta pela Anistia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

Tratando a experiência da luta armada como expressão de uma causa de rebeldia juvenil de estudantes da classe média, *O que é isso Companheiro?* e *Os Carbonários* deixaram às escuras toda essa enormidade de aspectos importantes, que expusemos anteriormente.

A guerrilha, como memória caricaturada, forjou uma narrativa histórica hegemônica, que se espalhou por todos os setores da sociedade: na academia, nos meios de comunicação, nas produções artísticas⁸ e no debate público em geral, tratou-se de simplificar uma experiência histórica complexa, para que a memória sobre essa experiência coubesse perfeitamente numa nova estratégia política, condizente com o clima de conciliação, que reinava no contexto de transição democrática pactuada. Era necessário, por consequência, numa nítida atitude de uso político do passado, expor algumas memórias e, ao mesmo tempo, ocultar um sem-número de eventos históricos que, caso viessem à tona, desnudariam as caricaturas produzidas por Gabeira e Sirkis.

Assim sendo, as interpretações de Gabeira e Sirkis acabaram por operar uma espécie de enquadramento da memória⁹, através do qual, a experiência da luta armada foi sendo jogada no esquecimento como memória manipulada¹⁰, e, quando surgia, era de forma caricatural.

Tal panorama, acaba por dificultar o entendimento do processo de resistência armada em sua complexidade, ocultando do debate sobre questões fundamentais, como a concepção de sociedade defendida pelas organizações guerrilheiras, suas propostas para a crise brasileira naquele contexto, bem como a percepção da violência revolucionária, compreendida no bojo de uma situação histórica onde a guerra é a continuidade da política por outros meios¹¹.

Memórias que revelam, podem, ao mesmo tempo, esconder. No processo de escolha entre o que expor e o que ocultar do passado, tem muito peso os interesses do sujeito que produz as memórias, a partir de determinadas condições do presente. Não há ilegitimidade alguma em mobilizar o passado em função de questões do presente. Pelo contrário, é bastante comum entre os historiadores o recurso ao método regressivo¹², pois como afirma Le Goff¹³ “[...] o passado é apreendido no presente e responde, portanto, a seus interesses, o que não é só inevitável como legítimo”. Porém, o aspecto problemático do recurso ao passado é quando o critério da seletividade das memórias evocadas tem como pressuposto o esquecimento deliberado.

⁸A produção televisiva de mais audiência sobre o período da luta armada, a minissérie *Anos Rebeldes*, escrita por Gilberto Braga, teve como uma das suas principais referências o livro de memórias de Alfredo Sirkis.

⁹ Veja POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, 1989.

¹⁰ Veja RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

¹¹ Cfr. CLAUSEWITZ, C. Von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

¹² Para uma melhor compreensão do “método regressivo”, é indicada a leitura do clássico **Apologia da História** de Marc Bloch.

¹³ LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

No caso das memórias de Gabeira e Sirkis esse esquecimento deliberado levou a criação de uma caricatura que, em função de sua ampla difusão e aceitação nos meios sociais, ganhou caráter de verdade quase incontestável, sobretudo porque apresentava uma narrativa da experiência guerrilheira bastante palatável para ambiente político da redemocratização, onde as esquerdas desenvolviam uma nova plataforma política, muito mais próxima da aceitação das regras da democracia parlamentar burguesa do que da tradição marxista-leninista, que pressupunha a ideia de tomada do poder.

O Que é Isso Companheiro? e *Os Carbonários* despontaram, naquele contexto, como sendo uma espécie de chave de leitura sobre as organizações da esquerda armada. Trouxeram memórias importantes sobre a experiência da guerrilha urbana no Brasil das décadas de 60 e 70. Porém, reduziram, simplificaram e, no limite, despolitizaram as experiências guerrilheiras. Pensaram a luta armada fora de seu contexto histórico e político, ou seja, fora do espectro político da luta de classes no Brasil. O que restou? Jovens estudante, rebeldes, lutando heroicamente contra o governo ditatorial, ou seja, uma caricatura das esquerdas armadas.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CLAUSEWITZ, C. Von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

GABEIRA, Fernando. **O Que é Isso Companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

HAIKE, R. (Org). **A Luta pela Anistia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REIS, Daniel Aarão. **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

_____. **Versões e Ficções: o sequestro da História**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SAINT-PIERRE. Héctor Luis. **A política armada: fundamentos da Guerra Revolucionária**. São Paulo: Unesp, 2000.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**. São Paulo: Global, 1983.

O BOLSONARISMO E O FAMILISMO IMORAL

Jeysiane Luciana Gomes Mariano¹

Ana Paula Afonso dos Santos²

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o pensamento de Robert Putnam em seus estudos para compreender as instituições democráticas, um dos objetivos para se entender a cultura cívica é partir do pressuposto que a cidadania se caracteriza pela preocupação em questões públicas, em paralelo a isso existe a falta de virtude cívica, que segundo o autor seria um “familismo imoral”, onde os indivíduos procuram obter vantagens em prol do seu núcleo familiar, partindo da orientação de que outras pessoas farão o mesmo, uma vez que os indivíduos agem para uma maximização do seu interesse imediato, sejam eles ilegais ou imorais. Desse modo, o trabalho buscou analisar de forma teórica o simbolismo bolsonarista e seu poder grupal enquanto núcleo familiar. Para uma melhor abrange os objetivos, este trabalho dividi-se em duas análises: a primeira, buscamos fazer uma breve recapitulação sobre a agenda política e a replicação nos indivíduos. Por último, buscamos nos debruçar sobre o assunto acerca da conceituação sobre o familismo imoral.

O trabalho também foi desenvolvido através das discussões feitas entre colegas e professores ao longo do período letivo acerca da figura do presidente Jair Bolsonaro e o seu núcleo familiar. Elege-se a pesquisa qualitativa descritiva como elemento principal da análise, recorrendo a leituras de artigos acadêmicos como aspecto norteador para uma melhor compreensão. A metodologia do presente trabalho se enquadra como base, essencialmente, o método indutivo, partindo de formulações particulares para o pensamento geral. Tal escolha foi realizada por compreender que a utilização das técnicas metodológicas atenderia os objetivos proposto.

¹Graduanda em Ciência Política (ASCES-UNITA). Contato: jeysiane.luciana@gmail.com.

²Graduanda em Ciência Política (ASC ES-UNITA). Contato: aninhapaula285@gmail.com.

2. ANÁLISE DO EXOGRUPO E DOS POSICIONAMENTOS DO JAIR BOLSONARO

Quando adentramos na definição mínima de democracia, Paulo Bonavides caracteriza a relevância da discussão destacando que “nos dias correntes, a palavra democracia domina com tal força a linguagem política deste século, que raro o governo, a sociedade ou o Estado que se não proclamem democráticos”³. Assim, partimos da análise das posturas do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro para entender como funciona a relação entre o seu comportamento e a maximização do interesse do seu ciclo familiar.

Em um primeiro ponto, levantamos a hipótese de análise da postura do presidente enquanto indivíduo. Observamos a sua tentativa de se aproximar em suas falas e atitudes a uma parcela da população que se identifica com suas posturas e posicionamentos, como aqueles que são contrários a assuntos de pautas sociais, como por exemplo, a legalização do aborto e da maconha, ou aqueles que são favoráveis ao porte de arma para defesa pessoal, e uma maior ‘liberdade’ no mercado, bem como aqueles que se identificam antipetistas, afirmou cada vez mais a definição da sua agenda política, governando, desse modo, para uma parcela específica da população brasileira⁴.

São assuntos de pauta social brasileira que o levou ao cargo da presidência da república em 2018. Ao investigar essas relações entre o comportamento da figura presidencial, observamos a relação de confiança existente no seu eleitorado, e o desejo de diferenciar-se de outros grupos, motivando os indivíduos a formar uma identidade social exogrupal⁵. Nesse sentido, o estudo desses levantamentos é fundamental para entender temas da história social, econômica e política no Brasil, pois a classe elitista se favorece com as pautas citadas, desse modo, Bourdieu levanta bem essa questão:

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição no mundo social que detêm por delegação⁶.

³BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. Editores Malheiros LTDA. São Paulo, SP, 1995, p. 354.

⁴Ver Notícia na BBC “Polêmicas turbinam público de Bolsonaro nas redes, mas ‘sentimento negativo’ sobre presidente aumenta. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49639813>. Acesso em 15 ago. 2020.

⁵Ver BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Rev. Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, n. 1, jan.-abr. 2018.

⁶BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 1989. p. 12.

A partir disso, a identidade social configurada na confiança favorece alguns atores políticos, formando um eixo fortalecedor para aqueles que detêm de certo poder dentro do jogo político, onde as ideologias moldam a sociedade através dos conteúdos simbólicos praticados por grupos sociais, pois, segundo Julian Borba,

[...] a ideologia possui dois grandes momentos de operação: o momento primário, quando está materializada cristalizada ou naturalizada nas relações sociais, e o momento secundário, que surge quando as ideologias primárias estão em crise e aparecem com a função de fundamentação ou racionalização de ideias que objetivam criar ou manter determinadas formas de dominação⁷.

Como destaca Borba, a ideologia se materializa no cotidiano, ou seja, nas relações sociais, provocadas por outros indivíduos. Para tanto, o voto começa a ser orientado através das imagens dos candidatos e como eles se articulam com essa troca de processos, marcado pelo descrédito e a desconfiança em relação à política ou aos políticos. No caso do então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, como bem foi levantado no presente trabalho, os mecanismos de pauta sociais foram os principais pontos que fortaleceu a sua campanha a eleição no ano de 2018.

De acordo com Letícia Cesarino, as diferentes formas estratégicas do bolsonarismo e dos seus exogrupos são apenas um dos efeitos do campo político que foi reorganizado através da força das mídias sociais e outros tipos de redes sociais⁸. Além de outros mecanismos estratégicos importantes, como a psicologia de massas, através de conteúdos alarmistas e conspiratórios, bem como um canal de ligação direta para a comunicação, símbolo do poder exogrupal e favorecimento para a formação do bolsonarismo e do seu entorno familiar, o que reforça os posicionamentos e as posturas do Jair Bolsonaro frente à massa seguidora dos seus ideais. Pierre Bourdieu traz algumas implicações em relação à reprodução dessa massa:

Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”⁹.

⁷BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Rev. Opinião Pública**, Campinas, v. XI, p. 154, 2005.

⁸CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Rev. antropol.** São Paulo, Online. v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

⁹BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico...**, ob. cit., p. 10.

As implicações sobre o contexto cultural, social e ideológico para formulação da agenda política do presente Jair Bolsonaro favorece o comportamento eleitoral na busca por seguidores que se assemelhem com seus ideais antissociais. Portanto, a relação entre a cultura e as estruturas políticas existentes na sociedade brasileira durante esse período, justificou os grandes números de grupos que foram construídos. Ainda em complementaridade, segundo os autores Borges e Vidigal, as naturezas de identificação que move os cidadãos em relação aos argumentos supracitados formam um grau de identificação de tal modo que “quanto mais a participação no grupo maximiza as semelhanças entre os indivíduos membros do grupo, bem como as diferenças com os membros de fora, maior é a probabilidade de um indivíduo se identificar com o endogrupo”¹⁰.

3. AS REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS BOLSONARISTAS

Em um segundo ponto de análise, procuramos ressaltar o conceito abordado pelo presente trabalho relacionado ao “familismo imoral”, ao trazer essa conceituação trazida por Robert Putnam, mostramos que se enquadram perfeitamente as práticas do Jair Bolsonaro, ao colocar a família em primeiro plano. No entanto, Sérgio Buarque de Holanda evidência que práticas como essas são contrários ao Estado democrático:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma continuidade e até uma oposição (...), a verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência¹¹.

Assim, a construção do Bolsonarismo na sociedade brasileira corresponde a uma visão da cultura política de ciclo familiar no presidente Jair Bolsonaro, com atitude de orientações para que as mesmas práticas sejam aplicadas no cotidiano dos indivíduos, portanto, no campo eleitoral a grande maioria do seu eleitorado orienta-se através da imagem difusa e vaga transmitida pelo seu candidato, onde para Lucio R. Rennó o pensamento de Robert Putnam sobre o assunto em questão faz-se presente na contemporaneidade, pois

¹⁰BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidatismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Rev. Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, n. 1, p. 57, jan.-abr. 2018.

¹¹HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. ed. 26. Companhia das Letras. São Paulo, 1995, p. 141.

O “familismo imoral” baseia-se na preponderância de comportamentos oportunistas orientados para maximizar o ganho privado. Uma vez que os indivíduos agem guiados somente por seus interesses imediatos, o alcance das estratégias disponíveis é amplo, incluindo atitudes não necessariamente orientadas por restrições legais ou morais¹².

Dessa forma, é possível observar que ao longo de nossa história os predomínios de núcleos de maximização de interesses próprios para beneficiar determinados grupos são constantes. Com vontades particularistas para controlar o público, o eleitorado e aqueles que formam a identidade do círculo simbólico.

Para entender como as redes de relações sociais bolsonaristas funcionam, é necessário entender melhor sobre obediência e ação coletiva. De acordo com Adriano Gianturco, entende-se que um líder não pode governar sozinho, pois é preciso um grupo consideráveis de seguidores,

No entanto, para angariar o apoio das massas, é preciso criar uma ideologia, e, para tal, são necessários os formadores de opinião, os intelectuais, os filósofos que legitimem os historiadores oficiais e os cientistas a próprio serviço. É uma pirâmide, em que cada peça tem sua importância de acordo com sua posição, e o líder é ainda mais imprescindível¹³.

Neste contexto, a Ação Coletiva, parte do entendimento de que a pluralidade existente na sociedade é habitada por indivíduos que interagem entre si, sendo entendido como uma ação de comportamento humano que encontram a percepção de um problema na sociedade e a partir disto, buscam uma motivação para resolvê-lo¹⁴. E, a partir disso, depreende-se que as abordagens ideológicas moldam a identidade política da ação coletiva. Complementando o fator de interesse econômico, ressaltado nessa seção, onde os indivíduos buscam a maximização dos interesses próprios e/ou privados em detrimento dos interesses coletivos e/ou públicos, como é o caso do “familismo imoral”.

Em relação à interação de comunicação entre os grupos de interesses, como o bolsonarismo, alavancado pelas práticas do ciclo familiar do Jair Bolsonaro, Bordieu (1989) chama a atenção para as estruturas de legitimação por parte dos dominados, o que nesse sentido, daremos ênfase a percepção do bolsonarismo:

E quanto aos instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de

¹²RENNÓ, Lúcio R. Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Rev. Opinião Pública**, Campinas, v. VII, n. 1, p. 35, 2001.

¹³GIANTURCO, Adriano. **A Ciência da Política**: uma introdução. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 146.

¹⁴MONTEIRO, Alcides A., MONTEZ, Mário Miguel. Sentidos de mobilização e de desmobilização da ação coletiva. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, abril, p. 217–237, 2015.

instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”¹⁵.

Observa-se que para a mobilização desses grupos, é imprescindível o fortalecimento da identidade como um modo de criar um espírito de comunidade, criando e incentivando novos seguidores. Retomando a questão dos interesses dos grupos, observamos que ao longo do processo da análise da postura do presidente Bolsonaro, e o vínculo de confiança que foi instalado dentro dos seus núcleos exgrupais, Gianturco, esclarece a análise do programa de mobilização e a ação coletiva configurada em alguns governos:

É mais fácil conseguir apoio com um programa “negativo” contra um inimigo, contra algo ou até contra um inimigo imaginário do que um programa “positivo” em prol de algo. Ao tentar criar um programa positivo, algumas pessoas concordarão, mas outras se dividirão sobre os vários detalhes (...). É mais fácil criar uma identidade coletiva, colocando-o contra um outro grupo, um outro povo, uma outra nação; dessa forma ficarão claras as muitas diferenças com “os outros”, e não se notarão as próprias diferenças internas¹⁶.

A respeito do conceito do familismo imoral, conceituado por Robert Putnam (apud, RENNÓ, 2001), deixa-se claro o sentimento da tradição estrutural de poder simbólico e da força da herança familiar que é fruto do contexto histórico político, social e econômico existente no Brasil. Esse cenário, de acordo com Nobre, revela os limites da democracia brasileira onde “o pertencimento a famílias com tradição na política viabiliza o ingresso nas estruturas de poder político por acessar o capital político construído como negócio da família”¹⁷. Perpetuando dentro da política e do sistema eleitoral, bem como nos grupos de interesses, as famílias no poder provocam e alimentam o nepotismo. Diante do exposto, e em apertada síntese, a força da tradição familiar no Brasil tem provocado ao longo das últimas décadas uma geração de práticas que garantem a defesa dos interesses do núcleo familiar e de seus grupos de interesses locais e nacionais, dificultando mudanças consideradas progressistas de cunho social, quando relacionadas às práticas institucionais, bem como as políticas públicas.

¹⁵BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**..., ob. cit., p. 11.

¹⁶GIANURCO, Adriano. **A Ciência da Política: uma introdução**..., ob. cit., p. 157.

¹⁷NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, vol. 20. n.3, p. 431, set.-dez. 2017.

4. RESULTADOS

A partir da discussão apresentada no presente trabalho, extrairmos algumas conclusões a respeito da proposta e objetivos da pesquisa: é possível perceber o quanto o simbolismo do patrimonialismo tanto trazido nas obras de Max Weber e Sérgio Buarque de Holanda e ainda vigora nos dias atuais, fazendo concordância com a conceituação sobre o familismo imoral nas obras de Robert Putnam, onde não existe a distinção entre os limites do público e os limites do privado, por último, os determinantes centrais apresentados para que desse uma estrutura sólida ao trabalho se encontra na identidade que os indivíduos constroem dentro dos seus grupos que dão o alicerce para a replicação em questão que envolvem o interesse público, provocando desse modo o nascimento de candidatos a cargos públicos que maximizam os interesses ao seu próprio núcleo familiar.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. Editores Malheiros LTDA. São Paulo, SP, 1995.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Rev. Opinião Pública**, Campinas, v. XI, p. 147-168, 2005.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Rev. Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, jan.-abr. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, RJ, 1989.

GIANTURCO, Adriano. **A Ciência da Política: uma introdução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n.3, set-dez. 2017.

RENNÓ, Lúcio R. Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Rev. Opinião Pública**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 33-59, 2001.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA ARENA POLÍTICA: ANÁLISE DO FENÔMENO NA HISTÓRIA BRASILEIRA

Maria Yallane Barbosa¹

Witalo Brenno Martins Acioli²

Salys Santos Acioli³

Elba Ravane Alves Amorim⁴

1. INTRODUÇÃO

Foucault, ao debater a história das sexualidades, enaltece a problemática da “austeridade sexual” como um código moral criado e aferido na realidade social. Essa moral sexual sempre fora uma circunscrição preenchida por homens visto que, não se discutia acerca da moralidade dos atos praticados pelas mulheres. Em contrapartida, porém, elas apareciam apenas como um objeto ou uma parceira que devia ser educada e vigiada por seu parceiro. Assim, podia-se perceber que as mulheres nem sequer eram tratadas como pessoas, por vezes, poderiam ser rebaixadas a mercadorias, em que, só lhes era concedido o mínimo de moral sexual: quando as mesmas estivessem sob a guarda de um homem.

As mulheres eram adstritas, tendo seus direitos severamente limitados e suas obrigações altamente desenhadas por seus maridos ou pais. Em diversas culturas, a monogamia era severamente punida, idealizada como um ato maligno. Esse controle social aplicava-se apenas para as mulheres, pois na constância da vida marital, os homens podiam ter relações sexuais com mulheres fora do casamento e nenhuma implicação ética seria enaltecida por esse fato. O autor ainda destaca que:

[...] sem dúvida, um dos pontos mais notáveis dessa reflexão moral: ela não tenta definir um campo de conduta e um domínio de regras válidas — segundo as modulações necessárias — para os dois sexos; ela é uma elaboração da conduta masculina feita do ponto de vista dos homens e para dar forma à sua conduta⁵.

¹Acadêmica em Direito pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida-ASCES UNITA. E-mail: mariayallane3004@gmail.com

²Acadêmico em Direito pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida-ASCES UNITA. Pesquisador do Programa de Iniciação Científica da ASCES UNITA. E-mail: witalobrenno16@gmail.com.

³Acadêmico em Direito pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida-ASCES UNITA. E-mail: salys03santos@hotmail.com.

⁴Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Centro Universitário Tabosa de Almeida-ASCES UNITA. E-mail: elbaamorim@asc.es.edu.br.

⁵FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Paris: Éditions Gallimard, 1998. v. 15, p. 23.

Resgatando essa abordagem para a arena política atual, mesmo ultrapassando, em tese, essas barreiras conceituais citadas por Foucault, as mulheres enfrentam grandes dificuldades para adentrar e atuar na política. Se enaltece que: é de extrema importância que as poucas mulheres que estão presentes na política atuem em prol das demandas femininas, mas Bourdieu⁶ ao explicar o “Campo Político”, afirma que se perfaz por um jogo para se chegar no poder e, nessa esteira, muitos políticos acabam refutando o interesse de seu eleitorado. Nessa mesma esteira, uma mulher, em um universo preenchido quase que unanimemente por homens, acaba, em muitos casos, sendo coagida a seguir os parâmetros das ambições masculinas.

Albuquerque e Amorim⁷ afirmam que os preceitos filosóficos influenciaram e, atualmente, mesmo que de forma mais branda, ainda influenciam a política institucional. A título de exemplo, John Locke afirmava que apenas os homens eram detentores da racionalidade nata, por isso, seriam os mais preparados para participar ativamente da esfera pública. As mulheres, nesta geografia, estariam circunscritas apenas ao ambiente doméstico. Neste diapasão, a presente pesquisa tem como objetivo analisar como os preceitos históricos justificam a violência sofrida pelas mulheres na política. Assim, é subdivida nas seguintes etapas: 1. Descrever a luta das mulheres pelo reconhecimento como sujeito político; 2. Analisar os óbices patriarcais que dificultam a atuação feminina na política; 3. Analisar a violência contra mulher na arena política.

2. METODOLOGIA

Por meio de uma pesquisa bibliográfica em autores como Miguel e Feitosa (2009); Albuquerque e Amorim (2018); Bestler (2016); Pinto (2010); Pinheiro (2006), foi averiguado como as mulheres estiveram nas margens políticas durante toda historicidade brasileira e, principalmente, como essa cultura afeta a atuação delas atualmente. A pesquisa é documental, sendo utilizados os seguintes documentos: Relatório Latinobarômetro 2018, CF de 1988. De cunho qualitativo, pois busca fazer uma análise correlacionando os aspectos históricos e atuais, de modo que, possa encontrar as causas pelo aumento da violência contra mulher na política.

⁶BOURDIEU, Pierre. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan-jul. 2011.

⁷ALBUQUERQUE, Jr.; AMORIM, E. Apontamentos Sobre a Violência Contra a Mulher na Política Institucional Brasileira. **Revista Debate Insubmissos**, Caruaru. v. 1, n. 2, 2018.

3. HISTÓRIA DA MULHER NA POLÍTICA

Historicamente, e em um contexto mundial, a cidadania política feminina foi mitigada e condicionada a uma vasta segregação sexista, marcada, dentre outros fatores, pelo machismo estrutural e pelas exacerbadas exigências monetárias que compunham o voto censitário. Assim, por mais redundante que pareça, não parecia adequado tratar o sufrágio, no século XIX, como uma conquista universal (como o próprio nome sugeria) visto que, “durante muito tempo, votar e poder ser votado foram privilégios de poucos: homens, brancos e possuidores de bens”⁸.

Diante da necessidade de se reduzir as desigualdades vigentes entre homens e mulheres no campo político e social, diversos países (a exemplo dos Estados Unidos e das Nações Europeias) passaram a contar com um movimento de mulheres libertário, denominado de “as sufragistas”, as quais lutavam para assegurar espaço para as mulheres não apenas na vida pública em si, mas também no trabalho, na educação, na autonomia sobre seus corpos, nas decisões sobre suas vidas. No Brasil, todavia, o direito ao voto só fora conquistado em 1932, após a promulgação do Novo Código Eleitoral brasileiro e de muita luta feminista (liderada, dentre outras sufragistas brasileiras, por Bertha Lutz, precursora da busca pela concretização do sufrágio feminino no país e fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922)⁹.

Apesar de tal conquista, e de a primeira mulher (Carlota Pereira de Queiroz, eleita deputada federal em 1934) ao entrar de modo ativo na política o tenha feito 2 anos depois da promulgação desse Novo Código Eleitoral, o exercício do voto feminino só se firmou, efetivamente, em 1946, com o fim do Estado Novo. Outrossim, em face da ausência de debates acerca das questões femininas, da ditadura Vargas e das radicalizações impostas pelo Golpe Militar de 1964, poucas alterações significativas se deram, entre 1946 e 1982, na representatividade feminina no Legislativo brasileiro. A título de exemplo, porém, é válido citar que: apesar de toda turbulência enfrentada diante do cenário vivido na época (de ditadura militar), em 1979, pela primeira vez na história do país, uma mulher assume um cargo no Senado Federal: Eunice Michiles, dedicando-se “a temas considerados de interesse direto das mulheres, como informação e acesso à anticoncepção e um amplo debate sobre a descriminalização do aborto”¹⁰.

⁸BESTER, G. M. A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho – PR, n. 25, p. 332, 2016.

⁹PINTO, Céli. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.18, n. 36, 2010.

¹⁰PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Brasília: Brasília, 2006. p. 30.

Celi Regina Pinto preleciona que, uma das mais importantes instituições para formalizar os direitos das mulheres foi a Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), criado em 1984. Assim, juntamente com outras associações que pressionavam os governantes para a concretização da igualdade de gênero, como a Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), foram responsáveis por formular campanhas para que os direitos das mulheres fossem incluídos na nova Carta Magna. Essas campanhas ouviam mulheres de todo o país, de várias etnias, classes e idades, as demandas eram levadas aos constituintes para que pudessem ser formalizadas. Finalmente, em 1988, o que podemos chamar de Glória Democrática, com a promulgação de uma Constituição cujo regime adotado fora o democrático representativo, as mulheres obtiveram, de maneira formalizada, a igualdades em direitos e obrigações com relação aos homens, expressamente em seu Art. 5º, inciso I.

4. ÓBICES PARA ATUAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA ATUAL

Atualmente, muito se debate e defende a teoria do “Contrato Social”, debatida por inúmeros autores, mas laureada principalmente por Thomas Hobbes. Essa teoria diz respeito ao fato de que as pessoas nascem más e irracionais (sentido natural). Assim, caso tenham liberdade para lutar ilimitadamente pelo poder, a humanidade seria relegada a um ambiente animalesco. Apenas dispondo dessa liberdade para viver sob a égides de leis que limitam a atuação humana, as pessoas poderiam viver de forma pacífica e igualitária, sendo protegidas por um ente maior: o Estado.

Pateman¹¹ ao debater essa teoria, afirma que essa ideia de igualdade foi pensada apenas no contexto masculino. Na realidade, os teóricos não enaltecem o contrato responsável por restringir a atuação feminina: o “Contrato Sexual”. Esse contrato refere-se à gênese do contrato político, mas, em específico o direito patriarcal ou o poder dos homens sobre as mulheres. Para Pateman¹², *O Leviatã*, como cita Hobbes, não cria uma liberdade civil universalizada. Assim, existe na realidade um “Contrato Original” que se subdivide em um binômio: sexual e social. Sexual por legitimar a subordinação feminina ao homem e por “criar direitos políticos dos homens sob as mulheres”. Nessa conjuntura o contrato original criaria a “Lei do Direito Sexual Masculino”.

Neste mesmo aspecto, podemos relacionar esse fato a teoria do *habitus* criada por Bourdieu e explicada por Albuquerque e Amorim. Conceito que se refere ao fato de que as

¹¹PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Trad. Marta Avancini, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

¹²**Ibidem**, p.17.

instituições de poder serem estruturadas com base em dogmas culturais que são internalizadas pelas pessoas, assim, as relações de poder são criadas com finco na desigualdade de gênero. Dessa forma, aduz as autoras: “Logo, a ação, o pensamento e o sentimento se dão a partir dos estereótipos de gênero socialmente construídos e internalizados individualmente e coletivamente pelos sujeitos a partir da interação social”¹³.

Analisando a realidade brasileira, podemos perceber que existem inúmeras legislações que versam sobre a igualdade de gênero, entre elas o Art. 5º, inciso I da *Lex Mater* de 1988. Todavia, como enaltece Miguel e Biroli¹⁴, ocorre um descompasso na realidade, em que há uma promessa formal da plena igualdade e a real desigualdade na prática. Na política é possível perceber uma égide entendida por Robert Filmer e debatida por Pateman: “o poder político era poder paterno e que o poder reprodutor do pai era a origem do direito político”.

Mesmo de forma tácita, esse entendimento reverbera a realidade do Brasil, visto que, em 2014, de 513 deputados federais, apenas 51 são mulheres, e em 2018, esse número aumentou para 77. Em termos percentuais, isso equivale um aumento de 10% para 15% do número de mulheres na Câmara Federal. Essa quantidade, quando equiparada ao tempo em que a Lei de Cotas está vigente (mais de 20 anos), mostra-se em um progresso muito lento e, de fato, os dogmas patriarcais corroboram para isso.

Mesmo não conseguindo alcançar seu real objetivo, que seria a paridade entre homens e mulheres na política, a Lei de Cotas foi um marco legal para impulsionar a atuação feminina nas esferas decisórias. Tal garantia fez com que algo que outrora estava a mercê da vontade partidária passasse a ser impositivo, formalizado em lei e estabelecendo um percentual mínimo da presença feminina para concorrer a cargos eleitorais¹⁵. Entretanto, muitos partidos preenchem a cota mínima apenas para seguir a legislação, como Clara Araújo¹⁶ preleciona, apenas “preenchem um vazio”, pois, por vezes, são usadas como “laranjas”. São mulheres que não recebem plausivelmente o financiamento eleitoral. Albuquerque e Amorim¹⁷ definem esses casos da seguinte forma:

¹³ ALBUQUERQUE, J., AMORIM, E. Apontamentos Sobre a Violência Contra a Mulher na Política Institucional Brasileira. **Revista Debate Insubmissos**, Caruaru. v. 1, n. 2, p. 147, 2018.

¹⁴ BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 653-679, 2010.

¹⁵ MIGUEL, Luis Felipe. Teoria Política Feminista e Liberalismo: O caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 15, n. 44, p. 94-102, 2000.

¹⁶ ARAÚJO, C. Valores e desigualdade de gênero Mediações entre participação política e representação democrática. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 2016.

¹⁷ ALBUQUERQUE, J., AMORIM, E. Apontamentos Sobre a Violência Contra a Mulher na Política Institucional Brasileira. **Revista Debate Insubmissos**, Caruaru. v. 1, n. 2, p. 152, 2018.

A expressão mulheres-laranjas, é utilizada em duas situações: (i) para referir-se a candidaturas de mulheres que não se representam, ou seja, não representam um projeto político próprio (e aqui nem estamos falando em um ideal projeto feminista), mas sim interesses de um homem que por algum motivo não pode candidatar-se. (...) O termo é ainda utilizado para referir-se a candidaturas fantasmas, aquelas em que a candidatura das mulheres é inscrita pelo partido político apenas para cumprir uma formalidade legal. por vezes nem a mulher sabe que seu nome foi inserido na lista.

Dessa forma, é possível visualizar que o ambiente decisório tenta, ao máximo, corromper a estrutura social para garantir a consecução da exclusão feminina na política. Como explana Pateman¹⁸, o Contrato Original criou uma liberdade e uma subordinação. Sendo assim, os homens são livres e as mulheres, a eles, são subordinadas. Isso fica claro quando se debate a ideia de Contrato Social, usa-se a terminologia “todos os homens nascem livres”. Excluindo apenas Hobbes, os autores clássicos, ao debater esse fato, afirmam que as mulheres, por si só, não possuem racionalidade suficiente para serem consideradas indivíduos. Dessa forma, uma instituição que deveria ser o finco para sanar as desigualdades e fomentar meios para atuação feminina na política, apenas colabora para a sistemática do patriarcado. Esse fato acarreta um baixo índice de confiança nos partidos políticos. Isso fica claro ao observar a tabela abaixo:

Tabela 1- Nível de Confiança Nas Instituições

Instituições	Confiança
Igreja	73
Forças Armadas	58
Parlamento	12
Governo	6
Partidos Políticos	6

Fonte: Latinobarômetro¹⁹, 2018. Elaborado pelo autor.

Como preleciona Araújo²⁰, muitas vagas são preenchidas por mulheres apenas para ser mais “simpático” sob a ótica social. Isso enaltece fato de que, em 2016, o “o TSE apurou que

¹⁸ PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 21.

¹⁹ LATINOBARÓMETRO. **Informe 2018**. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO%20(1).pdf. Acessado em 12 out. 2020.

²⁰ ARAÚJO, C. Valores e desigualdade de gênero Mediações entre participação política e representação democrática. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 2016.

16.131 candidaturas não receberam nenhum voto, dessas candidaturas, 14.417 são de mulheres e apenas 1.714 são de homens”.²¹ Além disso, como a geografia social circunda a mulher aos afazeres domésticos, acabam tendo menos tempo para se dedicar a política. Esse é um dos principais fatores pelos quais a mulher desiste de adentrar na vida política, pois terá uma dupla rotina de trabalho: externamente e internamente ao lar. Esse panorama facilita a participação política dos homens pelo fato da dominação masculina os ter concedido o privilégio de se responsabilizar apenas pela esfera pública (MIGUEL & FEITOSA²²; ARAUJO; MIGUEL & BIROLI²³). Assim, o contrato sexual é o meio pelo qual o homem faz do seu direito natural de ser superior as mulheres, um código moral, ou direito patriarcal civil.

5. VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA ARENA POLÍTICA

Na política, a violência se manifesta para os diversos fatores, alguns deles são: Gênero, LGBTQI+, racial e virtual. Além dessas modalidades, podem ser morais, psicológicas, institucionais e físicas. São inúmeros os atos para subordinar as minorias sociais. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Marielle Franco aponta que 98,5% das mulheres que responderam à pesquisa, declararam ter sofrido violência política. O público-alvo são as mulheres negras. Tal fato obteve os seguintes dados:

Tabela 2- Categorias de violência política.

Descritor	Porcentagem
Violência Virtual	78%
Violência Moral e psicológica	62%
Violência Institucional	55%
Violência Racial	44%
Violência Física	42%
Violência Sexual	32%
Violência de Gênero e/ou LGBTQI+	28%

Fonte: Instituto Marielle Franco²⁴. Elaborado pelo autor.

²¹ALBUQUERQUE, J.; AMORIM, E. Apontamentos Sobre a Violência Contra a Mulher na Política Institucional Brasileira. **Revista Debate Insubmissos**, Caruaru. v. 1, n. 2, p.152, 2018.

²²MIGUEL, Luís Felipe. FEITOSA, Fernanda. O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201 a 221, 2009.

²³BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luís Felipe. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 653-679, 2010.

²⁴INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Categorias de violência política utilizadas na pesquisa**. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org/violencias>. Acessado em: 09 nov. 2020.

Nesta pesquisa é possível visualizar o quão difícil é ser mulher e negra no Brasil. É sob esse panorama que muitas mulheres eleitas não conseguem atuar em prol das demandas femininas, seus princípios são barrados de forma violenta para que as demandas masculinas possam ser idealizadas.

Celi Pinto²⁵, enaltece que para que possa haver a efetiva representação política das mulheres, não basta apenas que muitas mulheres estejam ocupando cargos políticos. Apenas a presença sem atuação, corrobora apenas para a eternização da dominação masculina. Ao explicar a visão de Anne Phillip sobre a representação feminina na política, afirma haver um binômio que espreeita sua eficácia: primeiramente, haver um aumento de mulheres em cargos políticos, para, em números, conseguir paridade de gênero; mas é imprescindível também, que essas mulheres eleitas atuem em prol da legalização das demandas femininas. Com isso, indaga-se: perante essa violência política tácita e “legalizada” por uma ordem patriarcal, é possível consagrar essa representação efetiva?

Além da perpetuação do patriarcado por muitos homens, não se pode negar que muitas mulheres são adeptas desses estereótipos. Assim, não é apenas a classe masculina que deve repensar seus preceitos. Como afirma Pinto, não é por ser mulher, que se é adepta das demandas femininas. Logo, em resposta a indagação supracitada, podemos afirmar que a atuação da mulher na política ainda se encontra ancorada na teoria explanada por Miguel e Feitosa²⁶ como “Política do Desvelo” ou “Política Maternal”, seria neste caso, o fato de que quando é dado poder para atuação feminina nos espaços decisórios, estas ainda ficam responsáveis por assuntos de menores repercussões sociais. As temáticas mais polêmicas estão em peso à mercê da atuação masculina. Esse prisma apenas demonstra que as teorias filosóficas que consideram a racionalidade feminina contestável, perduram até os dias atuais.

A título de exemplo da represália feminina na política, pode-se citar a deputada Tabata Amaral. Aos 25 anos, eleita em sua primeira eleição e com uma considerável aceitação do público, estava escalada para concorrer ao cargo de prefeita em São Paulo, sob a representação do partido PDT. Todavia, ao contrariar o programa partidário na votação, sofreu inúmeras críticas, entre elas, a de Ciro Gomes, candidato nas eleições de 2018 à presidência da República. Segundo a deputada, ela era constantemente subjugada entre os colegas de profissão, assim como foi por Ciro Gomes, que a chamou de “vendedora de voto” e afirmou que ela votou

²⁵PINTO, C. R. J. Uma mulher “recatada”: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 565-587, 2014.

²⁶MIGUEL, Luis Felipe. FEITOSA, Fernanda. O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201 a 221, 2009.

“contra o povo”. Desse modo, é possível observar que o fato de uma mulher impor seus posicionamentos, ultrapassando regras masculinas pré-estabelecidas, causa uma grande repulsa, não só política, mas também social, pois Tabata Amaral sofreu inúmeras críticas da sociedade.

Outro ato que demonstra essa violência tácita contra mulher na arena política, foi o impeachment do ex-presidente Dilma Rousseff. Ao não se submeter às ambições políticas já desenhadas em toda história da atuação masculina em busca pelo poder, ela foi altamente repudiada, odiada pela maior parte da nação brasileira e, através de uma manipulação no campo política, perdeu seu mandato. De forma análoga, é válido citar também a agressão física cometida em maio de 2015, pelo então presidente do PPS, Roberto Freire, contra a deputada federal do Pcdob, Jandira Feghali ante uma calorosa discussão ocorrida no plenário. Não bastando todo o preconceito contra a mulher na política já evidenciado quando o fato se deu, a deputada ainda sofreu ameaças por parte de outro parlamentar, o deputado Alberto Fraga (DEM-DF) que afirmou, inclusive, que “mulher que participa da política e bate como homem deve apanhar como homem”.

Em virtude do que foi mencionado, a justificativa para tal ato teve como pretexto a alegação, por parte de Fraga, de que ele não estaria fazendo nenhum tipo de apologia à violência doméstica, como se foi discutido, mas que havia sido mal interpretado. Como se pode perceber, sua atitude representou não apenas uma quebra de decoro, contudo, também, uma típica incitação ao ódio, à discriminação de gênero e à violência contra mulher, mostrando-nos o quão difícil se é ser mulher ativa na política de um país cujos membros que ali se encontram para representar a população em suas necessidades, agem, na realidade, de modo a representar e perpetuar as mais variadas formas de dominação masculina e de violência estrutural dentro da arena.

6. CONCLUSÃO

Dado o exposto, imperioso se faz destacar que: às mulheres historicamente, é negado o poder da fala política, sendo historicamente determinado o espaço doméstico como o seu lugar no mundo. A tradição cultural tem prevalecido sobre a premissa constitucional de que todas as pessoas são iguais, no campo privado e público, a desigualdade entre homens e mulheres é real. Quadros repugnantes de preconceito contra a mulher na política onde homens e mulheres reproduzindo a cultura do machismo as agredem de forma verbal e até mesmo de forma física.

De um modo geral, esse cenário vem sofrendo mudanças positivas no que tange o aumento da força das vozes femininas. Todavia, como visto, os dados que relatam essa violência

são recentes e, também, deve-se levar em consideração que o número de mulheres ainda é muito ínfimo.

Tal premissa acarreta uma falsa introdução da mulher na política frente ao modelo de representação política retrógrado e patriarcal que ainda resiste a qualquer mudança no sentido de viabilizar uma maior participação e voz ativa a mulher nos espaços do poder constituído, levando, desse modo, a idealização, desenvolvimento e execução de políticas públicas que, reiteradamente, não atendem às suas reais necessidades.

Mas, ressaltamos que há evoluções no campo formal e prático. Evoluções estas, fruto de muita luta feminina ainda mais forte em favor de seus direitos, em favor da sua voz, lutando por uma sociedade igualitária onde o machismo seja extinto e homens e mulheres tenham condições materiais de ocupar os mesmos espaços.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Elba Ravane Alves. ALBUQUERQUE, Juliene Tenório de. Apontamentos sobre a violência contra a mulher na política institucional brasileira. **Revista Debate Insubmissos**, Caruaru. v. 1, n. 2, p.143-162, 2018.

ARAÚJO, C. Valores e desigualdade de gênero Mediações entre participação política e representação democrática. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 2016.

BESTER, G. M. A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho – PR, n. 25, p. 332, 2016.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3. 2010, p. 653-679.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan.-jul. 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. v. 15, Éditions Gallimard. 1998, p. 23.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Categorias de violência política utilizadas na pesquisa**. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org/violencias>. Acessado em 09 nov. 2020.

LATINOBARÓMETRO. **Informe 2018**. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO%20(1).pdf). Acessado em 12 nov. 2020.

MIGUEL, L. F., Feitosa, F. O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 1. p. 201 a 221. 2009.

PATEMAN, C. O Contrato Sexual. Trad. Marta Avancini, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Brasília: Brasília, 2006.

PINTO, Céli. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol.18, n.36, 2010.

PINTO, C. R. J. Uma mulher “recatada”: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29. 2014.

O IMPEACHMENT NA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA

Daniel Dutra de Góis ¹

A história política do Brasil é marcada por alguns momentos marcantes de destituição em desfavor de presidentes, através do processo conhecido como *Impeachment*. Este trabalho busca entender os processos impeditivos de cargo no âmbito da presidência da república, desde Carlos Luz e Café Filho até Fernando Collor e Dilma Rousseff. Depois da retomada democrática e a efetivação da Constituição Federal de 1988, a sociedade brasileira acompanhou dois processos de impedimento, Collor em 1992 e Dilma em 2016, este último recheado de inconsistências. Muitos consideram somente esses dois na história brasileira, mas Fernando Collor não foi o primeiro presidente a deixar o cargo dessa maneira. Em 1955, dois presidentes brasileiros passaram pelo mesmo processo. E, assim como em 2016, a democracia foi ameaçada em algumas situações na época decorrentes de toda a efervescência política no momento. O objetivo desta produção é entender aspectos importantes do rito para a abertura e andamento do processo de impeachment, entender como aconteceram os exemplos cravados na história brasileira e analisar os impactos dessa ferramenta legal na democracia do Brasil.

O impeachment pode ser entendido como um processo jurídico e político capaz de destituir ocupantes de cargos públicos em âmbito governamental, através de todo um procedimento acusatório instaurado pelo Legislativo para verificar se os pedidos, que podem surgir de camadas populares, estão de acordo com os requisitos necessários para o impedimento. Além de todo o devido processo legal, é importante destacar o aspecto político do impeachment, evidenciado pelo simples fato de que nenhum presidente sofre a queda sem o aval de deputados e senadores. Existe uma verdadeira disputa de interesses e narrativas quando um procedimento impeditivo é aberto no Legislativo. Muitas vezes, o impeachment é utilizado por grupos políticos descompromissados com o bem-estar social e o estado democrático de direito para conseguir apoio popular com base em mentiras, atentando contra a democracia e colocando a legitimidade da soberania popular no processo eleitoral em risco. Nos últimos 30 anos, a população brasileira acompanhou o desenrolar de dois processos desta natureza, ambos com êxito para as teses defendidas pelos agentes acusatórios de crime de responsabilidade, mas com algumas diferenças perceptíveis no contexto social e na forma como parlamentares utilizaram o procedimento, muitos com total irresponsabilidade. Com isso, é importante

¹Bacharel em Direito, Graduando em História. ASCES-UNITA. E-mail: danieldutradegois95@gmail.com.

destacar o que é esse processo de impeachment e sua natureza. Gabriel Marques entende esse processo como “uma situação muito grave, na qual a autoridade que comete a infração perde o cargo e sofre sérias consequências, tais como a inabilitação para o exercício de função pública por certo tempo.”² Benigno Núñez Novo, abordando a realidade jurídica brasileira do processo em pauta, aponta o impeachment como “impugnação de mandato, que envolve crimes, desvio de verbas, violação de direitos, desrespeito às leis e às normas constitucionais, bem como o abuso do poder por parte dos governantes, é regulamentado pela lei 1079/50, presente na Constituição Brasileira, no qual estabelece o período máximo de cassação em cinco anos”³.

O impeachment surge no Brasil com a Lei nº 1.079/50, responsável por definir os crimes de responsabilidade e regular o processo de julgamento. O primeiro processo aberto neste sentido não teve êxito e aconteceu em 1954, quando setores oposicionistas ligados ao conservadorismo buscavam desestabilizar o governo de Getúlio Vargas, através de denúncias propagadas por setores parciais da imprensa. Mas somente 35 deputados votaram pelo deferimento, e o pedido não prosperou. A derrota da oposição não foi suficiente para encerrar a crise política, que persiste e Getúlio tira a própria vida em agosto de 1954, assumindo em seu lugar o vice Café Filho. Depois de se licenciar para cuidar da saúde, Café Filho abre espaço para Carlos Luz, então presidente da Câmara dos Deputados, assumir o cargo por apenas três dias. Foi o primeiro presidente a sofrer impedimento por parte do Congresso Nacional. Com toda essa instabilidade política, Café Filho anuncia sua volta a presidência, mas acaba sendo mais um afetado pelo afastamento colocado pelo Legislativo. Em pouco tempo, dois presidentes foram afastados por processos de impeachment muito mais motivados por interesses políticos do que qualquer dispositivo legal. Sobre a instabilidade política que apresenta esses processos de impedimento, Núñez Novo aponta que “A destituição de dois presidentes em 1955 foi o ponto mais crítico do turbulento período compreendido entre o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, e a posse de Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1956. Bem menos conhecidas são as duas primeiras destituições, ocorridas em 1955, quando a Câmara dos Deputados e o Senado votaram pelo impedimento dos presidentes Carlos Luz e Café Filho”⁴.

No ordenamento jurídico brasileiro, a motivação para um pedido acusatório pautado em impeachment passa pelo suposto cometimento de crime de responsabilidade. Essa

²MARQUES, Gabriel. O que é impeachment? Perguntas e respostas sobre o que é e como funciona o procedimento de impeachment. **JusBrasil**. <https://gabrielmarques.jusbrasil.com.br/artigos/172450520/o-que-e-impeachment>. Acesso em 14 nov.2020.

³NOVO, Benigno Núñez. O processo de impeachment à brasileira. **JusBrasil**. <https://jus.com.br/artigos/77920/o-processo-de-impeachment-a-brasileira>. Acesso em 13 nov. 2020.

⁴NOVO, Benigno Núñez. O processo de impeachment à brasileira. **JusBrasil**. <https://jus.com.br/artigos/77920/o-processo-de-impeachment-a-brasileira>. Acesso em 13 nov. 2020

modalidade de violação em âmbito político e administrativo tem como base legal o artigo 85 da Constituição Federal de 1988, mas é importante destacar também a lei especial de impeachment. Marques aponta que “O crime de responsabilidade representa, em verdade, uma infração político-administrativa, sendo importante citar alguns casos regrados pelo artigo 85 da Constituição, assim como pelo artigo 4º da Lei nº 1079/50, que especifica as hipóteses constitucionais. São exemplos o caso de o Presidente da República atentar contra a Constituição, contra o exercício dos direitos, contra a probidade na administração, ou quanto ao cumprimento de leis e decisões judiciais”⁵.

Diante de uma ferramenta extremamente importante e relevante para o exercício de democracia forte e consolidada, todos os agentes sociais precisam de muito cuidado em uma hipotética necessidade de utilização desse mecanismo, visto que a história do próprio estado brasileiro mostra vários exemplos de irresponsabilidade no uso do impedimento. Nesse sentido, Filipe Mendanha destaca que “É importantíssimo mencionar que o processo de impeachment deve ser visto pela sociedade como algo extraordinário e de Carter excepcional, de forma que não torne algo corriqueiro e habitual, vez que a democracia e o respeito a decisão da maioria dentro do nosso sistema eleitoral deve ser respeito e tratado como regra geral de um Estado democrático de direito.”⁶ O impedimento do cargo nos moldes equivocados e que desrespeita a legislação pátria pode lesionar de maneira severa a democracia de uma nação.

O dispositivo do impeachment pode atuar no sentido de impulsionar mais a responsabilidade das figuras públicas nos cargos que ocupam, tendo em vista um possível afastamento, vexatório para qualquer político, em caso de descumprimento da lei maior e da legislação especial. Para que o processo de impedimento tenha prosperidade, é necessária alguma denúncia que comprove um possível cometimento do chamado “crime de responsabilidade”. Essa modalidade delituosa pode ser entendida como o ponto de partida, o ato inaugural, para o desenvolvimento de um impeachment. Nesse sentido, Marques entende que “O crime de responsabilidade representa, em verdade, uma infração político-administrativa, sendo importante citar alguns casos regrados pelo artigo 85 da Constituição, assim como pelo artigo 4º da Lei nº 1079/50, que especifica as hipóteses constitucionais. São exemplos o caso de o Presidente da República atentar contra a Constituição, contra o exercício dos direitos,

⁵MARQUES, Gabriel. O que é impeachment? Perguntas e respostas sobre o que é e como funciona o procedimento de impeachment. **JusBrasil**. <https://gabrielmarques.jusbrasil.com.br/artigos/172450520/o-que-e-impeachment>. Acesso em 14 nov.2020.

⁶MENDANHA, Filipe. **O impeachment no Brasil: uma sentença redigida por políticos**. Jus.com.br. <https://jus.com.br/artigos/77237/o-impeachment-no-brasil-uma-sentenca-redigida-por-politicos>. Acesso em 14 nov. 2020.

contra a probidade na administração, ou quanto ao cumprimento de leis e decisões judiciais”⁷. De acordo com a legislação especial de impeachment, qualquer cidadão brasileiro pode apresentar um requerimento objetivando a destituição. No andamento do processo, a câmara dos deputados acolhe o pedido, passa por análise de comissões e vaia a votação, sendo aprovado, a câmara autoriza a instauração do procedimento. Depois, passa por uma sessão de julgamento no Senado Federal, com o presidente do Supremo Tribunal Federal presidindo a sessão, como pontua Gabriel Marques: “A acusação parte de qualquer cidadão brasileiro contra o Presidente da República (artigo 14 da Lei nº 1079/50). Primeiramente, ocorre um juízo de admissibilidade pela Câmara dos Deputados, que precisa autorizar o início do processo por 2/3 dos seus membros. Após, ocorre o julgamento pelo Senado Federal, presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. Para que o Presidente seja condenado também será necessária uma votação por 2/3 dos Senadores, conforme o artigo 86 da Constituição Federal”⁸.

Com eventual sucesso em um processo de impeachment, o acusado recebe em seu desfavor a perda do cargo e suspensão dos direitos políticos, com inelegibilidade por oito anos. Em relação ao crime de responsabilidade, fator que impulsiona o impedimento, é importante destacar a figura da improbidade administrativa, ato infracional por parte do ocupante de cargo público e que configura o crime de responsabilidade. Bianca Lopes aponta que o “*Improbis administrator*” é quem atenta contra a probidade administrativa, que é uma infração de natureza ética, não jurídica, e não está tipificada. Os atos do Presidente da República que atentem contra a probidade administrativa configuram crime de responsabilidade e implicam perda da função presidencial.”⁹ Todo o processo parece até simples, com a abordagem pura da legislação, mas os vários componentes de um procedimento tão impactante na vida de uma sociedade, como articulações políticas, mobilização popular nas ruas e grande interesse da mídia no assunto, mostram como a interpretação dos fatos por parte dos envolvidos no processo pode marcar todo o rumo histórico de um país. É um processo protagonista na trajetória de qualquer sociedade.

Retomando a linha histórica, como a política brasileira não gosta de calmaria, mais momentos tensos acontecem, como a ditadura militar. Com a retomada da democracia aparecendo nos anos 80 e o primeiro processo eleitoral direto acontecendo em 1989, com a vitória de Fernando Collor, muitos esperavam um momento mais tranquilo, mas a insegurança

⁷MARQUES, Gabriel. O que é impeachment? Perguntas e respostas sobre o que é e como funciona o procedimento de impeachment. **JusBrasil**. <https://gabrielmarques.jusbrasil.com.br/artigos/172450520/o-que-e-impeachment>. Acesso em 14 nov. 2020.

⁸**Ibidem**.

⁹LOPES, Bianca. Impeachment Fernando Collor de Mello. **JusBrasil**. <https://biancadlopes.jusbrasil.com.br/artigos/439021412/impeachment-fernando-collor-de-mello>. Acesso em 14 nov. 2020.

política continua, e o impeachment aparece mais uma vez nesse momento turbulento. Com a insatisfação da população com medidas desastrosas do governo, acusações de corrupção e irregularidades financeiras, o parlamento abriu procedimento em desfavor de Collor. O governo comandado por Fernando Collor de Mello ficou marcado por crises econômicas intensas, que se agravaram ainda mais com as reações desastradas da gestão federal no âmbito econômico, mergulhando a população em uma miséria sem freio. No meio de todo esse contexto, escândalos de corrupção aparecem, com figuras importantes do governo como protagonistas. O caso de Paulo César Farias foi o mais emblemático, visto que o irmão do presidente, Pedro Collor, denunciou a participação de Fernando Collor nos supostos esquemas de PC Farias. A partir dessa posição de Pedro Collor, várias investigações se iniciaram contra o presidente. Nesse contexto, um pedido de impeachment foi protocolado em setembro de 1992, com base no artigo 85 do recente texto constitucional brasileiro e a lei especial de impeachment, acusando Fernando Collor de cometer crime de responsabilidade. Sobre esse momento, Marco Antônio Villa destaca que “Do outro lado da praça dos Três Poderes, Ibsen Pinheiro iniciou, a 2 de setembro, o encaminhamento legal para a apreciação do pedido de impeachment. Criou-se uma comissão composta por 49 deputados, com a participação de representantes de todos os partidos. Estimou-se que a comissão estava dividida ao meio entre governistas e oposicionistas. Em 36 minutos, numa rápida sessão, foi lido o despacho de Ibsen e o pedido de afastamento.”¹⁰ Com todo esse contexto, a população ficou ainda mais revoltada com a situação e o povo decide se mobilizar em torno da saída do presidente. As pesquisas apontavam uma das maiores rejeições já registradas na presidência da república. Villa aponta que “A 30 de agosto o Datafolha divulgou nova pesquisa: 76% dos entrevistados consideravam o governo péssimo, 8% achavam que era ruim, 9%, regular, 4%, bom, e apenas 3%o julgavam ótimo. Era o pior resultado desde março de 1990.”¹¹ Ficando cada vez mais forte o movimento, vários protestos ocorreram no país. Villa ainda destaca grandes movimentos populares favoráveis ao impedimento de Collor: “A 18 de setembro, em São Paulo, dois grandes atos foram realizados pelo impeachment: uma passeata pela avenida Paulista, com 50 mil participantes, e um ato público no Vale do Anhangabaú, com 60 mil presentes, segundo a Polícia Militar — número sensivelmente inferior ao da passeata de 25 de agosto. Também ocorreram manifestações em João Pessoa, Natal e Rio Branco.”¹² O afastamento era considerado certo e, no início da sessão

¹⁰VILLA, Marco Antônio. **Collor Presidente**. 2. ed. Record, 2016. p. 212.

¹¹**Ibidem**, p. 213.

¹²**Ibidem**, p. 220.

para votação do processo, Collor anuncia sua renúncia. Mesmo assim, a votação aconteceu e o político alagoano perdeu seus direitos políticos por oito anos.

O país parecia amadurecer sua democracia em pouco tempo, avançando em diversas áreas, social, econômica, mas a crise política volta com tudo em 2015. E ele está no meio do problema mais uma vez, o impeachment. Várias manifestações contra o governo da petista Dilma Rousseff surgem pelo país, com oposicionistas derrotados no pleito de 2014 e inconformados com o resultado das urnas. De uma hora para a outra, um pedido de impeachment contra Dilma é acolhido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, figura envolvida em vários escândalos de corrupção. Este requerimento foi elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior. Importante destacar também a participação de movimentos de rua insatisfeitos com a continuidade do governo petista, com o Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre. Esses grupos iniciaram manifestações antes mesmo da formulação do pedido por parte dos juristas, contribuindo ainda mais para a criação do ambiente hostil contra o Partido dos Trabalhadores. Depois do acolhimento, o pedido passou por apreciação na câmara e foi aprovado o prosseguimento para o senado, casa legislativa que também apresenta parecer favorável ao impeachment, afastando Dilma Rousseff até a conclusão do processo. Fernandes destaca que “Após o acolhimento do pedido, este seguiu para apreciação na Câmara dos Deputados, à qual coube decidir se o pedido teria prosseguimento (admissibilidade) ou não. No dia 17 de abril de 2016, ocorreu, no plenário da Câmara, a votação que decidiu pelo prosseguimento. 367 deputados votaram pela admissibilidade, e o pedido foi encaminhado para o Senado Federal. No dia 12 de maio, houve uma seção plenária dos senadores para decidir pela abertura do processo de *impeachment*. 55, de 81 senadores, votaram pela abertura. Dilma Rousseff, a partir de então, teve que se afastar do cargo de presidente até que o processo fosse concluído. O vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente.”¹³ O processo avança no Congresso, a tensão política entre oposicionistas e defensores do governo aumenta e o país perde cada vez mais tempo para pensar em políticas públicas e projetos de desenvolvimento para o Brasil. Sobre a denúncia de crime de responsabilidade contra Dilma, é importante destacar que a acusação foi baseada em supostas práticas de “pedaladas fiscais” e edição de créditos suplementares sem autorização legislativa. A tal “pedalada” consiste em atraso de repasse de dinheiro para bancos públicos, visando melhorias no caixa e fechamento positivo nos números das contas públicas.

¹³FERNANDES, Cláudio, Impeachment de Dilma Rousseff. **História do Mundo**. <https://www.historiadomundo.com.br/idadecontemporanea/impeachment-dilma-rousseff.htm>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Sobre a acusação dos créditos suplementares, fica constatada uma incoerência relevante por parte do legislativo brasileiro, visto que a meta fiscal do governo federal para a edição dos decretos orçamentários foi deferida pelo congresso nacional. É isso! Os parlamentares aprovaram uma matéria, pouco tempo depois os mesmos tentam criminalizar algo que eles deferiram, tudo em nome de um projeto para a queda da presidente. O processo é concluído com o afastamento de Dilma e chegada de Michel Temer ao poder. Sobre o andamento do processo, Cláudio Fernandes resume de maneira precisa todo o acontecido durante o procedimento. Fernandes aponta que “após o acolhimento do pedido, este seguiu para apreciação na Câmara dos Deputados, à qual coube decidir se o pedido teria prosseguimento (admissibilidade) ou não. No dia 17 de abril de 2016, ocorreu, no plenário da Câmara, a votação que decidiu pelo prosseguimento. 367 deputados votaram pela admissibilidade, e o pedido foi encaminhado para o Senado Federal. No dia 12 de maio, houve uma seção plenária dos senadores para decidir pela abertura do processo de impeachment. 55, de 81 senadores, votaram pela abertura. Dilma Rousseff, a partir de então, teve que se afastar do cargo de presidente até que o processo fosse concluído. O vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente.”¹⁴ Várias versões são defendidas sobre esse processo, uns chamam de golpe, outros de processo democrático. A grande verdade é que esse processo foi movido por interesses políticos e a história se repete mais uma vez. O aspecto técnico e jurídico é deixado de lado, principalmente nas votações dos deputados, que protagonizaram um show vergonhoso para a história do Brasil, com vários parlamentares votando de acordo com seus interesses e deixando de estudar a fundo uma matéria de votação tão importante e decisiva para a trajetória política da nação.

Diante dos fatos históricos apresentados, fica evidente o protagonismo do impeachment em vários momentos de crise na política nacional. É possível concluir que o impeachment é uma ferramenta importante para o ordenamento jurídico e social do Brasil, desde que seja utilizada com responsabilidade, fato que não aconteceu na maioria dos casos, resultando em crises políticas profundas. Se bem utilizado, o impeachment pode solucionar problemas relacionados a governos irresponsáveis. Já se for usado como ferramenta voltada para interesses particulares, pode gerar danos graves ao sistema democrático.

Um processo tão importante como o impeachment exige aos parlamentares uma postura coerente, responsável e comprometida com a legislação vigente e os seus valores consagrados. O impeachment pode contribuir no fortalecimento da democracia, interrompendo governantes irresponsáveis e até totalitários, desde que a infração tenha base legal. Mas algumas

¹⁴**Ibidem.**

experiências, principalmente no Brasil, mostram que a preocupação pura com o aspecto legal não predomina por completo. O impeachment consiste em um processo jurídico, mas também com muita influência da política, as várias articulações existentes nos bastidores interferem de maneira significativa no resultado de um impedimento, podendo até atrapalhar a boa intenção.

Sobre a eficácia do impeachment como mecanismo de preservação das bases constitucionais e da probidade administrativa na seara pública, é importante destacar um processo que parece semelhante, mas nem tanto. O Recall político. Esse dispositivo não aparece no ordenamento jurídico brasileiro com respaldo constitucional, mas aparece em alguns lugares como Estados Unidos, Belarus e alguns países da América do Sul. O recall apareceu inicialmente na Grécia Antiga e consiste em um procedimento de retirada do mandato através da soberania popular, o eleitorado, como aponta Marcelo Moura: “Originado na Grécia antiga, o mecanismo permite revogar o mandato do governante por decisão de seus próprios eleitores - e não de seus representantes, como no caso do impeachment. Seria mais um instrumento de manifestação da vontade democrática da nação, somando-se ao plebiscito, ao referendo e à iniciativa popular.”¹⁵ O recall até pode contribuir com um processo mais democrático do que o impeachment, mas pode limitar de maneira ampla a atuação do chefe do poder executivo. Com isso, o impeachment, mesmo com seus acontecimentos marcados por algumas violações a direitos, ainda é a ferramenta mais adequada. O problema é de quem aplica. A história prova.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar n. 1079 de 10 de abril de 1950. **Lei dos Crimes de Responsabilidade e do Processo de Impeachment**. Rio de Janeiro, Capital, 10 de abril de 1950.

FERNANDES, Cláudio, Impeachment de Dilma Rousseff. **História do Mundo**. <https://www.historiadomundo.com.br/idadecontemporanea/impeachment-dilma-rousseff.htm>. Acesso em: 20 ago. 2020.

KOIFMAN, Fábio, Organizador. **Presidentes do Brasil**, Editora Rio, 2001.

LOPES, Bianca. Impeachment Fernando Collor de Mello. **JusBrasil**. <https://biancadlopes.jusbrasil.com.br/artigos/439021412/impeachment-fernando-collor-de-mello>. Acesso em 14 nov.2020.

¹⁵MOURA, Marcelo. Um recall político é uma saída para a crise brasileira? **Época**. <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/01/um-recall-politico-e-uma-saida-para-crise-brasileira-sim.html>. Acesso em 14 ago. 2020.

MARQUES, Gabriel. O que é impeachment? Perguntas e respostas sobre o que é e como funciona o procedimento de impeachment. **JusBrasil**.

<https://gabrielmarques.jusbrasil.com.br/artigos/172450520/o-que-e-impeachment>. Acesso em 14 nov. 2020.

MENDANHA, Filipe. **O impeachment no Brasil: uma sentença redigida por políticos**.

Jus.com.br. <https://jus.com.br/artigos/77237/o-impeachment-no-brasil-uma-sentenca-redigida-por-politicos>. Acesso em 14 nov. 2020.

MOURA, Marcelo. Um recall político é uma saída para a crise brasileira? **Época**.

<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/01/um-recall-politico-e-uma-saida-para-crise-brasileira-sim.html>. Acesso em 14 ago. 2020.

NOVO, Benigno Núñez. O processo de impeachment à brasileira. **JusBrasil**.

<https://jus.com.br/artigos/77920/o-processo-de-impeachment-a-brasileira>. Acesso em 13 nov. 2020.

RODRIGUES, A. T. 2000. **O Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994**. Ijuí: Unijuí.

VILLA, Marco Antônio. **Collor Presidente**. 2. ed. Ed. Record, 2016.

ESCOLA SEM PARTIDO. UM RECORTE HISTORIOGRÁFICO

João Paulo de A. Silva¹

1. NEOCONSERVADORES SOB O OLHAR DA HISTÓRIA

Podemos afirmar que “o conservadorismo é uma espécie de primo pobre, menos afamado, das duas principais correntes ideológicas herdeiras do iluminismo: o liberalismo e o socialismo”². A diferença entre o liberalismo, socialismo e conservadorismo é que o terceiro não acredita no progresso e não crer que a sociedade pode ser objeto de aplicação de um plano, pois na maioria das vezes lança essa responsabilidade à metafísica, portanto é natural dessa corrente ideológica o reacionarismo.

Esta corrente não costuma fazer número em movimento onde põe a sociedade rumo à mudança. Rara são as vezes que ela se põe em movimento, e essas vezes são quando a ordem preestabelecida está ameaçada, o que os levam a acreditar que estão perdendo privilégios no mundo que está se construindo. Dessa maneira, conseguem reunir os conservadores em prol de um inimigo comum, de uma ameaça eminente. Uma outra característica dessa corrente é que não existe uniformidade no que diz respeito à estética e à praticidade de suas ideias. Ou seja, o conservadorismo será único, a depender da época e do lugar.

Nesse contexto surge o neoconservadorismo, que surge como uma necessidade do capitalismo, portanto é uma das respostas de um capitalismo em crise. Dessa forma essa nova direita aparece como agenda no cenário mundial e faz parte da nova direita de todo o globo, como nos afirma Moll: “Como resposta à crise de 1970, muitos liberais buscaram reavivar o liberalismo clássico com uma roupagem pragmática que colocava o livre mercado como solução para os problemas econômicos”³.

Nessa perspectiva, o neoconservadorismo embora tenha alcançado escala mundial não se pode definir único, ele é fruto de um lugar e de uma época, portanto cada lugar terá o neoconservadorismo que lhe for próprio, o que esses movimentos têm em comum é o “nacionalismo chauvinista, que é contrário à globalização cosmopolita ou regionalista e é complementado por uma retórica social de apoio à classe trabalhadora, desde que branca e

¹Especializado pela UniBF em Docência no Ensino de História; E-mail: jp.profpe@gmail.com.

²ARAÚJO, Felipe. **Precisamos falar sobre o (neo)conservadorismo no Brasil**. 6/11/2018. Artigo do jornal <https://www.justificando.com/2018/11/06/precisamos-falar-sobre-o-neoconservadorismo-no-brasil/>, acesso em 02/01/2020.

³ **Ibidem.**, p. 2.

nacional”.⁴ O neoconservadorismo tem como fundamento a crítica às pautas progressistas em relação à temas como: aborto, drogas, gênero, raça e classe. Além disso tem como marca o anticomunismo, no Brasil o neoconservadorismo assume nuances diferentes da dos EUA, do lado de cá temos um nacionalismo populista, neoliberal e cosmopolita, que opta pelas relações econômicas Norte-Sul ao invés da Indústria e do Trabalho nacional.

Nos anos de 1950 os conservadores irão resgatar as ideias dos liberais clássicos, desse momento em diante faz uso de um novo discurso onde prega um Estado cada vez menor para as relações econômicas e cada vez maior para as questões morais. Para os neoconservadores e neoliberais a interferência do Estado na economia, através de políticas públicas, gera: “inflação, endividamento, prejuízo à produtividade e, mais do que isso, desestimulam o trabalho e a inovação”⁵. No Brasil, o conservadorismo recebeu influência dos conservadores dos E.U.A, especificamente no período do pós-guerra. Esse novo tipo de conservadorismo fruto de uma época e de um lugar tem como pilar fundamental a diminuição estatal e as questões que diz respeito à moral. O que eles, os (neo)conservadores, alegam é que a profunda crise gestada no Ocidente é fruto da degradação dos valores morais, como por exemplo a família que eles têm como patriarcal e nuclear. Para diminuir a intervenção estatal alegam que o Estado teria roubado o lugar social da família e da igreja através das políticas sociais, pois: “o Estado teria passado a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato”⁶.

Nos EUA eles atacam as universidades afirmando que elas haviam perdido seu papel social a partir do momento que estavam entrando numa lógica de batalha ideológica ao invés de ser baluarte da cultura e da civilização. Como Stanley (2019) alerta: “Sempre que o fascismo ameaça, seus representantes e facilitadores denunciam as universidades e escolas como fontes de “doutrinação marxista”, o bicho-papão clássico da política fascista”⁷. Esse novo movimento apoia-se na reestruturação da família biparental e nuclear, e a liberdade de empreender. Nesse sentido, esse movimento ataca as políticas afirmativas que buscam igualar as pessoas mais vulneráveis na sociedade. Segundo esse movimento a função do Estado é promover as virtudes morais, pois, “de acordo com esses “conservadores modernos”, a liberdade, no sentido libertário, era impossível sem uma prerrogativa moral e um objetivo transcendental”⁸. O

⁴ ARAUJO, Felipe. **Precisamos falar sobre o (neo)conservadorismo no Brasil**. 6/11/2018. Artigo do jornal <https://www.justificando.com/2018/11/06/precisamos-falar-sobre-o-neoconservadorismo-no-brasil/>, acesso em 02/01/2020.

⁵ MOLL, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda?** p. 2.

⁶ **Ibidem**, p. 2.

⁷ STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**, São Paulo: L&PM, 2019, p. 54.

⁸ MOLL, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda?** p. 2.

neoconservadorismo e o neoliberalismo se inserem no contexto que surge a Nova Direita, mais precisamente logo após a Segunda Guerra Mundial dentro da conjuntura da Guerra Fria. É um novo movimento que tem como objetivo a desorganização e a destruição do Estado de Bem-Estar Social. Essa Nova Direita, de acordo com Apple (2000) apud LIMA e HYPOLITO⁹, nasce nos Estados Unidos da América e traz uma aliança entre quatro grupos: os neoliberais, os neoconservadores, os populistas autoritários e a nova classe média. Segundo esses autores, os neoliberais é o grupo que encabeça todo o restante desse movimento, os neoliberais se preocupam com a orientação político-econômica. Já os neoconservadores são aqueles que se preocupam com a definição dos valores do passado como ideais para a sociedade, ou seja, são eles que lutam pelas tradições culturais. No que diz respeito aos populistas autoritários este grupo é formado geralmente por grupos da classe média e da classe trabalhadora que não acreditam no Estado e estão preocupados com a segurança, a família, o conhecimento e os valores tradicionais. Em muitos casos os populistas autoritários estão inseridos no grupo dos neoconservadores, e sua parte mais significativa é composta de evangélicos. E a nova classe média profissional as vezes não compartilha das ideias autoritárias dos grupos anteriores e estão preocupados com a mobilidade social.

Segundo a Nova Direita o Estado de Bem-Estar Social privilegia apenas grupos minoritários, pois tais grupos tiveram grande mobilidade social nos últimos anos. E os verdadeiros mercedores de tais benefícios estavam sendo prejudicados, essas ideias da Nova Direita flerta com as ideias fascistas, como Stanley nos mostra: "O projeto fascista combina a ansiedade sobre a perda de status por parte de membros da verdadeira "nação" com o medo do reconhecimento igualitário para grupos minoritários odiados"¹⁰.

Esse "igualitarismo" que o Estado de Bem-Estar Social promoveu para os grupos minoritários é o alvo das críticas, principalmente dos neoconservadores, pois para eles a consequência disso foi que: "os jovens passaram a valorizar a leniência, a dependência, o consumo de drogas, a pornografia e o sexo"¹¹. E disso veio a degeneração social, fica evidente que a base ideológica do movimento da Nova Direita é o tradicionalismo dando ênfase à moral. O ponto que aproxima o neoliberalismo com o neoconservadorismo é a crítica sobre a intervenção estatal na econômica. Portanto:

⁹LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. **A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira**. Scielo revista, educação e pesquisa, vol. 45, 2018, p. 5.

¹⁰STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles"**; São Paulo: L&PM, 2019, p. 93.

¹¹MOLL, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda?** pp. 2-3.

O neoconservadorismo passa, então, a apresentar-se como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado Social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado e reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais¹².

2. NEOCONSERVADORISMO E O SURGIMENTO DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO (ESP)

Na Europa segundo Lowy desde 1930 não se vê uma ascensão da extrema direita como se nota na atualidade, somando a isso “O fracasso desastroso da assim chamada “transição” (para o capitalismo), sob a liderança de partidos liberais e/ou social-democratas, criaram condições favoráveis para o surgimento de tendências de extrema-direita”¹³. No Brasil, é possível perceber um avanço das ideias e vozes neoconservadoras a partir de 2010 no cenário da política pública. É perceptível que desde o fim do período ditatorial, compreendido entre 1964 a 1984(5), o (neo)conservadorismo não tinha atuação significativa no cenário político, era um discurso obsoleto na política.

Notamos que há a existência de três correntes ideológicas que fundamentam o neoconservadorismo brasileiro, são eles: o libertarianismo inspirado nos ensinamentos da escola austríaca, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo. Segundo as ideias libertarianas o mercado se autorregula e todos os mecanismo utilizado pelo mercado são justas por si, os libertarianos são os que encabeçam o movimento neoconservador atual no Brasil. São eles que defendem vigorosamente a diminuição estatal para a desregulamentada ação do mercado. Na área da Educação o mercado livre percebe as relações dentro do ambiente educacional de forma diferente, sendo assim “A relação educacional é reduzida a uma relação de consumo, então o aluno é o consumidor, ele tem direito de demandar o que ele bem entender do prestador”¹⁴.

O fundamentalismo religioso, no Brasil, é uma força política desde 1990, que se define pela forma que enxerga o mundo, percebe o mundo como uma “verdade revelada” inibe assim toda e qualquer forma de diversidade, visto que a verdade já fora revelada e não tem mais o que mudar. Dessa forma o grupo que forma os fundamentalistas são todos aqueles que se opõem às pautas progressistas, ou seja, ao direito ao aborto, à visão plural de família, políticas de combate

¹²LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. **A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira**. Scielo revista, educação e pesquisa, 2018, p. 5.

¹³LOWY, Michael. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil**. Revista de Serviço Social, nº 124, out/dez 2015, p. 656.

¹⁴FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira/organizador Gaudêncio Frigotto**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 40.

às questões de identidade de gênero e de raça. Os fundamentalistas por vezes assemelham-se ao fascismo, como podemos notar no discurso de Mussolini perante o Conselho Nacional do Partido Fascista, em 8 de agosto de 1924 quando afirma que "O fascismo não é apenas ação, mas também pensamento" e "Por isso a vida, conforme a concebe o fascista, é séria, austera e religiosa; todas as suas manifestações se assentam sobre um mundo sustentado pelas forças morais e sujeito a responsabilidades espirituais"¹⁵. Reich, dessa forma, define que "O fascismo é a expressão máxima do misticismo religioso"¹⁶.

O discurso anticomunista na América Latina passou a ser o bolivarianismo e o Foro de São Paulo, essa tática de criar teorias de conspiração, faz parte da política (neo)fascista onde: "O objetivo das conspirações é causar desconfiança generalizada e paranoia, justificando medidas drásticas, como censurar ou fechar a mídia "liberal" e aprisionar os inimigos do Estado"¹⁷. Atualmente as três vertentes comungam de uma única ideia no que diz respeito à diminuição do Estado na economia. É no contexto de resgate das velhas tradições, de teorias de conspiração como a de que há uma:

doutrinação política e ideológica em sala de aula [...] A pretexto de "construir uma sociedade mais justa" ou de "combater o preconceito", professores de todos os níveis vêm utilizando o tempo precioso de suas aulas para "fazer a cabeça" dos alunos sobre questões de natureza político-partidária, ideológica e moral¹⁸.

Que surge a necessidade de um projeto de lei onde vise coibir a liberdade de ensinar, pois segundo o movimento ESP há um abuso ao utilizar a liberdade em sala de aula, visto que os professores estão buscando formar militantes políticos do que o avanço científico e social para os discentes. Precisamente o ESP surge em 2004, inicialmente, com pauta especificamente política como nos mostra o sítio¹⁹, o ESP seria: "uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior"²⁰. Em 2004 o ESP não tinha consistência teórica e nem jurídica, portanto, não se esperava que o movimento ganhasse tais proporções que hoje se encontra.

Esse aumento significativo de suas dimensões deve-se ao fato de que desde 2010 vem ampliando seu repertório, incluindo pautas em relação ao gênero, à crença e às questões morais.

¹⁵MUSSOLINI, Benito. **1883-1945. Fascismo/Benito Mussolini, Leon Trótski**; tradução Regina Lyra. 1. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 15.

¹⁶REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massas do Fascismo**. Martins Fontes, 1988, p. 13.

¹⁷**Ibidem.**, p. 71

¹⁸<http://escolasempartido.org/quem-somos/>, acesso em 10/01/2020.

¹⁹**Ibidem.**

²⁰**Ibidem.**

No sítio dos professores contra o Escola sem Partido²¹ o estudo levantado no ano de 2018 revela que existem mais de 100 projetos do ESP. Desses, cinco tramitam na Câmara de Deputados e um no Senado Federal. Os demais são Projetos de Leis espalhados por todo o Brasil. Desse quantitativo 45 estão localizados na região Nordeste, quem lidera a região é o RN com 15 projetos ao todo, sendo que 12 estão relacionados ao ESP e 03 à questão de gênero. Em seguida vem PE com um total de 10, onde um PL é ligado à Escola Sem Partido e 9 em relação à questão de gênero. Após PE, vem BA com 4, PB com 4 para o ESP e 04 para gênero. CE com 3, sendo que 1 é em relação a gênero e os demais com 1 para 1.

O ESP defende a diminuição estatal e põe a Educação dentro do arcabouço mercantil, o que é uma catástrofe, pois coloca um bem inalienável da humanidade que é o saber como mercadoria. As estratégias desse movimento comungam com as ideias fascistas que consiste em “nome da erradicar a corrupção e a *suposta parcialidade*, os políticos fascistas atacam e diminuem as instituições que, de outro modo, poderiam cercear seu poder”²². Para isso tem “antes que criminalizar o inimigo ou adversário, para condená-lo *a priori* e justificar sua condenação ou, no limite, eliminá-lo” para que “a pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores”²³.

Diante da utilização de um discurso apartidário que tem como objetivo questionar as posições dos professores em sala de aula e criminalizar o professor, o intuito é afirmar que é um movimento inseto de “contaminação política-ideológica” e que tem por finalidade salvar as crianças dos “militantes travestidos de professores” que querem “doutrinar” para serem futuros militantes e/ou LGBTQI. O apartidarismo proposto pelo ESP está evidente em quase todos os canais de comunicação que eles gerem²⁴. Para além do apartidarismo podemos constatar “um mapeamento das conexões dos membros do movimento Escola sem Partido com grupos políticos, aí incluindo partidos políticos, líderes políticos, *think-thank* e organizações religiosas, dentre elas igrejas e plataformas de mobilização”²⁵. Revelando dessa forma que essa rede de instituições e pessoas ligadas ao ESP reduz a

²¹<https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2018/03/tabela-1-panorama-do-escola-sem-partido-no-brasil-1.pdf>, acesso em 20/12/2019.

²²STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**; L&PM, 2019, p. 41.

²³FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**/ organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 30-31

²⁴<http://escolasempartido.org/>; <https://www.programaescolasempartido.org/>; <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/>; Como o perfil do Instagram intitulado de: [escolasempartidooficial](https://www.instagram.com/escolasempartidooficial/).

²⁵FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**/ organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 52.

possibilidade de que a mesma seja entendida como um “movimento” e reforçando a percepção de que se trata tipicamente de um organismo especializado, internamente centralizado e externamente vinculado, por sua instrumentalidade, a uma vertente político-partidária mais diversificada na sua composição²⁶.

Dessa forma, o ESP é formado por uma ampla base de congressistas que estão fortemente ligados ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff; pela bancada cristã e os filhos e o atual presidente Bolsonaro. Existem quatro pontos fundamentais para analisar o ESP, são eles: 1. Concepção de escolarização; 2. Desqualificação do professor; 3. Estratégias discursivas fascista e 4. O poder total dos pais sobre os filhos. Em seus PL's o ESP procura coibir/intimidar os professores de mostrar as diversas perspectivas religiosas, pois eles afirmam utilizando o artigo 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, onde propõe que “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. Então a “desqualificação do professor no projeto aparece como a remoção, até explicitamente de todas as atribuições do professor, chegando ao extremo de excluir a sua liberdade de expressão”²⁷.

3. CONCLUSÃO

Concluimos nesse estudo que a ascensão dessa Nova Direita no Brasil teve repercussão no evento do impeachment de Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, e desde então vozes contrárias ao Estado de Bem-Estar Social tomam forma e tem mais força na política nacional. O objetivo dessa Nova Direita é a diminuição estatal para as transações econômicas afim de mercantilizar o maior quantitativo de empresa estatais, as relações sociais, incluindo dessa forma a Educação. Diante desse contexto surge o movimento que serve de apoio ideológico para o objetivo da Nova Direita.

Sendo assim, o ESP se insere no contexto do neoconservadorismo e neoliberalismo na medida em que busca um resgate das antigas tradições, uma censura do pensamento plural e divergente do que se aprende em casa com a família e diminuição do Estado nas relações econômicas. O ESP que de forma indireta na utilização de seu discurso, e direta nas ações jurídicas e políticas, quer cassar a liberdade dos professores que são contrários às ideias da Nova Direita.

²⁶*Ibidem*, p. 66.

²⁷*Ibidem*, p. 41.

Dessa forma disponibiliza em seu sítio anteprojeto de lei Estadual e Municipal para fornecer ferramentas jurídicas/políticas onde lhes garantam a ação de perseguir o contrário, o diferente. Além desse instrumento jurídico, o sítio também conta com a disponibilidade de um espaço onde se pode denunciar supostos casos de “doutrinação” ideológica. Além disso diversos outros mecanismos, como artigos de opinião, denúncias já feitas e vídeos relatando suposta doutrinação em sala de aula.

Fica claro que o cerne da ação do ESP é denunciar e penalizar juridicamente militantes travestidos de professores com o intuito de acabar com a doutrinação dentro do ambiente escolar seja do nível básico ou superior, mostrando dessa forma sua aproximação com as ideias (neo)fascistas, como no orienta Stanley: "A política fascista busca solapar a credibilidade das instituições que abrigam vozes independentes de dissensão até que elas possam ser substituídas pela mídia e por universidades que rejeitam essas vozes"²⁸.

A perseguição tem alvo certo e são os professores que defendem uma escola onde o debate seja plural, heterogêneo, que lutam por uma sociedade mais justa e um cidadão mais crítico. Para esse movimento a pluralidade é uma ameaça aos valores tradicionais, portanto, cabe somente à família educar. A escola fica com a função de transmitir conhecimentos. O que o ESP defende é uma Educação onde não se pense criticamente a respeito dos conhecimentos adquiridos e vivenciados, mas uma educação que promova um pensamento engessado, irreflexivo e, dessa forma a reprodução de desigualdades sociais e dos preconceitos que naturalizam tais desigualdades como é comumente visto em cercos neoliberais o discurso de meritocracia alinhado ao empreendedorismo.

Ao contrário do que ESP defende, o que defendemos, concordando com Duarte é que:

A educação deve preparar os indivíduos para acompanharem a sociedade em acelerado processo de mudança, ou seja, enquanto a educação tradicional seria resultante de sociedades estáticas, nas quais a transmissão dos conhecimentos e tradições produzidos pelas gerações passadas era suficiente para assegurar a formação das novas gerações, a nova educação deve pautar-se no fato de que vivemos em uma sociedade dinâmica, na qual as transformações em tino acelerado tornam os conhecimentos cada vez mais provisórios, pois um conhecimento que hoje é tido como verdadeiro pode ser superado em poucos anos ou mesmo em alguns meses.²⁹

Pois acreditamos que a Educação deve se comprometer com a evolução do ser humano, com o progresso, com a Ciência e uma sociedade mais igual e justa. Portanto devemos promover uma Escola que tenha o intuito de estimular a maior compreensão possível do mundo em que

²⁸STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**; L&PM, 2019, p. 50.

²⁹ DUARTE, Newton. **Pela superação do esfacelamento do currículo realizado pelas pedagogias relativistas**. Julho/2008, p. 37

se vive, superando a lógica mercantil de se relacionar e assim sendo superando as relações de opressão e desigualdade que se vive no presente momento seja no Brasil ou no mundo.

REFERÊNCIAS

ANNUNCIATO, Pedro. Escola sem Partido: menor do que parece. **Nova Escola**, S/D. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11636/escola-sem-partido-menor-do-que-parece>. Acesso em: 18 jan. 2020.

BORGES, Liliam Faria Porto. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 45, p.101-126, jul/set. 2017.

Brasília. Câmara dos deputados. **Projeto de Lei 867/2015**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=375C72096AFD87644868A98ED8436064.proposicoesWebExterno2?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015 . Acesso em: 10 dez. 2019. Texto Original.

Brasília. Senado Federal. **Projeto de Lei 193/2016**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=569947&ts=1567535329921&dispositivo=inline> . Acesso em: 10 dez. 2019. Texto Original.

CASTRO, Felipe Araújo. Precisamos falar sobre (neo)conservadorismo no Brasil. **Justificando: Mentis inquietas pensam Direito**, 06/11/2018. Disponível em: <https://www.justificando.com/2018/11/06/precisamos-falar-sobre-o-neoconservadorismo-no-brasil/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

Diga não à doutrinação nas escolas e universidades: Junte-se ao Escola sem Partido. **Escola sem Partido**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 06 dez. 2019.

DUARTE, Newton. **Pela superação do esfacelamento do currículo realizado pelas pedagogias relativistas**. Julho, 2008.

DUARTE, Newton. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista em Educação**, n. 18, p. 35-40, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira/ organizador Gaudêncio Frigotto**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
GEARY, Dick. Hitler e o Nazismo. Paz e Terra, 2010.

GUILHERME, Alexandre Anselmo e PICOLI, Bruno Antonio. Escola sem Partido – elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Revista brasileira de educação**, v. 23, p. 1-23, 2018.

KATZ, Elvis Patrik. Uma história do Escola Sem Partido: Os fios de proveniência e a emergência do movimento. **XVI encontro estadual de história – ANPUH RS**, 18-21/07/2018.

LIMA, Iana Gomes de e HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **SciELO revista, educação e pesquisa**, v. 45, p. 1-14, 2018.

LOWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Revista de Serviço Social**, n. 124, p. 652-664, out/dez 2015.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a base nacional curricular comum. **Revista Educação e Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 507-524, 2017.

MARIANO, Jorge Luís Mazzeo e FERRO, Elaine Gomes. A educação no contexto neoliberal: Milton Friedman e a negação da omnilateralidade. **Revista Colloquium Ihumanarum**, v. 7, n. especial, 2010.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Artes e Ensaios**, n. 32, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Direito&Práxis revista**, n. 15, p. 590-621, 2016.

MOLL, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda?**, Disponível em: <http://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2016/11/Diferen%C3%A7as-entre-neoliberalismo-e-neoconservadorismo.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

Mussolini, Benito, 1883-1945. **Fascismo/Benito Mussolini, Leon Trótski**; tradução Regina Lyra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

ORWELL, George. **O que é fascismo e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massas do Fascismo**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1988.

ROCHA, Camilo. O mapa que registra projetos da Escola sem Partido no país. **Nexo Jornal**, 10/12/2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/12/O-mapa-que-registra-projetos-da-Escola-sem-Partido-no-pa%C3%ADs>. Acesso em: 10 jan. 2020.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**, L&PM, 2019. Vereador de Caruaru apresenta projeto de lei “Escola sem Partido”. **Portal mídia urbana**, Caruaru, 21/02/2019. Disponível em: <https://portalmidiaurbana.com/2019/02/21/vereador-de-caruaru-apresenta-projeto-de-lei-escola-sem-partido/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

A FÁBRICA DA CAROÁ E A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA CARUARUENSE: TEMPO, TRABALHO E DISCIPLINA (1935-1978)

José Bernardino Correia Neto¹

Júlio Cesar dos Santos Nascimento²

*Pois estou convencido de que não
podemos entender a classe a menos que a
vejamos como uma formação social e
cultural.*

E.P Thompson

1. INTRODUÇÃO

Na história da humanidade, o acontecimento mais significativo até o presente momento foi sem dúvida a descoberta do trabalho, pois ele é o ato fundante do ser social. É através do trabalho e seus respectivos modos de produção, que se direciona vários impactos nas vivências humanas.

No agreste Pernambucano, Caruaru foi fundada junto de uma fazenda, e como a proposta de dar rancho aos criadores de gado, que traziam suas boiadas para vender, e depois seguir viagem para Campina Grande no Estado da Paraíba.

A relação presente-passado e passado-presente, encontra-se na dimensão desse trabalho materializado na formação da classe operária de Caruaru por intermédio de sua primeira fábrica em 1935, que possibilitou em um contexto regional mudanças no regime de trabalho, hábitos e costumes. E dialoga em termos nacionais com o processo de industrialização brasileira sob o Governo Vargas (1930-1945).

Recorremos aos primórdios da indústria caruaruense, necessariamente por uma preocupação, de compreender quem são os proletários desse município, como e a partir de que se movimentaram, quais eram, suas funções e como se relacionavam com à conjuntura nacional semi-industrial, capitalista e sobre suas transformações.

¹Graduado em licenciatura em História pela FAFICA. bernardo.neto05@hotmail.com

²Graduando em licenciatura em História pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA). jcnascimento077@gmail.com

O trabalhador dessa municipalidade estava ligado a atividades no campo, acordava com o galo cantando, avisando o amanhecer, “dizendo-lhe” está na hora de trabalhar, a população rural na década de 30 tinha um número expressivo de famílias e representava o regime de trabalho vigente. O campo era o polo principal da economia local. Já em 1935, surge a primeira companhia industrial caruaruense que vai marcar uma série de transformações notáveis no espaço urbano com o aumento do quantitativo populacional em função do êxodo das áreas rurais para cidade, mas, também de outras cidades circunvizinhas para Caruaru.

A companhia José de Vasconcelos & Cia, inaugura na metade dos anos 30, não só uma das primeiras indústrias, que se faz da fibra do caroá, mas abre o florescer do proletário dessa urbe, e revela o processo e as metamorfoses que Caruaru passou, uma vez que, se inseria mais nas relações do modo de produção capitalista. A fábrica recebe incentivo do governo federal para que possa se firmar, pois, como já citado o Brasil vive um período desenvolvimentista sobretudo pós crise de 29, do qual, o Brasil estava no comércio internacional em maior volume com produtos de baixo valor agregado sendo o café o principal produto.

O governo Vargas, incentiva, e José de Vasconcelos que idealizou a fábrica da Caroá, pôde concretizar seu empreendimento que ofertou centenas de vagas de emprego em uma realidade urbana que não tinha muitos empregos a oferecer. Segundo o jornal vanguarda, de início seriam empregados 350 funcionários para o trabalho de construção, maquinismo, etc.

Na primavera, daquele ano a produção a partir da fibra do caroá advindo do sertão pernambucano seria um dos fatores que movimentariam a economia local. Nesse meio iremos atestar mais a frente uma série metamórfica onde o trabalhador acostumado com a roça, acostumado a ter sua força de trabalho empregada nos campos para si ou para fazendeiros, passa a ter que vender sua força de trabalho para o patrão detentor do meio de produção industrial e operar máquinas que até então não estava sobre sua realidade de trabalho.

Da Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos vinham o maquinário que se utilizou na fábrica, bem como materiais que foram utilizados em sua construção. As experiências vividas, contadas em relatos e expostas como resultado de pesquisas de George Pereira, e Geysel Anne Texeira, -Ambos historiadores- nos será de bastante valia para compreender operário de Caruaru, mas iremos ao longo do trabalho buscar sanar ou alimentar dúvidas que partem do hoje, entendendo que a história não é o falar do passado pelo passado, mas uma relação entre o que passou e as perguntas que fazemos.

O Caroá, do Tupi Kara Wã, talo cheio de espinhos, cuja extração do solo acontecia com máquinas, pois devido a quantidade de espinhos era impossível usar as mãos nessa tarefa. Os

derivados dessa matéria eram: cordões, cordas, barbantes, brins, linhas, tapetes, passadeiras, papel, papelão, seda vegetal e sacos;

Essa fábrica, veio a falir na década de 1970. Hoje no local, o que existe é um museu, mantido pela prefeitura, e o prédio pertence ao banco do Brasil. O local memorial conta com vários utensílios que pertenceram à Fábrica. O que possibilitou um ganho para a dimensão dessa pesquisa, pois, uma vez no espaço a história materializada e o próprio lugar em si nos permite de certa maneira chegar mais próximo de um passado não tão distante do nosso.

Quando lá entramos, logo nos deparamos com a foto do seu fundador. Mas, nós nos perguntamos, onde fica a história dos trabalhadores? daqueles que enfrentaram a labuta? daqueles que tiveram os impactos em sua vida, que transitaram do campo para cidade e que trocaram o trabalho agrário por um serviço industrial, cidadão?

2. DO CAMPO À CIDADE: MUDANÇAS COM RELAÇÃO AO TEMPO

Oi abalô, e tornou a abalar
O forró faz balança o bueiro da Caruá

Vovó falava e eu criança escutava
Que a terra aqui abalava
Feito vara de bambu
Ela dizia: Que de longe se ouvia
Toda hora, noite e dia, estrondar Caruaru

Oi abalô, e tornou a abalar
O forró faz balança o bueiro da Caruá³.

As cidades são compostas de símbolos que lhe caracterizam, e que dão um determinado significado as experiências ou aos constructos urbanos. A fábrica da Caroá contribui para um desses marcadores com o bueiro;

Essa inauguração trouxe consigo um emblema, um símbolo de modernidade para a cidade talhado nos grandes galpões, na enorme chaminé, para alguns conhecido como

³Azulão. Balança bueiro. **Soltem o Azulão**. Caruaru: Correto records, 2006.

“bueiro da Caroá” ou o som da sirene que divulgava, a casa toque, a troca de turno, muitos a chamavam de “Apito da Fábrica”⁴.

A noção do tempo para os funcionários era controlada pelo som que vinha da fábrica, nesse sentido os historiadores nos ajudam a refletir “Muitas famílias que moravam nos arredores das fábricas controlavam seus horários de atividades diárias, como hora de levantar, ou horário que as crianças chegavam da escola, de acordo com o barulho do apito da fábrica”⁵.

Percebemos que um elemento do regime de trabalho fabril contribui para noção de tempo daqueles que compõe o cenário urbano, além disso no caso de Caruaru, bem como, de outros lugares em outros momentos da história, constataremos que o êxodo rural pode alterar a percepção de tempo. Isso não é regra geral, mas é uma observação válida de como o regime de trabalho e a vida no campo se distinguirá do trabalho industrial citadino. Como fica claro nos estudos de Thompson, quando o historiador marxista nos fala sobre o conceito de orientação pelas tarefas.

Conceito esse que busca elucidar como a noção de tempo nos campos é utilizada de acordo com as atividades diárias. O camponês trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre o “trabalho” e a vida. As relações sociais e o trabalho são misturados;⁶

Nas pesquisas do historiador inglês, ao se questionar como as mudanças de regime de trabalho, pode ser percebida nas relações de disciplina do trabalho o mesmo avalia que mesmo o tempo podendo se alargar ou diminuir no campo em função do desempenho nas tarefas, a ideia de tempo ser dinheiro também se faz presente no campo o que contribui para uma disciplina que não é só vista na cidade. Notemos:

A questão da orientação pelas tarefas se torna muito mais complexa na situação em que se emprega mão de obra. Toda a economia familiar do pequeno agricultor pode ser orientada pelas tarefas; mas em seu interior pode haver uma divisão do trabalho, alocação de papéis e a disciplina em relação ao empregador-empregado entre o agricultor e seus filhos. Mesmo nesse caso, o tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador. Assim que se contrata mão de obra real, é visível a transformação da orientação pelas tarefas no trabalho de horário marcado. É verdade que a regulação do tempo de trabalho pode ser feita independentemente de qualquer relógio.

⁴SILVA, George Pereira da; TEIXEIRA, Geysa Anne Silva. **Fábrica de Caroá: História e Memória** – Caruaru, PE: ed. Dos autores, 2011.

⁵ **Ibidem**.

⁶THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**; revisão técnica Antônio Montenegro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes, São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 271.

Trabalhadores oriundos de uma vida ruralizada, costumam cumprir suas exaustivas rotinas observando os fenômenos da natureza, e fazendo uso de recursos disponíveis em seu meio como atestamos em outras realidades como autor de costumes em comum.

O cantar do galo todas as manhãs era um despertador eficaz, que anunciava o alvorecer e a necessidade de sair para a labuta. O sol, quando posicionado no meio do céu trazia consigo a ideia de que era hora de parar para almoçar.

Vale ressaltar o papel das igrejas no contexto urbano, com os seus sinos. O seu badalar marcava também o horário e tornava-se um marco regulador do tempo. Salientando que Thompson aborda essa questão que é algo tradicional e que podemos observar em Caruaru. – O sino lembraria também aos homens a sua morte ressurreição e o juízo final-⁷

Tudo isso muda na década de trinta do século XX, como podemos observar na letra da música citada acima e nos relatos do livro no qual esse trabalho se baseia; doravante, apito, pontos de presença, chaminé e relógio norteariam a demarcação do tempo de chegada no trabalho e até mesmo as práticas domésticas da vizinhança.

Agora havia horário de chegada no serviço, e o apito da fábrica ganhou preponderância e o galo tornou-se obsoleto. O relógio iria marcar o tempo dentro de um ambiente fabril fechado. O sol e seu posicionamento no céu não eram mais vistos, portanto perdia sua função que alertava quando o trabalhador deveria parar o almoço. “A cidade que respirava um surto de desenvolvimento continua suas atividades, não mais com o movimento corriqueiro da fábrica e nem com o soar do apito que determinavam os horários de quase toda a cidade”⁸.

Com a fundação da fábrica, foi criada a chamada vila operária, e as residências foram dadas aos operários, e suas respectivas esposas sabiam quando buscar as crianças na escola com base no apito da fábrica. Atender a sonoridade do trabalho dava o status de homem trabalhador, sério e de bem. Diante desse primeiro e novo impacto, o próximo se daria no trabalho em si.

As velhas tradições, hábitos e costumes outrora sagradas, foram sobrepujadas, pois uma característica do capitalismo é a ausência do respeito pelo que é tradicional. Pois como coloca Marx no manifesto escrito com Engels, tudo que é sólido se desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com seriedade sua posição social e suas relações recíprocas.

⁷**Ibidem**, p. 275.

⁸SILVA, George Pereira da; TEIXEIRA, Geysse Anne Silva. **Fábrica de Caroá: História e Memória** – Caruaru, PE: ed. Dos autores, 2011.

3. O TRABALHO

A Fábrica de Caroá

A fábrica de caroá
 Oh lugar bom de trabalhar
 Muito tenho pra falar
 Da fábrica de caroá

 José de Vasconcelos seu fundador
 Lima Cavalcante o governador
 A inauguração a imprensa registrou
 O dia era de festa
 Com gente modesta
 O presidente colaborou
 Dava muito emprego de zelador a fiador
 Caruaru crescia muito o comercio impulsionou
 Tudo foi iluminado com eletricidade de gerador

 Trazida de trem a caroá vinha do sertão
 Criança, homens e mulheres desfibravam no galpão.
 Fazia barbantes, estopas e brim de exportação.
 Vasconcelos foi um pai pra muitos e um bom patrão

 De maio era dia de festa com missas e celebrações
 Infelizmente tudo passou daí veio a inflação
 Falta de caroá e ingerência teve muitas demissões
 Ficar com o banco do brasil foi a última decisão
 Teve muito choro e ficaram sem profissão
 Trabalhadores abandonados foram deixados na solidão⁹.

Agora chegamos no ponto do novo trabalho, desta feita fabril industrializado, do qual os operários terão de lidar com máquinas. Ao entrar no espaço do agora museu da Caroá, nos deparamos com a fala do recepcionista que nos dizia: Todas as máquinas de ferro foram

⁹Léo Domingos. A fábrica da caroá. Disponível em:
 <https://www.youtube.com/watch?v=_TQzT_H_RDY&t=29s>. Acesso em: 14 nov. 2020.

compradas no exterior de países como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, mas o ferro saiu do Brasil;

Ao país sul-americano que se encontrava diante de novas nuances na década de 1930, pode perceber que a nação ainda cumpria sua função de ser um exportador para o mercado externo. Já que o ferro saía do Brasil, por que não fabricar o maquinário aqui e desenvolver o comércio interior?

Essa prática nada mais era que o sentido do Brasil, como colocou o historiador paulista Caio Prado Júnior, em seu livro clássico da historiografia brasileira *A formação do Brasil Contemporâneo* publicado em 1942. O país segundo ele teria sido estruturado desde a colônia, a ser um simples fornecedor das demandas de fora. Prado, na obra descrita, coloca que:

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que nos construímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão e sem seguida café para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem, o interesse daquele comércio, que se organizarão a economia e sociedade brasileira¹⁰.

O que de fato nos interessa é o que Pereira e Teixeira chamam de “pequena revolução industrial” além de água e energia elétrica, a fábrica possibilitou o acesso a eletrodomésticos, impulsionou o comércio, conforme cita à letra da música acima.

Tendo contato com os aparelhos elétricos e modernidade a população habituou-se rapidamente com a tecnologia e simultaneamente, começou a solicitar o direito de energia permanente, sem interrupção de duas horas diárias, ou pelo menos aos domingos, porque de início, houve essa falha de interrupção da energia¹¹.

Os trabalhadores compravam esses utensílios domésticos com bons preços e tudo dividido em suaves prestações no crediário. A ideia do preço justo para os trabalhadores de parcelas que ajudariam eles a construir seus respectivos lares, configura o conceito legado a Thompson de economia moral dos povos. Através das interações sociais os homens vão estabelecendo os hábitos e costumes.

Na fábrica, na labuta, os homens agora têm seu ritmo controlado pelas máquinas, por aquilo que a historiadora Michelle Perrot chamou de “ciclo de disciplina maquinica”. Não há registros de resistência a esse processo, como aconteceu em solo europeu no seu processo de

¹⁰PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**/Caio Prado Jr; entrevista Fernando Novais; Posfácio Bernardo Ricupero. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2011, p. 29.

¹¹SILVA, George Pereira da; TEIXEIRA, Geysa Anne Silva **Fábrica de Caroá: História e Memória** – Caruaru, PE: ed. Dos autores, 2011.

industrialização. Esse conceito nos ajuda a compreender como os homens se relacionando com as máquinas acabavam perdendo a sua autonomia frente ao seu instrumento de trabalho e dessa forma os homens ganhavam conforme produziam. Esse processo não só modifica o como se trabalha se formos comparar com o homem que trabalha no sítio, mas se configura como uma lógica disciplinar sobre os corpos dentro de um processo de produção material.

O novo trabalho se utilizou de crianças e mulheres como consta nas fichas de trabalhadores disponíveis no museu da fábrica. A utilização de crianças se dava pela rentabilidade, uma vez, que os jovens recebiam um valor consideravelmente abaixo por sua força de trabalho. O processo de extração de mais valia sobre crianças e mulheres era um meio de a fábrica continuar a todo vapor. Além dessas formas de exploração sobre o trabalho, o dono da fábrica se utilizava de várias manobras para evitar o pagamento de rescisão contratual e por vezes fichava pessoas adultas com uma idade inferior a maioridade para pagar metade de um salário. Essas experiências serão comuns a diversos trabalhadores da Caroá.

4. DISCIPLINA

A imposição de uma mudança na relação dos trabalhadores com o tempo e o novo tipo de trabalho, caminhavam para um processo de disciplinar, tanto no espaço fabril, como no cotidiano daqueles e daqueles operários e operárias que estavam ligadas à companhia industrial. O operariado, que não é dono dos meios de produção da vida material, acaba tendo que adentrar e se adequar ao novo estilo de trabalho e suas relações que a ela implicam. Como Marx bem coloca:

Os Homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos¹².

No segundo capítulo, usamos o conceito de ciclo de disciplina maquínica, para demonstrar, como os trabalhadores se adequam ao novo. Agora focaremos, no regime disciplinar exercido fora do ambiente fabril, mas influenciado por ele e quem o controlava.

José de Vasconcelos proporcionou casa aos operários, isto é, a vila operária que mais tarde daria origem ao bairro do Salgado. O patrão ainda proporcionava a compra barateada de

¹²Marx, Karl. **18 brumário de Luís Bonaparte**, tradução e notas Nélcio Schneider; prólogo Herbert-Marcuse, São Paulo: Boitempo, 2011, p. 25.

eletrodomésticos, água encanada, luz elétrica, grupo carnavalesco e junino, além do campo de futebol.

Na música de Léo Domingos citada acima é interessante perceber a construção da imagem do patrão como figura paternal e bom patrão, no que se refere a essas posturas do empresário, a historiadora Margareth Rago, conceitua como pedagogia paternalista do patão. O objetivo era claro, pois nada mais era o intuito de deixar os trabalhadores submissos, agradecidos e desmoralizados do ponto de vista sindical, desorganizados enquanto classe, e como nos orienta E.P. Thompson, experiência e consciência de classe não andam juntas.

Como já fora citado, o patrão deu casas, do qual se transforma à vila operária. Nesse local os trabalhadores e suas famílias se adequaram a rotina da fábrica. A casa do empresário José de Vasconcelos, ficava perto da fábrica e da vila operária. Do alto da sacada, ele contemplava a vida de seus empregados. Sua casa mais tarde viria a ser a clínica psiquiátrica do doutor Veloso-Atualmente é o estacionamento do ASSAÍ-.

Vasconcelos, exerceu um outro conceito que é atribuído a Margareth Rago, que é a disciplina da vila operária. Como a historiadora fala em seu livro do Cabaré ao lar “Através de imposição das vilas operários, vilas punitivistas e disciplinares, estabelece-se todo um código de condutas que persegue o trabalhador em todos os espaços de sociabilidade, do lazer ao trabalho”¹³ Percebemos então como o tido ato paternalista, também pode ser analisado como maneira sutil de dominação e proposição a docilidade aos operários. De tal maneira que assim (Vasconcelos) mantinha seu controle sobre os operários, relacionava-se com ele de maneira individualizada e os impedia de fazer mobilização política contra o sistema¹⁴.

Em Caruaru, existia o Sindicato de fiação e tecelagem, e os funcionários da Caroá eram sócios, isto é, sindicalizados. Todavia, não podiam frequentar seu sindicato, e caso houvesse resistência e desobediência era passado na cara do funcionário as benfeitorias do patrão e se o sujeito fosse reincidente, a demissão seria sumária.

Com os clubes festivos e o clube de futebol, no dia primeiro de maio, Dia do Trabalhador acontecia dois cultos religiosos no interior da fábrica. Durante a manhã o Bispo Diocesano de Caruaru, celebrava a missa, de tarde, um pastor presbiteriano celebrava um culto,

Todos eram obrigados a participar dos dois atos, independentemente de sua crença religiosa. Com essas ações Vasconcelos conseguia obter o que nos aponta Foucault como

¹³RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

¹⁴SILVA, George Pereira da; TEIXEIRA, Geysse Anne Silva. **Fábrica de Caroá: História e Memória**. Caruaru, PE: ed. Dos autores, 2011.

disciplina dos corpos dóceis, uma vez que o exercício do poder patronal vai moldando as ações dos funcionários, de maneira com que eles sejam passíveis nas suas relações e nas suas maneiras de atuarem. Para Michel Foucault:

Esses métodos permitem o controle minucioso das operações do corpo que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade – Utilidade, são o que podemos chamar as “Disciplinas” a disciplina fabrica assim corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (Em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)¹⁵.

Foi colocado acima o papel da sacada da casa de Vasconcelos. De lá ele tinha os funcionários sob vigilância, através dos atrativos que foram também citados acima. A sacada funcionava como um lugar de vigilância, como sendo um exemplo prático de panóptico.

Vasconcelos tinha seus funcionários sob o seu atento olhar, e eles sabiam que eram vigiados. Seus gestos, sua adequação aos sinais e ruídos da fábrica gerava a imposição de uma nova disciplina um novo *modus vivendi*. Desta maneira Foucault, nos elucida daí o efeito mais importante do panóptico: induzir um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder¹⁶.

5. CONCLUSÃO

A história da fábrica da Caroá, constitui-se por um processo histórico cheio de experiências que nos possibilitam observar o fazer-se da classe operária caruaruense. Desta maneira, não observamos a formação da classe social como existente na construção ou primeiros momentos de existência da fábrica, mas, sim, em um conjunto de ações que vão ocorrendo ao longo dos tempos, que vai distinguindo e identificando os personagens que buscamos aqui focar.

A mudança no trabalho, nos hábitos e costumes, na relação com o tempo e a imposição de uma disciplina faz com que esse conjunto de experiências construam uma identidade cultural antagônica aos donos da fábrica. Percebemos então a formação de uma consciência de classe a partir do momento que os trabalhadores têm acesso a um sindicato, mesmo com as dificuldades e ameaças impostas pelos patrões. O fato de ter uma associação que permite o trabalhador ter uma fonte de questionamento, revela para nós como esses trabalhadores observaram as

¹⁵FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: O nascimento da prisão**; 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 135.

¹⁶**Ibidem**, p. 195.

experiências coletivas e construíram essa identidade coletiva que chamamos de classe operária caruaruense a medida que se avançavam as décadas de 40, 50 e 70.

É interessante escrevermos sobre essas experiências que possibilitam inserir trabalhadores e trabalhadoras na história de maneira com que ao leitor e leitora herdeiros e herdeiras desse passado se vejam a todo momento como agentes atuantes nos processos históricos. Pois, como à época os operários exigiram o fornecimento de luz elétrica por mais tempo em seus domicílios, importante demanda naquele momento, temos o dever de cobrar as demandas do nosso presente. A história do operário de Caruaru não é a história de pobres miseráveis, mas sim antes de tudo a história de quem contribuiu para o desenvolvimento urbano do município com muita labuta e resistência.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: O nascimento da prisão**, 42. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MARX, Karl. **18 brumário de Luís Bonaparte/ Karl Marx** (tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert-Marcuse). São Paulo: Boitempo, 2011.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**/Caio Prado Jr; entrevista Fernando Novais; Posfácio Bernardo Ricupero, São Paulo: Companhia das letras, 2011.

PERROT, Michelle **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 8. ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SILVA, George Pereira da e TEIXEIRA, Geyse Anne Silva. **Fábrica de Caroá: História e Memória**. Caruaru, PE: ed. Dos autores, 2011.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa, vol.1: árvore da liberdade**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. **Costumes em comum**, revisão técnica Antonio Montenegro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das letras 1998.

NARRAR COM IMAGENS: HISTÓRIA E VISUALIDADE NAS CAPAS DE FOLHETOS DE J. BORGES (1970 A 1979)¹

Celly Monike Da Silva Nascimento²

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de pesquisa um conjunto de xilogravuras produzido pelo artista José Francisco Borges, J. Borges, na década de 70, em Pernambuco, atualmente disponíveis em acervos físicos e virtuais. O recorte temporal coincide com o período, no qual, o autor transitou entre os processos de escrita e os processos de criação, ilustração³ e editoração de capas de folhetos, por meio da técnica da xilogravura. Na segunda metade do século XX (nas décadas de 1970 e 1980), deslocamentos conceituais e metodológicos marcaram o campo da historiografia ocidental, operando transformações na disciplina da História. Em decorrência, o interesse dos historiadores/historiadoras voltou-se para o campo da cultura, provocando o cruzamento entre antigas fronteiras (história e literatura) e a possibilidade de abordagens interdisciplinares⁴. Desde então, a produção historiográfica, principalmente, a mais recente, tem-se aventurado na construção de histórias que tomam por base os documentos iconográficos: artes plásticas, fotografias, cinema, publicidade⁵.

O debate teórico metodológico tem movimentado o chamado campo das visualidades. É no diálogo com esse campo de conhecimento que procuramos historicizar a produção, a circulação e a recepção⁶ cultural de um tipo específico de imagem: a xilogravura. Conforme mencionamos, foi a partir da década de 1970, que as xilogravuras de J. Borges circularam separadas da capa do folheto, que lhe servia como suporte de exposição. Consideramos importante mencionar os termos que indicam os principais suportes dessa arte: i) a xilogravura matriz: prancha de madeira que recebe os desenhos, os cortes, os golpes, os sulcos e a tinta

¹Uma versão desse artigo foi apresentada no I Simpósio de História da ASCES- UNITA (2020), Caruaru, PE.

²Graduanda no curso de História na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). E-mail: cellymonick.2017@gmail.com.

³CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII**. Tradução de Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Unesp, 2007, p. 268.

⁴HUNT, Lynn et al. **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: M. Fontes, 2001.

⁵LIMA, Joana d'Arc de Sousa. **Cartografias das artes plásticas no Recife dos anos 1980: deslocamentos poéticos entre as tradições e o novo**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

⁶CHARTIER, Roger. **Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna séculos XVI-XVIII**. Tradução de Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002b, p. 37.

(substância reveladora); e ii) a xilogravura impressa: pedaço de papel que, acolhe em sua superfície as marcas gravadas na madeira e, por meio da fricção, exhibe desenhos e inscrições⁷.

O estudo das capas dos folhetos nos coloca diante de imagens-testemunhas⁸ de acontecimentos históricos que envolvem noções de memória e identidade. Por intermédio da leitura das xilogravuras e dos elementos encontrados nas capas dos folhetos é possível construirmos narrativas históricas acerca do período estudado. O estudo sistemático dos folhetos de cordel e de suas capas, no campo da história ainda é pouco abordado, boa parte da produção bibliográfica vem sendo constituída por pesquisadores/pesquisadoras de diversas áreas das ciências humanas.

Esta pesquisa pretende constituir uma biografia das capas de folhetos, dando relevância a sua potencialidade cognitiva, questionando fontes – capas de folhetos – que não falam por si só, mas como resultado de uma operação historiográfica: “a construção do objeto de estudo, a elaboração da problemática teórica, bem como o estatuto epistemológico das fontes de memória são resultados de uma operação historiográfica”⁹. Possui como objetivos sistematizar, no âmbito teórico, os conceitos, história, memória e visualidade em relação à produção xilográfica (capas de folhetos) de J. Borges; analisar os suportes, a materialidade e os usos das capas de folhetos; mapear as redes de relações artísticas estabelecidas por J. Borges que possibilitaram a circulação e a recepção de suas xilogravuras; e possibilitar novas formas de interpretação histórica das narrativas históricas sobre as xilogravuras.

Portanto, indicamos a relevância dessa pesquisa em dois aspectos: i) coloca em evidência a importância do trabalho artístico de J. Borges, patrimônio Vivo de Pernambuco¹⁰ cuja obra possibilita uma diversidade de abordagens e pesquisas para compreender como o xilogravador construiu sua trajetória artística em correlação com o desenrolar dos acontecimentos pessoais (ordinários), mas, ao mesmo tempo, com o ritmo (fora do comum) dos acontecimentos políticos, econômicos e culturais da década de 1970; ii) amplia nossa concepção do conceito de visualidade, fundamental para compreendermos a noção de potencial cognitivo das imagens xilográficas, que nos ajudam na formulação de “problemas históricos” para serem resolvidos

⁷SILVA, Maria do Rosário da Silva: *Histórias Escritas na Madeira: J. Borges entre folhetos e xilogravuras na década de 1970*, 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015, p. 30.

⁸Produção visual característico por ser uma testemunha da história tornando-se evidente a partir da observação histórica.

⁹CERTEAU, Michel de. **Operação histórica**. In: NORA, P.; LE GOFF, J. **História: novos problemas**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

¹⁰Os patrimônios vivos são aqueles considerados os mestres da cultura popular de evidente saber, recebem o título em um concurso público apoiado na Lei nº 12.196, de 2 de maio de 2002. J. borges foi titulado patrimônio vivo de Pernambuco no ano de 2005.

por meio de fontes visuais em associação a “quaisquer outras fontes pertinentes”¹¹, assim como para compreendermos a negociação de sentidos e significados que a imagem produz na relação social entre o produtor e o receptor, posto que, esse campo se define entre o visível e o invisível, portanto, as “imagens nos contam histórias, atualizam memórias, inventam vivências e imaginam a história”¹².

2. METODOLOGIA

Para trabalhar com a abordagem do documento visual, a xilogravura, é necessário reconhecer o papel da transdisciplinaridade e a contribuição das áreas de conhecimento acerca do objeto estudado. O historiador deve apropriar-se de conceitos da antropologia e semiótica, exemplo, antropologia contribui com o conceito de cultura, a dimensão simbólica e a análise material, como também, a semiótica oferece mecanismos para o desenvolvimento da análise, esquivando-se de uma consideração superficial da imagem, sobre esse debate, Mauad considera que “Exigiu-se do historiador (...) aprender a relativizar desvendar as redes sociais, compreender linguagens, desconfiar sistemas de signos e decifrar vestígio, sem perder, jamais, a visão do conjunto”¹³.

Os folhetos que utilizei na pesquisa encontram-se no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), entre as obras raras, e no acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). Durante a pesquisa fotografei 104 folhetos dos quais 13 capas foram produzidas por J. Borges na década de 70 (Tabela 01). Irei analisar neste artigo os seguintes folhetos: “Nordeste repente, canção” no qual, o texto não foi produzido pelo J. Borges, e “A Philips saúda em versos a arte popular do Nordeste” com a autoria do poeta.

Os princípios básicos para a análise da xilogravura como fonte histórica, é compreendê-la conforme um produto cultural resultado de um trabalho social e uma construção de sentido. A partir do momento que a imagem é elaborada, torna-se produto de um investimento de sentido do sujeito que a produz, neste caso, o xilógrafo J. Borges, mas também das pessoas que visualizam, por isso, é essencial compreendermos o conceito educação do olhar conforme nos aponta a historiadora Ana Maria Mauad: “percepção e interpretação são faces de um mesmo

¹¹MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, pp. 11-45.

¹²MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, jan.-jun. 2008, pp. 33-50.

¹³**Ibidem**.

processo: o da educação do olhar”¹⁴, que envolve a relação entre quem produziu e quem está examinando a imagem.

Como método, recorri a uma abordagem histórico – semiótica, constituída por uma ficha de elemento da forma de expressões¹⁵ em que, decompou a xilogravura em unidades culturais, definida pelo semiótico italiano Umberto Eco (1974) como unidade semântica inserida no sistema, caracterizada por qualquer coisa culturalmente definida, podendo ser um lugar, um sentimento, estados, pressentimento, fantasia, alucinação, esperança ou ideia, compreendendo a imagem como um fenômeno social. A ficha é preenchida de acordo com os itens presentes nas xilogravuras, possibilitando distribuir informações entre, tema, título, moldura, direita e esquerda em cima e abaixo, objeto central, posição, paisagem, figura humana, textualidade e outros. (criadas conforme a estrutura das xilogravuras)

Na estruturação das fichas as unidades culturais são transferidas para categorias espaciais no momento final da análise, são elas: espaço geográfico, compreendendo o espaço físico representado na xilogravura, espaço de figuração, no qual, contém a natureza do espaço, contendo pessoas, os animais a hierarquia das figuras e seus atributos. Desta maneira, ajuda a fazer a leitura das mensagens visuais, em que, retrata um arranjo cultural e ideológico do espaço geográfico em um instante, ou seja, período/espaço caracterizado na xilogravura. Portanto, as produções das capas de folheto feitas por J. Borges, são vestígios do passado, remetendo ao acontecimento da década de 70.

Nesse sentido, o estudo da imagem é extremamente relevante, principalmente pelo seu potencial cognitivo¹⁶ e seu diálogo universal pelo sentido da visão, podendo ser compreendido pelas diversas camadas sociais, compostas pela capacidade de possuir significados.

Para o historiador Paulo Knauss (2006) não estudar as imagens como fonte histórica, pode deixar de lado um registro abundante, sendo mais antigo que a própria escrita, impossibilitando reconhecer as várias dimensões das experiências sociais, como também a multiplicidade dos grupos sociais e seus modos de vida. É necessário compreendermos que estudar a visualidade é diferente da cultura da escrita, colocando novos desafios para o historiador, pois “o olhar é

¹⁴MAUAD, Ana Maria. **O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual...**, ob. cit., pp. 33-50.

¹⁵**Ibidem.**

¹⁶MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares**, ob. cit., pp. 11-45.

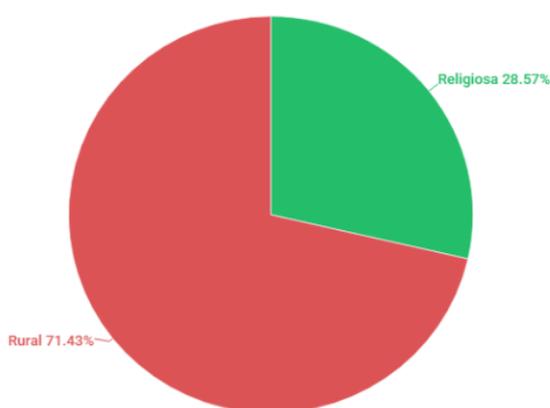
múltiplo e requer conhecer características intrínsecas às imagens, mas também admitir que o olhar precisa ser preparado para ver e analisar as imagens”¹⁷.

3. RESULTADO

Após um ano de pesquisa, alguns resultados foram pontuados. A partir das fichas de elementos de expressão, foram elaborados gráficos. Apresentaremos as expressões nas xilogravuras ilustradas nas capas, a partir das fichas preenchidas, com os marcadores: tema e figura humana. No gráfico 02, a categoria rural com 33.33%, sendo o tema que predominou nas capas. No gráfico 03, as figuras humanas presentes nas capas são de 66.67% em que, as representações humanas estavam dentro de uma realidade cultural que convém com a da maioria dos leitores. Entre os diversos folhetos que pesquisei, irei destacar dois. Primeiramente, o folheto, denominado “A Philips saúda em versos a arte popular do Nordeste” e o “Nordeste repente, canção” com a abertura do documentário; capa do vinil, capa do folheto e material de divulgação produzido por Borges.

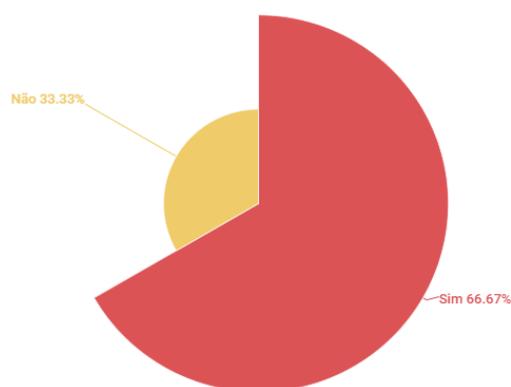
Segundo a letróloga Márcia Abreu o folheto “(...) embora não haja restrições temáticas, essa produção sempre esteve fortemente ligada à realidade social na qual se inserem os poetas e seu público, desde as primeiras produções.”¹⁸ (1999, p. 119). Deste modo, a maior parte do público, neste caso, os receptores que compravam os folhetos, moravam no campo.

Gráfico 02 - Temáticas



Fonte: Celly Monike

Gráfico 03 - Figuras humanas



Fonte: Celly Monike

¹⁷KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, jan.-jun. 2006, p. 97-115.

¹⁸ABREU, Márcia. **Histórias de Cordel**. Campinas: SP. Mercado de letras, 1999.

A produção da xilogravura é composta de sentido social do xilógrafo e essa troca de sentido ocorre com os leitores dos folhetos. A temática rural predominou nas capas de folhetos. O poeta J. Borges nasceu e se criou na zona rural, sendo a assim, há um investimento da sua subjetividade refletida na produção da xilogravura, permitindo a circulação entre os leitores da área rural, desse modo, as relações sociais da imagem se potencializam, empregando o folheto de cordel como suporte material da xilogravura tornando as imagens mais acessíveis. O folheto de cordel no âmbito rural principalmente na década de 70, cumpria a função de entretenimento, sendo comum leituras, onde um membro da família que sabia ler, narrava a história enquanto o restante dos familiares observava atentamente o enredo. Como também, a um papel educativo, introduzindo as crianças no mundo das letras, auxiliando na alfabetização.

Outro resultado observado a partir do gráfico 02, é o reflexo da paisagem que preponderou, no recorte temporal escolhido, segundo dados do Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) no ano de 1970 na região Nordeste a população rural prevalecia, sendo composta por 16.694.173 pessoas. Portanto, a xilogravura se faz corpórea¹⁹ existente no mundo histórico, podendo ser criados como formas de vidas pois são animadas por práticas sociais. Sendo assim, a sua análise passa por um processo gradual, não há resultado instantâneo, pois, como já vimos ela não é um simples objeto de ilustração, sendo necessário apropriar-se de técnicas para a mudança do olhar, e refletir a “Sua materialidade (...) bem como as relações com o lugar para o qual foi feita, seus usos, funções e manipulações. Em suma, é fundamental pensar a imagem: pensar com e a partir²⁰ Deste modo, é indispensável compreender que “O espectador se vale de uma competência visual que é socialmente estabelecida, do mesmo modo que o pintor depende da resposta de seu público. Assim, a sociedade influencia a experiência visual. (...) o olhar é um sentido construído socialmente e historicamente demarcado”²¹. Compreender a biografia da imagem e a sua vida social, é relevante, pois, implica nas suas relações sociais.

A capa do folheto “A Philips saúda em versos a arte popular do Nordeste” é composta por diversos elementos da cultura, como o chapéu de couro, jumento, xícaras, bolsa de couro, cachimbo, peixeira, faca, uma bota, um balaio, vaso de barro e um homem vestido com roupas típicas utilizadas pelos nordestinos do campo segurando uma garrafa de cachaça.

¹⁹JUNIOR, F.C.F.S. A virada e a imagem: história teórica do pictorial/iconic/visual turn e suas implicações para as humanidades. **Anais do museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, v. 27, 2019, p. 1-51.

²⁰PEREIRA, M. C.C. L. Pensar (com) a imagem: reflexões teóricas para uma práxis historiográfica. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, jul./dez. 2016, p. 672-679.

²¹KNAUSS, Paulo. **O desafio de fazer história com imagens...**, ob. cit., p. 97-115.

Figura 04-Folheto, obras raras de J. Borges



Fonte: APEJE

Nesta obra, teve como parceria com a Philips, fundada em 1891, uma empresa holandesa de produtos voltados para a tecnologia, chegando ao Brasil em 1924, nos anos 60 é criado um escritório no Recife, sendo assim, é possível perceber um investimento da empresa em se situar na região, contratando o Borges, para a elaboração da capa e do texto de cordel em seu nome, com os elementos culturais do Nordeste. Desta maneira, podemos analisar a ampla rede de relações do xilógrafo, possibilitando uma maior circulação de suas obras. Por meio dessas encomendas ao J. Borges, comuns entre os xilógrafos é um meio que podemos mapear a circulação das suas xilogravuras. Outra relação artística, que possibilitou a expansão da sua circulação foi por meio do folheto, “Nordeste, cordel repente canção” a capa é ilustrada por uma xilogravura representando os emboladores, um vendedor de cordel lendo para as pessoas das feiras, um casal de violeiros e um cinegrafista (Figura 05).

Figura 05 - Folheto, com capa produzida pelo J. Borges



Fonte: CNFCP

A autoria não é de Borges, descreve o histórico do cordel no Nordeste, como também descreve a realidade dos cordelistas e a crise na produção do cordel na década de 70. Baseado

em um documentário produzido na mesma época, por Tânia Quaresma, no qual, exhibe a musicalidade nordestina e o percurso da produção do cordel.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da imagem ainda é recente na historiografia, principalmente, a utilização da xilogravura como fonte, entretanto, é indispensável para a expansão no âmbito da história cultural. Sendo relevante pontuar as complexidades enfrentadas para quem por muito tempo trabalhou com a documentação escrita, com o campo da visualidade, necessitando uma metodização específica, sistematizando os conceitos, definindo o olhar e tornando-o matéria de conhecimento histórico. O ofício do historiador/historiadora vem se diversificando mundialmente, e a historiografia deve acompanhar essas novas possibilidades de fazer história. As xilogravuras produzidas na década de 70 por J. Borges ajuda-nos a refletir sobre as possíveis histórias das imagens.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. **Histórias de Cordel**. Campinas- SP. Mercado de letras. 1999.
- CARVALHO, Francisco Gilmar Cavalcante de. **Memórias da xilogravura**. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, 2010.
- CASTILLO TRONCOSO, Alberto del. La memória histórica y los usos de la imagen. **História Oral**, v. 13, n. 1, p. 87-101, jan.-jun. 2010.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel De. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **Operação histórica**. In: NORA, P.; LE GOFF, J. **História: novos problemas**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002a.
- CHARTIER, Roger. **Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna séculos XVI-XVIII**. Tradução de Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002b.
- CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII**. Tradução de Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Unesp, 2007.

ECO, Umberto. **As formas do conteúdo**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HATA, Luli. **O cordel das feiras às galerias**. 1999. 215p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270030>. Acesso em: 01 out. 2020.

HUNT, Lynn et al. **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: M. Fontes, 2001.

JUNIOR, F.C.F.S. A virada e a imagem: história teórica do pictorial/iconic/visual turn e suas implicações para as humanidades. **Anais do museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, vol. 27, 2019, p. 1-51.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

LIMA, Joana d'Arc de Sousa. **Cartografias das artes plásticas no Recife dos anos 1980: deslocamentos poéticos entre as tradições e o novo**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

LOPES, José de Ribamar. **Literatura de cordel antologia**. Fortaleza, 1982.

LONDRES, Maria José F. **Cordel, do encantamento às histórias de luta**. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografia**. Niterói: Editora da UFF, 2008.

MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 33-50, jan.-jun. 2008.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-45, 2003.

MERRICK, Thomas William. **Resultados preliminares do censo de 1970 realizado no Bras**. Rio de Janeiro.

PEREIRA, M. C.C. L. Pensar (com) a imagem: reflexões teóricas para uma práxis historiográfica. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 672-679, jul./dez. 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Maria do Rosário da Silva: **Histórias Escritas na Madeira: J. Borges entre folhetos e xilogravuras na década de 1970**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 1960/2010. **Sinopse demográfico**. 2010. disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados>. Acesso em: 02 ago. 2020.

RAUSCHER, Beatriz Basile da Silva. **Xilogravuras secas: o estudo de um meio de linguagem**. 1993. 312f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/284329>. Acesso em: 30 set. 2020.

HISTÓRIA E VISUALIDADE: IMAGENS E LETRAS NOS ÁLBUNS DE XILOGRAVURAS DE J. BORGES (1970-1979)

Natália Tenório Gomes¹

Antes de começar a falar especificamente quais são as fontes trabalhadas é importante fazer um breve resumo sobre os caminhos do que percorremos até chegar no que chamamos de literatura de cordel a qual se assemelha aos folhetos. O registro documental mais antigo da literatura de cordel tem origem Portuguesa, entretanto também é possível identificar essa literatura em outros países da Europa. O cordel tinha baixo custo de produção e facilidade de circulação o que o tornava uma literatura popular, se trata de enredos curtos com ilustrações em suas capas retratando o assunto contido na história.

O cordel luso está mais para um gênero editorial do que uma modalidade literária pois não existe algo que unifique esse tipo de publicação além do seu tipo de edição, podendo ter temas e abordagens variadas (Abreu, 1999). Existe uma literatura popular que se assemelha em termos de impressão e edição ao cordel europeu, no entanto é um erro dizer que um é a reprodução do outro pois a literatura de folhetos tem elementos próprios que se diferem bastante da literatura de cordas Europeia.

A literatura de folhetos no Brasil começa a ter seus moldes estabelecidos no final do século XIX (Abreu, 1999) e vai se aprimorando ao longo das décadas, a escrita dos folhetos é dada em forma de versos e recitada como poesia, as ilustrações em suas capas feitas pela técnica de xilogravura, o seu principal meio de circulação são as feiras populares onde os criadores e vendedores dos folhetos os recitam em meio ao comércio afim de atrair pessoas para escutar as histórias e comprar os folhetos.

As xilogravuras que inicialmente só ilustravam as capas dos folhetos posteriormente ganharam outras dimensões e outros públicos, deixou de ser unicamente a ilustração do folheto e também ganhou sua dimensão artística em meados da década de 1970 xilogravadores começaram a produzir coletâneas de álbuns de suas xilogravuras e é sobre essas coletâneas que este trabalho se debruça, mais especificamente sobre duas coletâneas produzidas por J. Borges na década de 70.

¹Graduanda na Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Endereço digital natalia-tenorio@hotmail.com. Trabalho orientado pela professora doutora da mesma instituição, Maria do Rosário.

1. REFERÊNCIAS TEÓRICAS

É importante alertar que o uso das fontes utilizadas neste trabalho é de uso recente na historiografia. Para trabalhar as visualidades em questão recorro a perspectiva metodológica de Ulpiano T. Bezerra de Meneses que afirma, a História da Arte e a Antropologia foram, respectivamente, o primeiro e o segundo campos do conhecimento a reconhecer o valor cognitivo da imagem; cada uma desenvolveu, a seu modo, abordagens metodológicas e problemáticas específicas. No entanto, a História, como disciplina, continua atrasada em relação as demais ciências humanas, no que diz respeito as fontes visuais e a visualidade.

A imagem ao longo dos anos tem sido usada na historiografia ou como afirmação de outras fontes, ou pior, como mera ilustração (Meneses, 2003) dito isto, esta pesquisa trabalha com a imagem não sendo ilustração de um contexto de outras fontes e sim a visualidade é a principal fonte a ser trabalhada, associada a outras fontes que a complementem. O contexto de circulação e autoria são importantes para a análise da imagem, entretanto não são o objeto central desta pesquisa. A centralidade desta pesquisa é analisar o potencial cognitivo contido nas imagens.

“Compreendida como resultado de uma relação entre sujeitos, a imagem visual engendra uma capacidade narrativa que se processa numa dada temporalidade. Estabelece, assim um diálogo de sentido com outras referências culturais de caráter verbal e não-verbal. As imagens nos contam histórias, atualizam memórias inventam vivências, imaginam a história”².

Neste trecho a historiadora Ana Maria Mauad nos faz refletir sobre a dimensão que a visualidade tem e de como essas visualidades têm um potencial cognitivo imprescindível para a historiografia, que transcende fontes documentais com apenas escrita, já que estabelece uma relação não verbal com o sujeito que a confronta.

“desprezar as imagens como fontes da História pode conduzir a deixar de lado não apenas um registro abundante, e mais antigo do que a escrita, como pode significar também não reconhecer as várias dimensões da experiência social e a multiplicidade dos grupos sociais e seus modos de vida”³.

O trecho de Knaus casa com o de Mauad e deixa ainda mais evidente a importância da imagem para a compreensão sociocultural e mostra como o estudo da imagem pode ser mais inclusivo além de ser a forma de expressão mais antiga da humanidade precedendo a escrita. A

²MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografia**. Niterói: Editora da UFF, 2008, Parte I, p. 21.

³KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, pp. 97-115; jan.-jun. 2006, p. 3.

noção de fonte histórica tem que ser problematizada a luz de uma crítica que a considere como suporte de práticas sociais, superando a rasa visão de que as fontes contêm o passado e revelam ao olhar do presente por sua pura existência. Toda fonte é resultado de uma operação historiográfica (CERTEAU, 1979) isso traz um olhar mais abrangente sobre como trabalhar as fontes, realizando essa operação historiográfica sobre as imagens que este trabalho se debruça, pretendo contribuir para um maior reconhecimento acerca das problemáticas que abarcam o campo visual.

2. O ARTISTA

O artista José Francisco Borges nasceu na cidade de Bezerros localizada no Agreste Pernambucano no ano de 1935, seus pais eram agricultores e Borges trabalhava na agricultura desde criança para ajudar sua família. Na adolescência começou a trabalhar como pedreiro e também como carpinteiro, no ano de 1956 começou a comprar folhetos de cordel para revender nas feiras, assim se alternava, durante a semana se dedicava a construção e carpintaria e nos fins de semana revendia folhetos nas feiras, sua educação formal foi curta, só frequentou a escola com 12 anos de idade pelo curto período de dez meses, entretanto tinha o hábito de ler os folhetos.

No ano de 1964 escreveu seu primeiro folheto, *O Encontro de Dois Vaqueiros no Sertão de Petrolina*, e pediu para um artista da cidade de Caruaru fazer a capa desse cordel, o mestre Dila⁴. Seu primeiro folheto ficou popular nas feiras onde foi comercializado, devido a seu sucesso, Borges então decidiu começar a escrever e ilustrar seus próprios folhetos. A familiaridade com a madeira vinda do seu trabalho como carpinteiro facilitou seu processo de esculpir na madeira para criar a matriz⁵ que deu vida a sua primeira xilogravura, a capa do folheto: *O Verdadeiro Aviso de Frei Damião sobre os Castigos que vêm*. Assim foi deixando seus ofícios de pedreiro e carpinteiro, voltando-se integralmente para a criação de cordéis com xilogravuras e sua comercialização em feiras da região.

No ano de 1973 deixou a prática de ir as feiras vender seus folhetos, dedicando-se apenas a criação e confecção dos cordéis, aos poucos foi deixando de produzir versos de cordéis pois a demanda por xilogravuras era maior, desse modo mergulhou cada vez mais na criação das ilustrações que começavam a tomar dimensões diferentes das que eram comercializadas nas

⁴José Soares da Silva, mais conhecido como Mestre Dila, foi um cordelista e xilogravador pernambucano nascido em 1937. Viveu a maior parte da sua vida na cidade de Caruaru, onde conheceu J. Borges.

⁵Matriz: prancha de madeira que recebe os desenhos, os cortes, os golpes, os sulcos e a tinta.

feiras ilustrando os folhetos. Borges criou um ateliê em sua cidade natal que está ativo e funciona como galeria, oficina de criação, produção e comercialização de suas xilogravuras.

Os feitos artísticos de Borges são reconhecidos dentro e fora do país, o que lhe redeu muitos prêmios dentre eles estão, o prêmio de gravura Manoel Mendive, na 5ª Bienal Internacional Salvador Valero Trujillo na Venezuela no ano de 1995, a medalha de honra ao mérito cultural, do Palácio do Planalto em Brasília no ano de 1999, o Prêmio Unesco, em 2000, entre outros. No ano de 2006 José Francisco Borges foi reconhecido como patrimônio vivo do estado de Pernambuco.

Um dos principais reconhecimentos da carreira de J. Borges foi do escritor nordestino Ariano Suassuna, encantado com as obras do xilogravador, Ariano, foi um propagador da arte de Borges, e dizia “A gravura é um reino e desse reino o príncipe é J. Borges”⁶.

3. ANÁLISE DOS ÁLBUNS

Os principais materiais são as fotografias de duas coletâneas de xilogravuras publicadas em formato de álbuns o primeiro álbum intitulado “A vida do Padre Cícero gravada por J. Borges (1972)” impresso com a colaboração da Universidade Federal de Pernambuco, na coleção Liêdo Maranhão, projeto gráfico de Gilvan Samico. O segundo álbum “J. Borges: 10 gravuras (1973)” lançado pela galeria Ranulpho, e selecionado por Ariano Suassuna que escolheu 10 xilogravuras de J. Borges para compor o álbum, além de selecionar as gravuras Ariano escreveu o prefácio e notas sobre cada xilogravura presente no álbum. Principais locais de pesquisa para esse trabalho foram a Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand e Centro Nacional de Folclore e cultura popular, onde estão presentes os álbuns. Onde foram fotografadas as obras para análise.

Referente a circularidade das xilogravuras de J. Borges e mapeamento de relações artísticas, a literatura de cordel até meados da década de 70 tem um público específico. Os folhetos são vendidos e lidos nas feiras, até que outros artistas começam a levar essa cultura para outro tipo de público. Ariano Suassuna afirmou:” J. Borges é atualmente, na minha opinião o maior gravador popular do Nordeste.”⁷ A fala de Ariano traz um reconhecimento para as xilogravuras de Borges e atrai outro tipo de público.

Fazendo uma análise sobre duas xilogravuras presentes no álbum “J. Borges: 10 gravuras (1973)” (figura 1) percebemos seu potencial cognitivo de mostrar o cotidiano e o

⁶Dito, em trecho do documentário “J. Borges” <https://www.youtube.com/watch?v=bYQ9qcokiDo>.

⁷Trecho encontrado no prefácio do álbum “J. Borges: 10 gravuras (1973)”.

imaginário. Na xilogravura intitulada “O cavalo marinho” (figura 2) do lado esquerdo tem um homem vestindo uma espécie de fantasia, como se estivesse montando um cavalo e ao seu lado está um casal dançando, talvez em outras culturas esta cena parecesse estranha, entretanto se trata de um festejo típico que está presente no folclore, também chamado de “folgado” essa xilogravura remete a quem a observa o folclore presente nos festejos do sertão.

Na xilogravura do mesmo álbum, intitulada “Lubisomem” (Figura 3) observa-se uma espécie de animal, que é metade lobo, metade mulher. Analisando a grafia do título é possível perceber que ela não se compromete com a formalidade da ortografia da língua portuguesa, e sim, com a forma em que a palavra “lobisomem” se pronuncia naquela localidade, ou seja, está mais voltada com a linguagem coloquial. Além disso, na imagem está presente, mas que é presente em fábulas contadas em cordéis. É um elemento de ficção que está presente nas histórias para entreter os leitores e ouvintes.

Fazendo um levantamento das xilogravuras produzidas na década de 70 no acervo da Xiloteca⁸ digital do Centro Nacional de Folclore e Cultura Nacional, são encontradas outras coletâneas de álbuns semelhantes às de J. Borges como os de Mestre Dila, Jota Barros⁹, Mestre Noza¹⁰ entre outros xilogravadores. Cada artista possui suas particularidades e abordam elementos do imaginário e do cotidiano de formas diversas em suas xilogravuras. O que é semelhante entre as obras dos artistas é o padrão editorial como pode ser notado se fazer uma breve comparação entre as figuras 4 e 1. As xilogravuras tinham o papel apenas de ilustrar as capas dos folhetos, entretanto isso começa a mudar. Tendo em vista, que as xilogravuras sem os cordéis não eram popularmente comercializadas nas feiras, essas coletâneas eram direcionadas a outro público, seria então uma forma de amostra da produção artística de cada xilogravador. Os álbuns são um dos caminhos que levaram as xilogravuras a novos palcos, ela começaria a deixar de ser apenas uma ilustração para capa de folheto e ganhava uma dimensão mais artística e um valor mais intrínseco.

Referente a análise direta das xilogravuras no álbum “A vida do Padre Cícero gravada por J. Borges (1972)” (figura 5) assim como se anuncia no próprio título do álbum as xilogravuras retratam acontecimentos passados na vida do padre Cícero. A uma particularidade nessa obra que permite alguns questionamentos não só referentes a leitura da imagem, mas

⁸Xiloteca é um arquivo de madeiras ou um local onde se guarda diversos tipos de madeira e informações relativas sobre sua estrutura anatômica.

⁹João Antônio Barros, conhecido como Jota Barros nasceu na cidade de Glória do Goitá em Pernambuco em 1935. Foi xilogravador e poeta popular.

¹⁰Inocência Medeiros de Oliveira, conhecido como Mestre Noza nasceu em 1897 na cidade de Taquaritinga do Norte em Pernambuco, foi entalhador e xilogravador sua obra de maior reconhecimento é intitulada “Via Sacra”.

também referente as datas dos acontecimentos gravadas por Borges. O acontecimento mais marcante presente na coletânea é o encontro de padre Cícero com Lampião (figura 6) que ocupa 6 do total de 16 xilogravuras que compõem o álbum, o encontro aconteceu em meados da década de 30, quando Lampião e seu bando passavam por Juazeiro do Norte, essa xilogravura ajuda a montar a memória que J. Borges tinha na década de 70 sobre o cangaço na era do estado novo.

Analisando algumas imagens presentes no álbum podemos realizar uma breve análise. Na página 3 xilogravura intitulada “a chegada do padre Cícero em Juazeiro”(figura 7) mostra a figura do padre com um terço, ao lado da igreja abençoando fieis, na página 4 na imagem está a figura do padre celebrando sua primeira missa, na página 5 a imagem do padre dando a hóstia a uma mulher o título dessa xilogravura é “a comunhão da beata”(Figura 8) esse personagem também está presente em outra xilogravura deste álbum xilogravura na página 14 do álbum intitulada “beatas em oração” (Figura 9) na xilogravura estão duas mulheres com um véu na cabeça com as mãos em oração, a palavra “beata” é utilizada no catolicismo para designar alguém que está no processo de canonização para virar santo, entretanto essa palavra tem um outro sentido e é usada para designar senhoras com vida religiosa muito ativa.

Da página 7 em diante o álbum começa a se dedicar ao contato que o padre Cícero teve com a figura de Lampião. De modo geral, é interessante como a imagem do líder cangaceiro se dispõe nas xilogravuras, ele é retratado com sua arma e seu chapéu em todas as xilogravuras exceto na intitulada “a confissão de Lampião com padre Cícero” (figura 10) nesta a figura do cangaceiro está sem arma e sem chapéu em sinal de respeito a igreja e ao padre.

A última xilogravura do álbum é intitulada “imortais pelo bem e pelo mal Lampião e padre Cícero” (figura 11) nela estão a figura de Lampião lado a lado com padre Cícero, essa xilogravura remete a imagem que está na memória de Borges referente a quem foi o líder cangaceiro, considerado uma figura subversiva pelo governo na década de 30 quando Getúlio Vargas governava o país, para J. Borges Lampião era uma figura que representava o poder do povo e a forma como ele se dispõe nas imagens analisadas mostra como o artista tem um respeito por sua imagem além disto a atenção que Borges dá para o contato entre o padre e o cangaceiro também mostra como o artista vê o cangaceiro como uma figura que estava acima das leis dos homens entretanto estava sujeito as leis divinas.

Figura 1 “J. Borges: 10 gravuras” (capa do álbum)



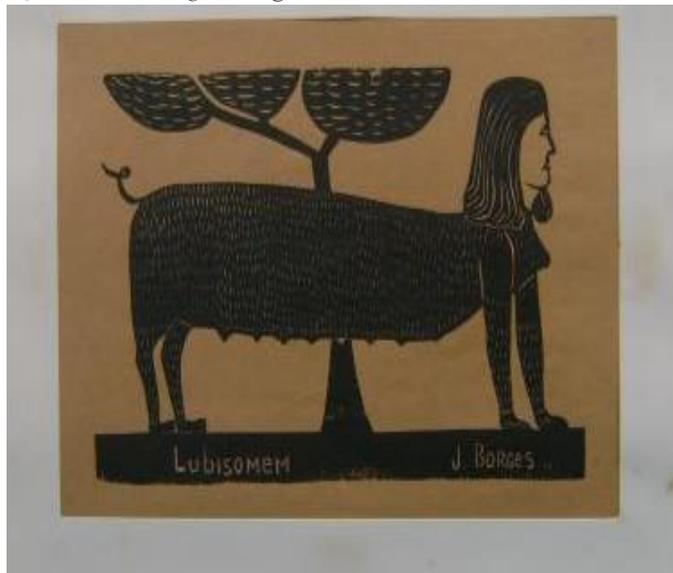
Fonte: Centro Nacional de Folclore e cultura popular

Figura 2 “J. Borges: 10 gravuras” O cavalo marinho.



Fonte: Centro Nacional de Folclore e cultura popular

Figura 3 - “J. Borges: 10 gravuras” Lubisomem



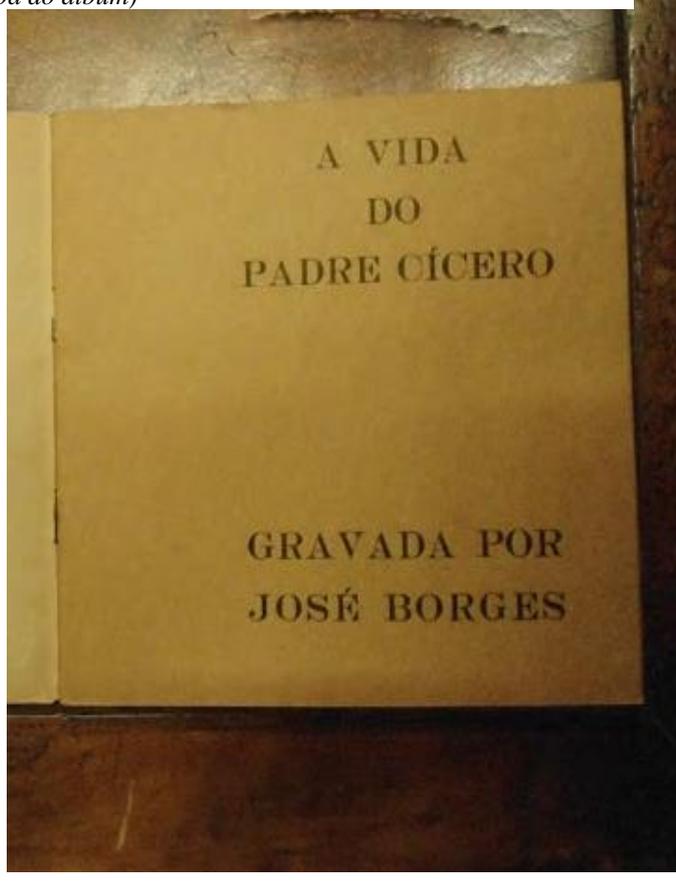
Centro Nacional de Folclore e cultura popular

Figura 4- “Dez Xilogravuras de Jota Barros”(capa do álbum)



Fonte: Centro Nacional de Folclore e cultura popular

Figura 5- “A vida do Padre Cícero gravada por J. Borges”
(capa do álbum)



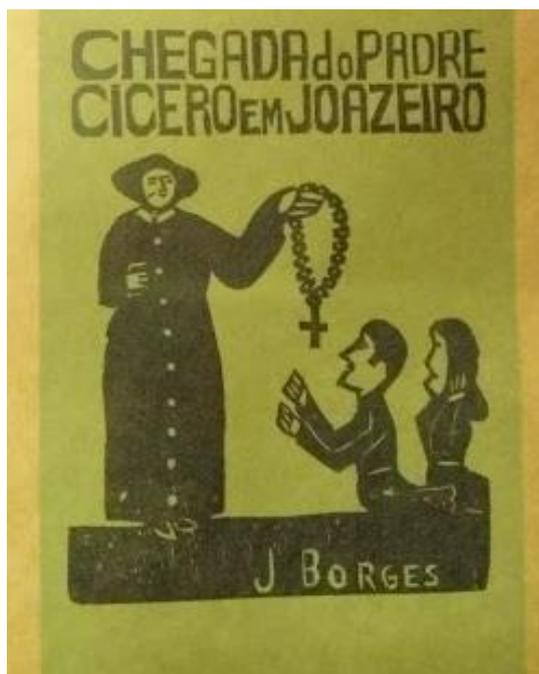
Fonte: Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand

Figura 6- “A vida do Padre Cícero gravada por J. Borges”



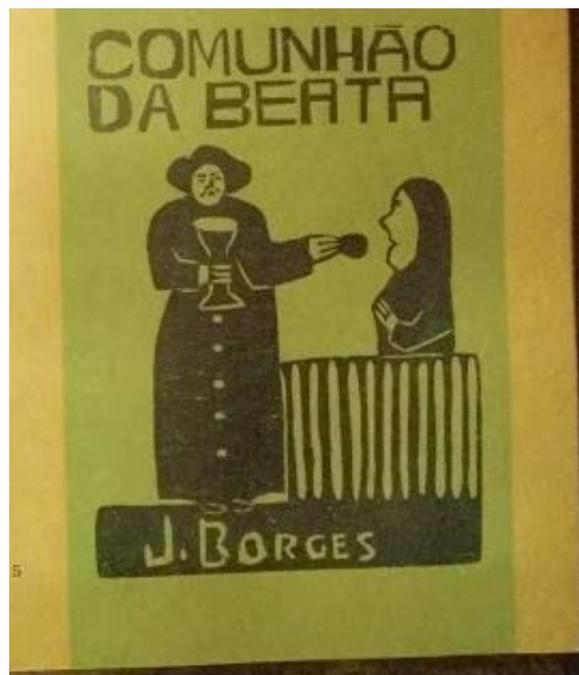
Fonte: Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand

Figura 7 “A vida do Padre Cícero gravada por J. Borges”



Fonte: Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand

Figura 8 “A vida do Padre Cícero gravada por J. Borges”



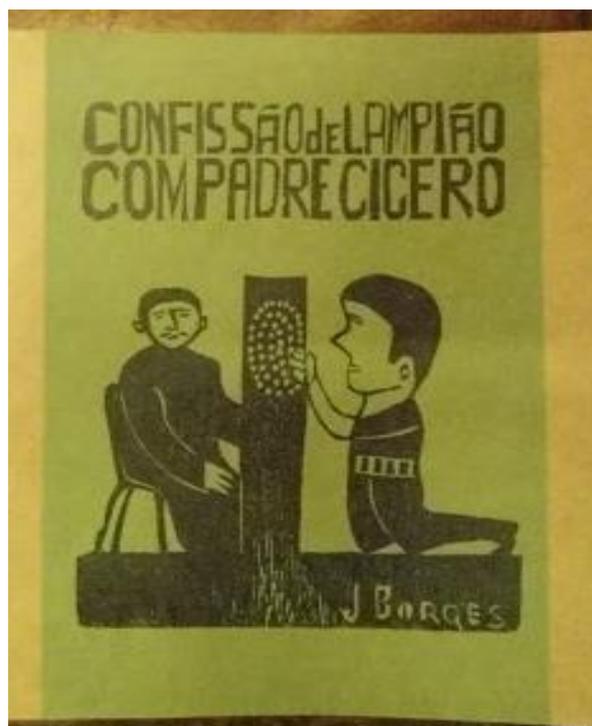
Fonte: Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand

Figura 9 “A vida do Padre Cícero gravada por J. Borges”



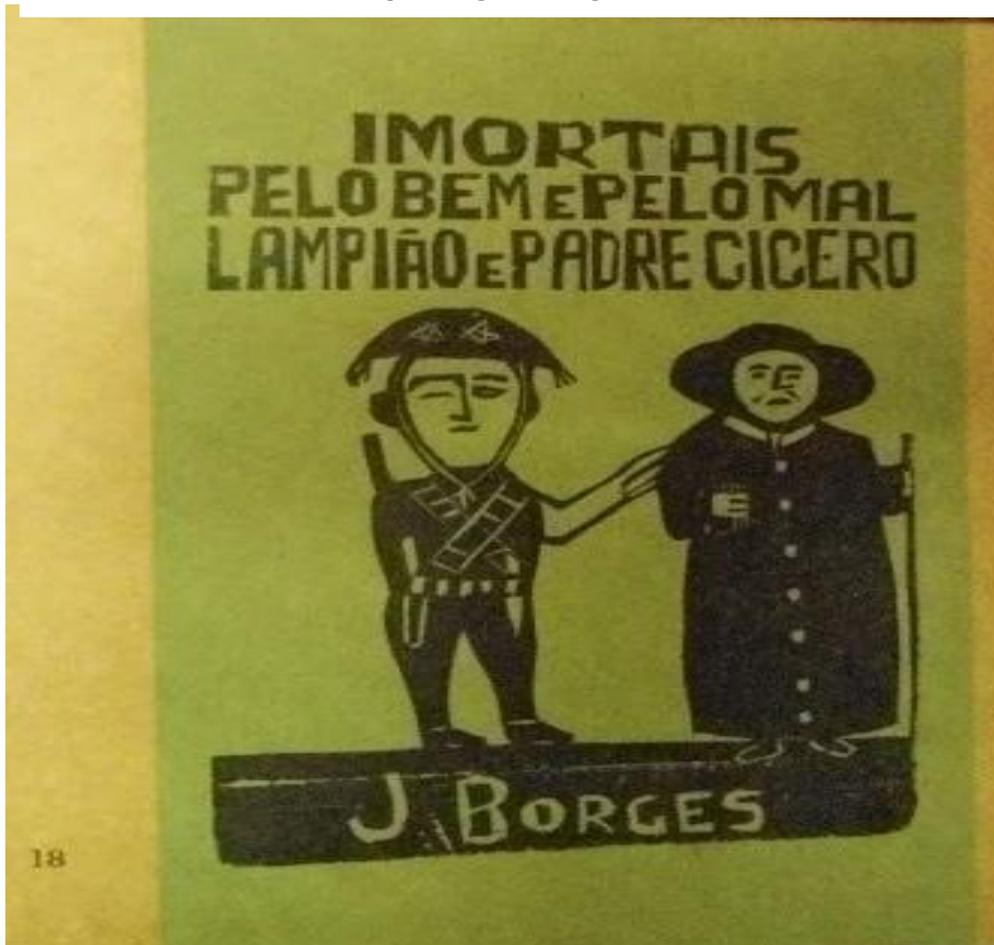
Fonte: Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand

Figura 10 A vida do Padre Cícero gravada por J. Borges”



Fonte: Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand

Figura 11 -A vida do Padre Cícero gravada por J. Borges”



Fonte: Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises feitas é possível apontar que o álbum 10 xilogravuras além de denunciar a migração dessas manifestações artísticas para outro tipo de público, é muito interessante para se compreender um pouco sobre como são os elementos do imaginário e cotidiano, sendo uma amostra não somente de arte, mas também dos elementos que estão presentes nas histórias contadas nos folhetos. Já o álbum sobre a vida de padre Cícero nos traz uma percepção diferente do que qualquer outra biografia que se utiliza da escrita, a disposição das figuras na xilogravura remonta a memória que o povo tem dos eventos acerca da vida do Padre pela perspectiva do artista J. Borges, isso nos traz a uma nova possibilidade de análise historiográfica baseada nas imagens, que remontam a memória a partir das obras dos xilogravadores. Os levantamentos realizados indicam a importância da dimensão artística e visual para a historiografia apesar de estar sendo utilizada tardiamente pela historiografia

(MENESES, 2003). A dimensão visual começa a ganhar seu espaço e as xilogravuras as problematizações merecidas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).

BORGES, José Francisco. **A vida do Padre Cícero gravada por José Borges**. Apresentação de Ariano Suassuna. Recife: Tip. Marista, 1972.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

Centro Nacional de Folclore e cultura popular. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=48. Acesso em: 2 ago. 2020.

HUNT, Lynn et al. **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: M. Fontes, 2001.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografia**. Niterói: Editora da UFF, 2008.

MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. In: **ArtCultura** Uberlândia v. 10 n. 16, 2008, pp. 33-50.

MENEZES, Ulplano T. Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-45, 2003.

NETO, Lira. **Padre Cícero: Poder, Fé e Guerra no Sertão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, Maria do Rosário da Silva: **Histórias Escritas na Madeira: J. Borges entre folhetos e xilogravuras na década de 1970**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SUASSUNA, Ariano. **J. Borges: 10 gravuras**. Apresentação de Ariano Suassuna. Recife, PE: Guariba, 1973.

SOUZA, Liêdo Maranhão de. **O folheto popular: sua capa e seus ilustradores**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1981. (Série Monografias, v. 20).

“NÃO TENHAS MEDO [...]”, “[...] EU SOU A GRAÇA”: HISTÓRIAS CONECTADAS DAS APARIÇÕES MARIANAS EM PORTUGAL E NO BRASIL ENTRE 1917 E 1942

Andressa Rayane Maria Almeida da Mota¹

Os relatos das aparições marianas estão inseridos no catolicismo há séculos, contabilizando milhares dentre os séculos IV e XX². Contudo, é principalmente durante os séculos XIX e XX que há uma intensificação nestes fenômenos, marcando um apogeu tal que o período é conhecido como “o século do ouro do culto mariano”³. Dessa maneira, ao redor do mundo surgem inúmeras aparições como é o caso de Lourdes na França, Nossa Senhora de Fátima em Portugal e Nossa Senhora da Graça no Brasil.

Uma das principais causas para este aumento dos eventos religiosos ao redor do mundo ocorreu devido às primeiras possíveis aparições de Nossa Senhora de Fátima, em 1917, na vila Nova de Ourém em Portugal, evento que influenciou a germinação de outros fenômenos marianos em um âmbito global. Os discursos das mensagens de Fátima, altamente atrelada ao contexto sociopolítico mundial talvez seja um dos principais ensejos para a sua influência na germinação do evento devocional. À vista disso, os fenômenos de Lourdes (1858), Fátima, e tantas outras aparições autorizadas ou não pela Igreja, partem de questões sociais e políticas comuns: “[...] a exemplo do fim da Guerra Fria e a negação do comunismo⁴”.

De tal maneira, as reflexões teóricas e metodológicas da Escola Italiana da História das Religiões e da História Cultural nos ajudam a analisar os eventos religiosos no mundo luso-brasileiro. Tal abordagem aponta as religiões como produtos históricos, plurais, não estáticas e determinadas, mas intrinsecamente relacionadas à cultura de determinados locais que atuam na sua construção e representação. De tal modo, estes debates nos possibilita o afastamento de análises baseadas na fenomenologia, “[...] para as quais a “cultura” ou a “religião” são objetos

¹Graduanda de licenciatura plena em História pela Universidade de Pernambuco – UPE. E-mail: motaandressa08@gmail.com.

²AGUIAR NETO, Múcio Rodrigues Barbosa de. **Maria, Mariana na serra do Ororubá – PE (1936-2016)**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Recife, 2016, pp. 15-19.

³MOURA, Carlos André Silva de. “Não tenhas medo [...]”, “[...] eu sou a graça”: A formação de uma cultura visionária em Portugal e no Brasil entre 1917 e 1942. **ANPUH – Brasil**. 30º simpósio nacional de História – Recife, 2019, p. 2.

⁴ AGUIAR NETO, **Ob. cit.**, pp.19-24.

holisticamente determinados, transcendentos, metatemporais e não modificáveis e, por isso, considerados paradigmas e definidos como tendo um caráter eterno”⁵.

Eliane Moura⁶ afirma que o historiador ao estudar as religiões deve levar em consideração que determinados contextos e situações podem construir “[...] crenças, ações, instituições, condutas, mitos, ritos, etc.”. Nessa perspectiva, estudamos os fenômenos religiosos associados ao cenário em que estão inseridos, pois, são fundamentais para a formação de novas crenças.

Dessa forma, ao investigar as religiões levamos em consideração o tempo histórico, o contexto geográfico, cultural, político e social que o evento está posto para que assim possamos compreender e interpretar o objeto de estudo referendado⁷. Sendo assim, através do estudo podemos estudar os eventos religiosos de modo comparativo e relacional. Com base nestas ponderações, analisamos as trocas culturais entre os eventos religiosos no mundo luso-brasileiro da primeira metade do século XX e as suas conexões com questões políticas, sociais e econômicas.

As primeiras aparições de Nossa Senhora de Fátima ocorreram em 13 de maio de 1917, para as crianças Lúcia de Jesus, Jacinto e Francisco Marto que estavam cuidando do rebanho de ovelhas na propriedade dos seus pais⁸. No período em que ocorrem as supostas aparições de Nossa Senhora de Fátima, o país lusitano foi marcado por inúmeras tensões culturais, políticas e religiosas, resultado do processo de laicismo instaurado na região a partir da implementação da República Portuguesa em 05 de outubro de 1910. Tal processo foi marcado por grandes atritos entre a esfera religiosa e política, que ocasionou perseguições a membros religiosos e uma radicalização contra os projetos anticlericais.⁹

Outro fator crucial que certamente influenciou o evento de Fátima além da crise religiosa e política foi devido às epidemias, à primeira Guerra (1914 – 1918) e as questões socioeconômicas. Dessa maneira, por causa do conflito mundial, cem mil portugueses foram

⁵MOTA, Jaqueline Ferreira da. História das religiões, uma proposta metodológica. Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 13 Ano XIII nº 1, pp. 1-13, jan./jun. 2016, p. 03.

⁶SILVA, Eliane Moura da. Introdução. **Religião: da fenomenologia à História**. In. SILVA, Eliane Moura da; BELLOTTI, Karina Kosicki; CAMPOS, Leonildo Silveira (Org.). **Religião e Sociedade na América Latina**. São Bernardo do Campo: Metodista, 2010, p. 12.

⁷MOURA, Carlos André Silva de. *et.al.* **História, narrativas e religiões: diálogos sob o olhar da cultura**. 1.ed – Recife: Editora EDUPE, 2018, p. 134.

⁸MOURA, “Não tenhas medo”: a formação de uma cultura visionária em Portugal e suas práticas e representações no Brasil (1917 – 1940). **Topoi (Rio J.)** [online]. Jul./dez. 2016, vol.17, n.33, p. 569

⁹ Id., 2016, pp. 333-335. “**Não tenhais medo**”: os intelectuais católicos na formação do culto a Nossa Senhora de Fátima (1917 – 1935). In. CAVALCANTI, Erinaldo; CABRAL, Geovanni. **A história e suas práticas de escrita: leituras do tempo**. Recife: Editora UFPE, 2016, pp. 333-335.

para as trincheiras, prejudicando a economia da região que dependia economicamente do trabalho braçal.

Outrossim, as doenças relacionadas ao tifo, varíola e pneumonia fez com que diminuísse a expectativa de vida da população que já vinha sofrendo por problemas econômicos¹⁰. Devido a todas estas questões que ocorriam no período, à população necessitava de um revigoramento da fé¹¹. A respeito disso, o povo se agarra as manifestações de Fátima como salvação de Portugal.

A Proclamação da República e a cultura laicista instauradas em Portugal influenciaram o exílio de inúmeros religiosos no Brasil, por causa disso se refugiaram no estado de Pernambuco, preenchendo assim o vazio que a falta de religiosos havia deixado nas paróquias¹². Tais questões contribuíram para a formação do culto mariano no Brasil, com a organização de novas devoções no país.

Acerca da influência do culto de Fátima no Brasil, o jornal *Diário de Pernambuco*¹³ de 1934 enfatizou a importância da vinda dos Jesuítas expulsos de Portugal para a construção do culto mariano no Brasil. A principal razão para a vinda destes religiosos para as terras brasileiras na virada do século foram, especialmente, devido às afinidades entre o Estado, Igreja, e o movimento de Restauração da Igreja¹⁴.

Dessa forma, as figuras de D. Sebastião Leme no Brasil e de Dom Manuel Cerejeira em Portugal foram de suma importância para o fortalecimento do movimento de Recatolização, com o objetivo de os membros da hierarquia religiosa moldar a sociedade com os princípios cristãos, promovendo a contenção das ideias de esquerda, em defesa de uma nova ordem social e contra o comunismo. Observamos o movimento de Restauração Católica como a busca da retomada da Igreja na sociedade, que tinha o objetivo de “[...] restaurar no mundo o domínio espiritual católico”¹⁵.

A parceria estratégica entre o Estado e a Igreja, mesmo após a instauração da laicidade do Estado em Portugal e no Brasil, contribuiu com o projeto de neocristandade, na qual o Estado se preocupava com o bem-estar físico da população e a Igreja na salvação¹⁶. Sendo assim, as

¹⁰*Ibidem*, p. 338.

¹¹*Ibidem*, p. 339.

¹²CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 74.

¹³COUSA da cidade: a igreja do collegio Nobrega. *Diário de Pernambuco*. Recife, 19 nov. 1934, p. 2.

¹⁴MOURA, Carlos. “Não tenhas medo”: a formação de uma cultura visionária em Portugal..., ob. cit., p. 576.

¹⁵AZZI, Riolando. *A Neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 21.

¹⁶AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*: tomo II/3-2: terceira época: 1930 – 1964 / Riolando Azzi, Klaus van der Grijp. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 197.

representações das devoções de Fátima - na qual influenciou as aparições de Nossa Senhora da Graça - como anticomunista, contribuiu com o projeto de moralização da sociedade¹⁷.

De tal maneira, o culto mariano no Brasil teve como foco os debates acerca da chamada “Fátima II” que tinha suas mensagens voltadas em combate ao comunismo e em favor da internacionalização do culto mariano. Sendo assim, as inserções da devoção mariana auxiliaram para “[...] que a imagem de Nossa Senhora de Fátima se tornasse a principal representação de combate ao pensamento de esquerda [...]”¹⁸.

De modo inegável, a permanência destes membros religiosos em Pernambuco ocasionou em trocas culturais, como o fortalecimento do culto mariano no Brasil, tendo em vista que ao se instalarem nas cidades, deram continuidade aos projetos que já vinham se desenvolvendo em suas dioceses¹⁹. Dessa forma, a instalação dos membros das ordens religiosas no Recife viabilizou a construção do primeiro templo dedicado a Nossa Senhora de Fátima fora de Portugal em 1935²⁰.

Compreendemos que o principal fator para a onda massiva das divulgações das aparições durante o século XX tenha ocorrido devido aos projetos de secularização, modernidade e o medo do comunismo²¹. Nesse contexto, nota-se que a expansão do culto compõe uma rede de ações promovidas por intelectuais e religiosos, a qual classificamos como a formação de uma cultura visionária. Carlos Moura classifica:

[...] como cultura visionária o conjunto de ações, crenças, notícias e mensagens elaboradas por religiosos e fiéis que em um contexto político, social, cultural e religioso legitimaram, constituíram densidade simbólica as informações sobre as aparições marianas e contribuíram para a formação de novos acontecimentos que compuseram uma rede de ações que cooperaram com a organização de uma devoção internacional²².

Com base nisso, entendemos que a internacionalização do culto mariano faz parte de estratégias organizadas pela hierarquia religiosa para tornar estes eventos uma devoção internacional, em resposta as transformações socioculturais que estavam ocorrendo com o advento das instituições republicanas.

¹⁷MOURA, Carlos. “Não tenhas medo”: a formação de uma cultura visionária em Portugal..., ob. cit., p. 353.

¹⁸ *Ibidem*, p. 580.

¹⁹ *Ibidem*, p. 576.

²⁰ *Ibidem*, p. 337.

²¹MOURA, 2018, p. 142.

²²MOURA, Carlos André Silva de. “Não tenhas medo [...]”, “[...] eu sou a graça”: A formação de uma cultura visionária em Portugal e no Brasil entre 1917 e 1942. ANPUH – Brasil. 30º simpósio nacional de História – Recife, 2019, p. 2.

Riolando Azzi²³ expõe que o maior perigo para a Igreja nesse período era o comunismo, sendo considerado como um projeto de desordem social que ocasionaria a implementação de um estado ateu. Nesse ensejo, os membros religiosos tinham a missão de cristianizar a sociedade, conquistando os espaços públicos e atuando na organização social²⁴.

Nesse sentido, em uma matéria do *Diário de Pernambuco*²⁵ encontramos uma discussão sobre o problema que o comunismo poderia causar para a sociedade, destruindo os sentimentos de pátria, Deus e Família. Assim, o medo patente do comunismo, demonstrado em inúmeras instâncias nas devoções de Fátima e Nossa Senhora da Graça, foi um fator fundamental para a internacionalização do culto mariano, tendo em vista que tais questões eram um medo mundial para integrantes da Igreja.

De tal maneira, compreendemos que as aparições de Fátima contribuíram para o fortalecimento de uma identidade Católica em Portugal, com um discurso politizado de combate às doutrinas de esquerda²⁶. Assim, entendemos que as interpretações realizadas acerca das mensagens de Fátima estavam intimamente ligadas ao contexto sociocultural, político e econômico do período, não apenas de Portugal, mas em um contexto global, com críticas ao republicanismo, ao anticlericalismo, ao discurso anticomunista e todas as questões que envolvem o pensamento moderno²⁷. Sendo assim, “as representações de Nossa Senhora de Fátima como anticomunista colaborou para o projeto de moralização social”.²⁸

É nesse contexto que surgem as aparições de Nossa Senhora da Graça, em 1936, no vilarejo da Aldeia da Guarda – em Cimbres (Pernambuco). Na ocasião em que as crianças supostamente veem a representação de Maria, a região era assolada por ataques de cangaceiros, disputas religiosas, bem como o medo do comunismo. Aguiar Neto²⁹ discorre que durante a década de 1930, em Cimbres, os jornais noticiavam ataques de Cangaceiros que assolavam a região, causando pânico na população.

Outrossim, no ano em que ocorreu às supostas aparições, um possível ataque de cangaceiros fez diversos moradores se refugiarem no Sítio da Guarda, localidade onde as crianças supostamente viram Nossa Senhora³⁰. Essas ocorrências fizeram com que os habitantes

²³AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil...*, ob. cit., p. 242.

²⁴MAINWARING, Scott. *A igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*; Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. 1. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 45-46.

²⁵LAGRECA, Francisco. A repressão ao comunismo. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jan. 1936, p. 03.

²⁶MOURA, “Não tenhas medo”: a formação de uma cultura visionária..., ob. cit., p. 576.

²⁷*Ibidem*, p. 563.

²⁸*Ibidem*, p. 335.

²⁹AGUIAR NETO, *Maria, Mariana na serra do Ororubá...*, ob. cit., p. 37.

³⁰QUERÉTTE, Letícia Loreto. *Onde o céu se encontra com a terra: Um estudo antropológico do santuário de Nossa Senhora das Graças na Aldeia Guarda*, em Cimbres (Pesqueira – PE). Dissertação (Mestrado em antropologia) – Universidade de Pernambuco – UFPE, Recife, 2006, p. 33.

do lugar ficassem inseguros, apegando-se as manifestações divinas. Em resposta a todas estas questões, a população roga a “Mãe de Deus” para que tenha piedade do povo³¹.

Letícia Querétte afirma que no instante que as meninas avistaram a Nossa Senhora da Graça, elas estavam indo colher sementes na lavoura, quando enxergam uma mulher com uma criança nos braços. A antropóloga narra que quando as videntes voltam para casa e relatam o fato a família, o pai de uma das meninas, desacreditado da veracidade do evento, foi ao local temeroso de ser um cangaceiro. Ao chegar à localidade a virgem torna a aparecer, mas apenas para as meninas. O Sr. Artur pediu para que a filha perguntasse quem era ela e a suposta aparição respondeu: “Eu sou a Graça³²”.

Múcio Aguiar Neto³³ cita que neste momento ocorreu a primeira manifestação de milagre, talvez em resposta à incredulidade do pai acerca do evento. Nesse ensejo, escuta-se o som da pedra rolar do alto do monte na direção deles e, segundo relatos, foi jogada na parede e não os atingiu. Acredita-se que isso tenha ocorrido em resposta à indagação feita pelo Sr. Artur, sendo reconhecida como o primeiro milagre. Após as primeiras manifestações surgiram inúmeros outros relatos de milagres, sendo uma das principais dela o caso da pedra que jorrava água e curava doenças, como sinal da presença da Santa³⁴.

O *Jornal Pequeno*³⁵ relatou os eventos em Cimbres, com o subtítulo “Duas crianças, perdidas na mata, viram nossa Senhora”. A matéria relata as possíveis aparições de Nossa Senhora da Graça a duas meninas, na qual foi referenciada como Lourdes e Maria. Tais nomes divergem dos que encontramos nas referências bibliográficas, as quais em sua maioria afirmam que as meninas se chamavam Maria da Luz e Maria da Conceição. Ao continuar a reportagem, o autor descreve que as meninas estavam perdidas na floresta, onde uma delas pergunta o que a outra faria se o lampião aparecesse, e a irmã responde que Nossa Senhora as protegeria. Nesse momento as meninas avistam a virgem.

Em outra edição, o *Jornal Pequeno*³⁶ mostra o possível local milagroso onde as videntes supostamente avistaram a Santa e de onde jorrou a água milagrosa. O lugar tem em volta uma multidão de fiéis, com relatos de curas de enfermidades e manifestações de milagres.

³¹**Ibidem**, p. 76.

³²**Ibidem**, p. 33.

³³**Ibidem**, p. 41.

³⁴**Ivi**, pp. 41-42.

³⁵VISÃO confortadora! Duas crianças, perdidas na mata, viram Nossa Senhora. **Jornal Pequeno**, Recife, 02 set. 1936, pp. 1-21.

³⁶NO lugar onde aparece a Santa está jorrando água milagrosa. **Jornal Pequeno**, Recife, 02 set. 1936, p. 1.

No evento, visualizamos as pressões da diocese e da polícia para controlar a presença de fiéis no local, temendo que o espaço tornasse um ponto de fanatismo religioso³⁷. Nesse ensejo, a Igreja procura impor limites em relação ao acesso no território, colocando-se como mediadora das manifestações, visando manter o controle social e a hegemonia³⁸.

Apesar da tentativa do silenciamento do fenômeno, em nada influenciou na devoção da população, que continuou frequentando o espaço reunindo centenas de fiéis em busca de milagres. Para atestar a veracidade das aparições, a Igreja Católica designou religiosos para investigar os acontecimentos. Entre os eclesiásticos, destacou-se o padre José Kehrlé, indicado pelo bispo Dom Adalberto Accioli Sobral, que contribuiu para um dos principais registros sobre o evento³⁹.

Dando início as investigações o padre realiza perguntas individuais a cada uma das crianças para assim averiguar a veracidade. Maria da Luz e Maria da Conceição, apesar de serem entrevistadas separadamente, respondem sem divergências. As interrogações realizadas por José Kehrlé atestaram a defesa do evento que, na continuação do questionário, o padre faz perguntas em latim e alemão e as meninas responderam em português⁴⁰.

O padre Kehrlé, ainda em busca da veracidade da aparição e com base na doutrina católica, percebeu que o termo “Graça”, de grande simbologia da Igreja, também demonstrava a similaridade com outros fenômenos, como é o caso de Lourdes⁴¹. Compreende-se, portanto, que as perguntas majoritariamente possuem um teor político, contra o comunismo, com a aproximação de membros da Igreja ao cunho conservador e a penitência para a salvação dos “castigos”.

Além disso, entendemos que uma das razões para o silenciamento do evento em Cimbres também tenha ocorrido devido ao pedido do Cardeal D. Sebastião Leme para tornar Nossa Senhora Aparecida à padroeira do Brasil, tornando o catolicismo um símbolo nacional. De tal modo, com a centralidade em uma devoção de símbolo nacional, as aparições de Nossa Senhora da Graça não foram reconhecidas, pois poderia atrair mais féis e não era interessante para o contexto político e religioso da época⁴². Com isso, “ao nosso entender, para a Igreja, o fenômeno da aparição de Cimbres, bem como de figuras messiânicas, vinha como um acontecimento prejudicial à proposta romanizadora da hierarquia religiosa [...]”⁴³.

³⁷QUERÉTTE. *Onde o céu se encontra com a terra...*, ob. cit., p. 33.

³⁸AGUIAR NETO. *Maria, Mariana na serra do Ororubá...*, ob. cit., p. 43.

³⁹*Ibidem*, p. 33; e ainda ver MOURA, Carlos. “Não tenhas medo [...]”, “[...] eu sou a graça” p. 7.

⁴⁰*Ibidem*, p. 7; AGUIAR NETO, *Maria, Mariana na serra do Ororubá*, ob. cit., p. 45.

⁴¹*Ibidem*, p. 48.

⁴²QUERÉTTE. *Ob. cit.*, p. 105.

⁴³AGUIAR NETO. *Ob. cit.* p. 35.

*O jornal Pequeno*⁴⁴ afirmou que no local onde supostamente as meninas avistaram a imagem reuniu – se uma multidão de fiéis após ouvirem falar do acontecimento. Assim, acrescentou ainda que após espalhar as mensagens, a localidade se tornou uma verdadeira romaria, como também, a pedra onde as meninas viram Nossa Senhora se tornou um ponto de milagres e curas.

É válido mencionar que durante o recorte do nosso estudo os eclesiásticos se sentiam ameaçada pela criação do Partido Comunista (1922). Contra essas questões, parte dos sermões de Nossa Senhora da Graça evidenciava a demonização destas ideias políticas. De tal maneira, a representação de Maria foi uma útil aliada da Igreja Católica, visto como “[...] um diferencial entre está e outras formas de cristianismo, principalmente o protestantismo, a Igreja Católica tem investido em sua imagem. A virgem é apresentada, hoje, como principal mediação, depois de Cristo, para se atingir a salvação”⁴⁵.

Sendo assim, os discursos anticomunistas, contra os projetos de secularização, o anticlericalismo e em prol de uma restauração da Igreja, muito utilizada na devoção de Fátima, foram adaptados por diversos líderes ao redor do mundo. No Brasil Dom Sebastião Leme foi o principal articulador das propostas da Igreja contrárias aos movimentos políticos da esquerda, fundamental para a formação de um discurso conservador que estava se desenvolvendo no país⁴⁶.

Carlos Moura⁴⁷ afirma que os fenômenos no mundo luso-brasileiro foram acompanhados do combate ao comunismo, crise social e ascensão de movimentos conservadores. Devido a isso, “os eventos em Pesqueira, assim como, os ocorridos em Fátima também foram utilizados para a legitimidade de um discurso político”⁴⁸.

De tal modo, a imagem de Nossa Senhora da Graça, bem como, de Nossa Senhora de Fátima foi utilizada como símbolo de combate as “doutrinas” de esquerda, advindas dos ideários republicanos.

Com o estudo, tivemos a oportunidade de averiguar as semelhanças entre os fenômenos religiosos em Portugal e no Brasil, como conflitos armados, o medo do comunismo e crianças que possivelmente veem as santas situadas em regiões desfavorecidas. Assim, apesar de partir de especificidades locais, ambos os países utilizam do seu contexto político e social para a propagação do culto mariano.

⁴⁴NO LUGAR..., 1936, pp. 1-2.

⁴⁵QUERÉTTE, **ob. cit.**, p. 37.

⁴⁶**Ibidem**, p. 337.

⁴⁷MOURA. “Não tenhas medo [...]”, “[...] eu sou a graça”: A formação..., **ob. cit.**, p. 9.

⁴⁸**Ibidem**, p. 8.

Sendo assim, compreendemos a importância do evento de Fátima em Portugal para a inserção do culto mariano no Brasil, com a utilização dos possíveis eventos por membros religiosos em consonância aos projetos da restauração da Igreja, do combate ao comunismo e ao anticlericalismo. De tal forma, entendemos que a utilização das aparições marianas contribuiu com o projeto de manutenção da Igreja e da reafirmação do catolicismo no início do século XX em um período em que a instituição religiosa vinha sendo enfraquecida devido aos projetos secularizantes.

REFERÊNCIAS

- AZZI, Riolando. **A Neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.
- AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930 – 1964** / Riolando Azzi, Klaus van der Grijp. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- COUSA da cidade: a igreja do collegio Nobrega. **Diario de Pernambuco**. Recife, 19 nov. 1934.
- MOTA, Jaqueline Ferreira da. História das religiões, uma proposta metodológica. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. v. 13, a. XIII, n. 1, pp. 1-13, jan./jun. 2016.
- MOURA, Carlos André Silva de. “Não tenhas medo [...]”, “[...] eu sou a graça”: A formação de uma cultura visionária em Portugal e no Brasil entre 1917 e 1942. **ANPUH – Brasil**. 30º simpósio nacional de História – Recife, 2019.
- _____. *et.al.* **História, narrativas e religiões: diálogos sob o olhar da cultura**. ed – Recife: Editora EDUPE, 2018.
- _____. **Histórias Cruzadas: intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910 - 1942)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Universidade de Lisboa, 2018.
- _____. “Não tenhas medo”: a formação de uma cultura visionária em Portugal e suas práticas e representações no Brasil (1917 – 1940). **Topoi (Rio J.)** [online]. Jul./dez. 2016, v.17, n. 33, p. 561-585.
- _____. “Não tenhais medo”: os intelectuais católicos na formação do culto a Nossa Senhora de Fátima (1917 – 1935). In. CAVALCANTI, Erinaldo; CABRAL, Geovanni. **A história e suas práticas de escrita: leituras do tempo**. Recife: Editora UFPE, 2016.

NETO, Múcio Rodrigues Barbosa de Aguiar. **Maria, Mariana na serra do Ororubá – PE (1936-2016)**. 92 F. Dissertação (Mestrado em ciências da religião) – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Recife, 2016.

No lugar onde aparece a Santa está jorrando água milagrosa. Jornal Pequeno, Recife, 02 set. 1936.

QUERÉTTE, Letícia Loreto. **Onde o céu se encontra com a terra: Um estudo antropológico do santuário de Nossa Senhora das Graças na Aldeia Guarda, em Cimbres (Pesqueira – PE)**. 144 F. Dissertação (Mestrado em antropologia) – Universidade de Pernambuco – UFPE, Recife, 2006.

LAGRECA, Francisco. A repressão ao comunismo. **Diário de Pernambuco**. Recife, 01 jan. 1936.

MAINWARING, Scott. **A igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**; Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. 1. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SILVA, Eliane Moura da. **Introdução. Religião: da fenomenologia à História**. In. SILVA, Eliane Moura da; BELLOTTI, Karina Kosicki; CAMPOS, Leonildo Silveira (Org.). **Religião e Sociedade na América Latina**. São Bernardo do Campo: Metodista, 2010.

